

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 6 de Julho de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1126 • Director: Carlos Brito

Carlos Carvalhas em Esposende

Milhares de pessoas no convívio do Norte

Pág. 4



METADE DO OBJECTIVO JÁ FOI ATINGIDO

Pág. 7

O dilema do PS

O grande dilema do PS é querer ser Governo mas não querer dizer que fará, no essencial, a mesma política de Cavaco Silva e Fernando Nogueira.

Artigo de Octávio Teixeira— Pág. 14



Álvaro Cunhal em Barcelos e Montemor

Pág. 5

Homenagem à Constituinte com a reposição de algumas verdades


• artigo de Carlos Brito



Páginas centrais

Neste número

OS TRABALHADORES

 a festa!



CDU em campanha

RESUMO

28
Quarta-feira

A CDU apresenta queixa à Comissão Nacional de Eleições, contra o PSD, por este continuar a recorrer a empresas de publicidade comercial para a sua propaganda política ■ Dirigentes do STAL e do STML entregam no Ministério das Finanças uma carta reivindicativa exigindo a resolução dos seus problemas profissionais e salariais ■ A QUERCUS promove uma acção nacional de protesto contra a poluição causada pelas incineradoras hospitalares ■ A petrolífera francesa Total vende as suas acções na Petrogal a um grupo de accionistas privados nacionais ■ Russos e tchetchenos reúnem-se em Grozny na procura de soluções para terminar com a guerra ■ A NATO aprova um plano sobre uma eventual retirada dos capacetes azuis da Bósnia.

29
Quinta-feira

A Federação Nacional dos Médicos contesta o projecto de Paulo Mendo sobre gestão hospitalar ■ A Assembleia da República aprova por unanimidade um documento em defesa das gravuras rupestres de Foz Côa ■ O secretário-geral da NATO chega a Lisboa para discutir com as autoridades portuguesas a situação na Bósnia ■ Altos responsáveis russos apresentam a sua demissão a Boris Ieltsin, na sequência do sequestro, por um comando tchetcheno, de um avião russo.

30
Sexta-feira

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, participa num jantar-convívio com apoiantes da CDU e numa sessão pública, em Cascais ■ Começa a greve nacional dos docentes universitários ■ A CGTP, em conferência de imprensa, apela aos trabalhadores para derrotarem a direita nas próximas eleições legislativas ■ Morre o compositor Jorge Peixinho ■ O Tribunal Internacional de Justiça decide não se pronunciar sobre a queixa apresentada por Portugal contra a Austrália ■ Mais de cem mortos e cerca de 900 feridos é o balanço do desmoronamento de um edifício em Seul.

1
Sábado

Álvaro Cunhal visita o concelho de Montemor-o-Novo ■ Jovens algarvios manifestam-se contra a lixeira municipal de Lagos no mesmo dia em que Cavaco Silva visita a cidade ■ O semanário «Expresso» revela que agentes do SIS investigaram a actividade de dirigentes dos partidos da oposição durante o período em que foi lançado o tema da transparência da vida política ■ Morre o actor Henrique Santana ■ Um gás não identificado colocado numa passagem subterrânea, em Tóquio, provoca a hospitalização de 31 pessoas ■ Uma representação de Timor-Leste é inaugurada em Bruxelas.

2
Domingo

Carlos Carvalhas visita Esposende, onde participa no tradicional passeio de mulheres e num convívio com a presença dos candidatos CDU ■ Álvaro Cunhal participa na homenagem do PCP ao antigo militante Alfredo Dinis, assassinado pela PIDE ■ A Federação do Comércio e Serviços do Norte acusa o Governo de incompreensão face à actividade económica e queixa-se da má orientação do programa de apoio ao comércio ■ Cerca de 5 mil pessoas marcham pelas ruas de Paris, numa manifestação de protesto contra o reinício de testes nucleares franceses ■ O Primeiro-ministro da República Checa chega em visita oficial a Lisboa.

3
Segunda-feira

A Comissão Nacional de Eleições alerta a impensa para a obrigatoriedade legal de igualdade de tratamento jornalístico das diferentes forças políticas no período da campanha eleitoral ■ A Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas denunciam, em comunicado, que os construtores estrangeiros tentam entrar no mercado português com preços abaixo do custo e culpabilizam o Governo pela situação ■ O ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, reconhece o aumento da criminalidade no País ■ A população de Queijas reafirma o seu descontentamento com a Câmara de Oeiras por esta não ter uma recolha de lixo eficaz ■ O Banco Europeu de Investimento formaliza um empréstimo de 20 milhões de contos à companhia de gás natural ■ O líder da UDP começa a ser julgado no tribunal de Cascais, acusado de difamar Alpoim Galvão ■ O líder tchetcheno afirma que se demite da presidência se Moscovo garantir a soberania da Tchetchénia.

4
Terça-feira

O procurador-geral da República ordena a abertura de um inquérito «prioritário e urgente» ao SIS, na sequência da queixa apresentada pelo respectivo director, Daniel Sanches ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, afirma em Luanda que a comunidade internacional não compreenderia um novo fracasso em Angola ■ O Tribunal de Contas afirma ter havido irregularidades na gestão da dívida pública no âmbito da execução orçamental de 1993 ■ Cavaco Silva envia carta aos reformados anunciando o programa de «Turismo na Terceira Idade» ■ Falsa ameaça de bomba em avião da TAP coloca em alerta «vermelho» o aeroporto de Heathrow, em Londres ■ O primeiro-ministro britânico, John Major, vence o seu opositor à liderança do Partido Conservador por 218 votos contra 89, e anuncia de imediato uma remodelação do governo ■ Violentos protestos na Irlanda do Norte marcam a libertação de um soldado britânico condenado a prisão perpétua pelo assassinato de uma jovem; o soldado cumpriu apenas dois anos de prisão.

Tudo a pedir mudança

O SIS volta a aparecer no centro de outro escândalo político. Vêm mais uma vez a público notícias sobre vigilâncias e investigações dos serviços secretos a partidos políticos da oposição e aos respectivos líderes e agora, também, não sabemos se para disfarçar, a elementos do próprio partido do Governo, de «clans» diferentes do que domina a direcção.

Não são claras as motivações de quem traz a público as presentes revelações. Mas é claro que elas testemunham o terreno pantanoso em que se está a converter a política oficial.

É claro, acima de tudo, que elas provam que os serviços de informações, e não só o SIS, constituem um dos principais elementos de perversão da vida democrática do país e uma verdadeira ameaça à democracia, o que confirma, mais uma vez, as advertências feitas pelo PCP quando se opôs ao estatuto e à orgânica com que foram criados.

É particularmente suspeita a naturalidade com que dois membros do Governo - o Ministro da Administração Interna e o Ministro da Justiça - admitem a veracidade das revelações do «Expresso». O primeiro chegando a anunciar que tem «pistas» e o segundo afirmando que o importante «não é duvidar das notícias».

Mais suspeita ainda é a desfaçatez com que o Director do SIS, Daniel Sanches, «não afasta a probabilidade de elementos do SIS, por iniciativa própria, terem actuado fora da lei».

Por conta própria?!

Tudo se passa como se o Governo estivesse no conhecimento de actuações criminosas desenvolvidas pelos serviços secretos e, perante a iminência de ser desmascarado, procurasse agora qualquer saída que o absolva e algum ou alguns bodes expiatórios.

Seja como for, deve considerar-se uma rematada hipocrisia o apelo do ministro Dias Loureiro à rápida constituição do chamado conselho de fiscalização dos serviços de informações.

Este conselho que foi concebido, por iniciativa do PS, para excluir os comunistas, nunca teve qualquer competência para exercer uma fiscalização eficaz sobre os serviços de informações e funcionou, por isso, com um verdadeiro chapéu-de-chuva das suas ilegalidades. Esta situação não se alterou com a revisão da legislação dos serviços feita pelo PSD. O conselho é uma aberração, continua concebido para ser cúmplice dos serviços e não instância para os fiscalizar.

A questão da fiscalização parlamentar dos serviços de informações está realmente colocada com toda a força na ordem do dia pelo novo escândalo. Está visto que não se resolverá com qualquer «panelinha» feita na base nos entendimentos do PSD e do PS. Tem que ser exercida por uma verdadeira comissão da Assembleia, onde tenham assento os partidos nela representados, disfrutando de reais competências para acompanhar e fiscalizar por dentro as actividades dos serviços.

A não ser assim, continuarão a repetir-se situações como as que se verificaram durante os acontecimentos da Ponte 25 de Abril e outras do tipo das que

Este novo escândalo dos serviços secretos é mais um sintoma claro da profunda crise em que a governação do PSD mergulhou o país - crise social, crise económica, crise do ensino, crise da saúde, crise política, crise das instituições - onde tudo está a pedir uma mudança efectiva.

agora vêm a público, constituindo perversões, distorções e atentados aos direitos de cidadania, à actividade dos partidos e a toda a vida democrática, de consequências incalculáveis.

Este novo escândalo dos serviços secretos é mais um sintoma claro da profunda crise em que a governação do PSD mergulhou o país - crise social, crise económica, crise do ensino, crise da saúde, crise política, crise das instituições -, onde tudo está a pedir uma mudança efectiva.

Aí está a crise do ensino superior a desmascarar a apregoada reforma de que Cavaco Silva se tem gabado. Aí está também a incapacidade do Governo para dialogar quando explodem as situações de deterioração que deixou irresponsavelmente acumular.

É o que está a acontecer com a grave situação envolvente da greve dos professores, que afecta, nomeadamente, as provas específicas, originando uma profunda anormalidade que atinge milhares de alunos que se prepararam aturadamente para franquear as portas da universidade, as respectivas famílias e os próprios professores.

Foi Carlos Carvalhas que, reiterando o seu apelo ao imediato diálogo «de modo que os alunos possam vir a rea-

lizar as suas provas», salientou que «o Governo e o Ministério da Educação não podem ficar numa posição fechada, numa posição de Pôncio Pilatos perante um tão grave conflito».

Aí está de novo a gravíssima crise da agricultura a passar para primeiro plano da actualidade política nacional, com a CNA a acusar o «pacote» governamental de apoio aos prejuízos da seca e da geadas como «curto, insatisfatório e burocratizado» e ao anunciar uma semana de luta, entre 2 e 9 de Julho.

As primeiras acções já realizadas, nomeadamente em Valpaços, mostram que esta linha e este momento podem ser particularmente favoráveis à obtenção de algumas soluções por parte dos agricultores.

Aí estão também acções e lutas dos trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, da administração central e local, da Paracélsia, do Porto, e da Fino's, de Portalegre, a chamar a atenção para a degradação das condições de vida dos trabalhadores, mas também da oportunidade deste período para reforçar a frente de luta social.

Toda a situação do País aponta para uma urgente necessidade de mudança. Mas de uma mudança efectiva e não apenas de uma aparência de mudança, como aquela que voltou a ser apresentada pela equipa económica do PS, a jogar mais uma vez à defesa, em face das críticas do PSD, dominada até pela preocupação de demonstrar que não pretendem fazer uma política muito diferente da que tem sido seguida pelo Governo de Cavaco Silva.

O que se pedia ao PS, muito mais do que pretender demonstrar que não é «despista» e que se tudo correr bem não aumentará os impostos, era que apresentasse uma política realmente alternativa à que tem sido seguida pelo PSD e que conduziu aos resultados que estão à vista de todos.

Submetendo toda a sua estratégia económica às orientações e ditames da União Europeia e ao objectivo da entrada na moeda única e não mostrando a menor intenção de alterar a política de concentração capitalista seguida por Cavaco Silva, o PS está condenado, como mais uma vez se demonstra, a diferenciar-se pelas percentagens, apresentando a mesma política de fundo.

Todos conhecemos as consequências dessa política de fundo, nos diferentes domínios da vida nacional, nomeadamente no plano social, para se perceber e poder dizer com clareza: a mudança não é com o PS!

Só com reforço dos votos e dos deputados da CDU haverá verdadeira mudança!

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7^ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7^ª A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de retoma:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rosa — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Li. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7^ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7^ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPANHA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Rego contra Rego

Em 17 de Maio, na sequência de uma queixa do PCP, a Alta Autoridade para a Comunicação Social deliberou «*exortar a RTP a que não deixe de propiciar - como, aliás, parece sua intenção - a rotatividade dos comentadores de modo a que fique assegurada a expressão das diversas correntes de opinião*».

Um mês e meio depois, está à vista de todos que a única real intenção da RTP era borrfar-se na «*exortação*» da AACCS. Depois da dupla Silva Marques - Jorge Coelho, tem sido um fartote de «*rotativismo*» envolvendo pluralisticamente José Carlos Vasconcelos, Vasco Graça Moura, Cáceres Monteiro e Nuno Rogeiro, e desembocando no passado domingo na novíssima «*dupla*» Graça Moura-Pina Moura.

Entretanto, ainda não satisfeitos com esta e outras situações de escandalosa ofensa ao pluralismo, alguns continuam a pedir mais, suspirando designadamente pelos debates Nogueira-Guterres que deveriam forçar a cristalização no imaginário colectivo dessa perversão e falsificação que se dá pelo nome de «*bipolarização*» PSD-PS

É o que, em artigo no «*Público*» de 2/7, acaba de fazer Sebastião Lima Rego, Presi-

dente da ATV-Associação de Telespectadores, opinando que «*é sem dúvida bom que os portugueses vejam, num mesmo espaço, disputando mutuamente a primazia, as duas personalidades que competem para governar o país*», logo acrescentando que «*os debates televisivos entre os dois candidatos são politicamente pedagógicos, democraticamente indispensáveis e televisivamente interessantes*».

Como não nos apetece perguntar a S.L.R. qual é a pedagogia política que existiria em encenações de diferenças destinadas a ocultar a substancial sintonia de orientações e qual é a indispensabilidade democrática das amputações e discriminações que falsificam o quadro partidário nacional, preferimos responder-lhe com palavras alheias constantes de um artigo saído no «*Público*» de 23/6.

Aí se afirma, talvez com algum esquematismo, que «*hoje em dia, as eleições ganham-se e perdem-se na televisão*» porque «*o conjunto da sociedade reage e é politicamente formada pelo que a televisão transmite, pelas sínteses que a televisão sugere, pelas opiniões que a televisão transporta*» e que «*é este, inexoravelmente, o universo redutor em que vive a nossa (...)*

democracia». Nesse artigo, podia ainda ler-se que «*as pessoas que decidem nas eleições o que se publica ou não se publica e como se publica durante os meses que precedem um escrutínio fulcral como são as eleições de Outubro no nosso país, assumem um poder temível, desmesurado, inacreditável. E são relativamente poucas (...)* e ninguém as elegeu para coisa nenhuma (...)

Não me perguntem por favor onde é que está a democracia disto tudo, porque eu não saberia responder-lhes».

Só agora reparamos que, com esta longa citação, nos esquecemos de identificar o autor destas penetrantes observações. É, nem mais nem menos, que Sebastião Lima Rego, Presidente da ATV-Associação de Telespectadores.

Deixando aos eleitores o estimulante exercício de julgar a defesa dos debates Nogueira-Guterres feita por Lima Rego em 2/7 à luz das implacáveis considerações de oito dias antes do mesmo Lima Rego, apenas desconfiamos que já encontramos mais um publicista da área do PS para quem o pluralismo tem a dimensão dos seus interesses e o horizonte do seu umbigo.

■ Vítor Dias

Vigarizar reformados

Há vários aspectos moralmente inaceitáveis na carta enviada pelo sr. prof. Cavaco Silva aos reformados deste país.

Em primeiro lugar, o tom pessoal. Um professor universitário ao qual seria, pelo menos em princípio, de exigir rigor intelectual e uma postura eticamente vertical na sua actuação pública, coloca o seu nome por baixo de um repugnante parágrafo em que se diz «*não quis deixar de lhe escrever esta carta para, pessoalmente, lhe dar a conhecer*», etc., etc.

O prof. Cavaco Silva não se está a dirigir pessoalmente a ninguém. A carta que enviou foi, da forma mais anónima possível, impressa aos milhares numa máquina tipográfica, da forma mais anónima possível introduzida em envelopes e da forma mais anónima possível endereçada pelo registo informático da Segurança Social. O prof. Cavaco Silva não sabe sequer o nome de uma única das pessoas a quem «*pessoalmente não quis deixar de escrever*».

Em segundo lugar, é aceitável que o Governo ou qualquer outra entidade recorra a um envio maciço por via postal de uma informação que interesse a um determinado sector da população. Mas a «*carta pessoal*» que o prof. Cavaco Silva enviou aos reformados não só não informa rigorosamente de coisa nenhuma, como constitui uma pura e sórdida operação de autopropaganda paga com dinheiros do Estado.

Isto envolve um terceiro aspecto ético que é o prof. Cavaco Silva não hesitar em assumir como pessoal, como se de uma «*generosidade*» própria se tratasse, um acto governativo que tem de assumir a responsabilidade e a dignidade de uma medida colectiva e não de um

acto esmoler do prof. Cavaco. Em matéria de probidade intelectual estamos, de novo, conversados.

Em quarto lugar, há o revoltante ridículo da temática da cartinha. Vir o primeiro-ministro de um país onde as pensões médias de reforma se situam a níveis terceiro-mundistas dizer a quem tem de contar mensalmente os escudos para sobreviver que o desvelo cavaquista pretende que desfrutem do «*lazer*» e adquiram «*conhecimentos de novas (?) regiões do nosso país*» é formalmente caricato e humanamente insultuoso.

Finalmente, e em quinto lugar, há o pior disto tudo. O prof. Cavaco Silva terá da ética intelectual e política esta miserável visão que se constata, mas não anda na lua. Muito menos andarão os «*especialistas*» de marketing político que terão congeminado a operação. A cartinha, para além desta prosa abjecta, assumirá seguramente, do ponto de vista gráfico, o aspecto de uma folha dactilografada, como se de um original se tratasse, e não faltará mesmo o cuidado de fazer imprimir em tinta azul a assinatura cavacal para dar a entender que efectivamente de uma assinatura própria se trata.

E, não o esqueçamos, esta cartinha dirige-se a idosos, muito plausivelmente pouco informados sobre as operações que hoje a técnica permite. Ou seja: o prof. Cavaco e os seus técnicos sabem e desejam que o seu folheto possa mistificadamente ser tido como efectivamente uma carta pessoal.

Isto é: desejam uma burla.

■ Ruben de Carvalho

A questão de fundo

O movimento dos docentes e investigadores do ensino superior e a greve que decorre no período das avaliações têm constituído, nas últimas semanas, um acontecimento obrigatório de toda a comunicação social.

Importa porém observar que a visibilidade mediática desta situação tem estado no fundamental confinada à não realização de muitas provas específicas. E aos transtornos e (compreensíveis) inquietações provocados aos alunos, num momento crucial da injusta e cruel competição em que foi transformado o acesso ao ensino superior público pela política vigente de restrições quantitativas à entrada (*numerus clausus*).

Manda a verdade que se procurem as causas e os verdadeiros responsáveis pelos problemas que, de forma tão eruptiva, vieram agora à superfície.

A profunda crise do ensino superior público, a extraordinária degradação que se verifica nas condições de trabalho - dos docentes e investigadores e dos estudantes -, acompanhada pela fúria privatizadora deste grau de ensino que obceca o Governo, constitui uma das heranças mais negras que o PSD e o cavaquismo deixam ao país.

Acresce a intolerável surdez de um Ministério da Educação que durante mais de dois anos se recusou a receber os sindicatos dos docentes. E uma ministra

que, em Maio, quando finalmente os atendeu, explicitamente manifestou disposição para negociar todas as matérias, incluindo as de expressão salarial, para um mês depois, em cima das avaliações e de modo provocatório, dar o dito por não dito.

A elevadíssima adesão à greve dos docentes e investigadores do ensino superior, aproximando-se em muitas escolas da totalidade; a expressiva solidariedade manifestada por muitas Associações de Estudantes - com destaque para a Federação Académica do Porto, Associação Académica de Coimbra e Associação Académica de Lisboa - que se identificaram com os docentes na luta por melhores condições de trabalho

e pela defesa e qualidade do ensino superior público; — evidenciam que sem deixar de ter em conta as circunstâncias imediatas e os transtornos que urge ultrapassar e que afligem muitos jovens e as suas famílias, e sem deixar de insistir na reclamação de que o Governo reabra de forma séria a negociação dos problemas, a situação na universidade portuguesa está profundamente alterada.

Evidenciam também a questão de fundo: a de que uma nova política, de orientação democrática para a educação, se tornou já numa massiva e imparável exigência.

■ Edgar Correia

CANNES

Cimeira cinzenta

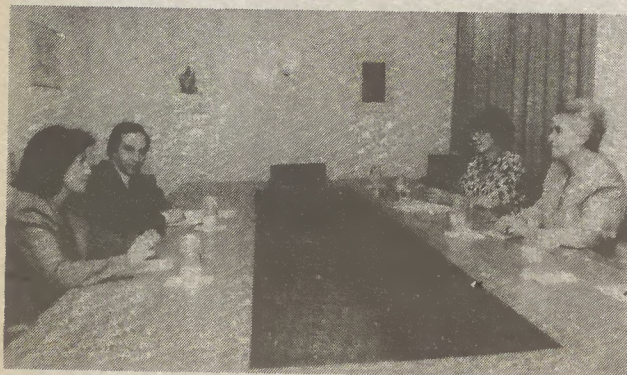
A cimeira do Conselho da UE realizada em Cannes nos finais de Junho, concluindo o semestre da Presidência francesa a seguir à presidência alemã, era suposta vir a ser a brilhante conclusão do desempenho sucessivo dos dois actores mais cotados da União. Sendo a primeira cimeira da UE já a 15 membros e reunindo à boca da cena os 11 candidatos virtuais, Chirac não se poupou a despesas (3 milhões de contos) para engalanar o Palácio dos Festivais da célebre estância da Riviera. Queria fazer a sua entrada em força na cena dos astros comunitários dando um «*novo impulso*» à União. O resultado foi todavia bem apagado. Tudo ou quase tudo foi adiado para os próximos episódios.

Múltiplos dossiers continuaram a marcar passo. Nenhuma clara directriz mobilizadora para a já próxima Conferência Intergovernamental de 1996. Nada de novo quanto à moeda única: já no mês anterior os ministros das finanças tinham adiado a meta de 97 para 99. A Europol tropeça no tribunal de recurso e o seu estatuto fica adiado. As tão badaladas redes transeuropeias, chave mestra para o relançamento do emprego (dizia-se...), fazem que andam mas não andam; a UE dispõe apenas, entre 1995 e 1999, de escassos 1,8 mil milhões de écus quando os projectos estão orçados em mais de 91 mil milhões. A outrora proclamada prioridade das prioridades, o combate ao desemprego, é praticamente esquecida, já que as ridículas «*microempresas*» nada significam de substancial. O anunciado «*plano*» para a Bósnia nada adianta de novo: a criação da Força de Reacção Rápida já estava anteriormente decidida. Afinal, apenas se desbloquearam em Cannes, num cerrado regateio, as cifras do FED, para as ajudas ao Leste, à bacia Mediterrânica e aos ACP's. Aliás nenhuma generosidade para os ACP's, pois o «*pacote*» que lhe coube tem um aumento nominal de apenas 17,8 %, o que significa uma forte redução em termos reais dada a desvalorização (ver «*El País*» de 28/6), tanto mais escandalosa quanto agora os «*doadores*» contam mais três países «*ricos*». Como justamente caracteriza Luís Tibério no *Expresso* de 1/7, Chirac «*adiou tudo o que pôde (ou seja, quase tudo) para Madrid, remetendo para Felipe Gonzalez um carregamento de presentes envenenados*».

A debilidade dos resultados da Cimeira de Cannes não se deve apenas às dificuldades conjunturais da situação interna de diversos países, incluindo a recente passagem de testemunho de Mitterrand a Chirac em França, os sobressaltos em que se encontra Major, as agruras espanholas, a confusão italiana. A raiz é mais de fundo. Os famosos critérios ditos de «*convergência*» ditados em Maastricht são de carácter unicamente monetarista, não conduzindo à necessária convergência real das economias, antes pelo contrário agravando os factores de divergência económica e fractura social. A proclamada «*coesão económica e social*» é mero slogan ou alibi sem consistência estruturante das políticas da UE. Porque é evidente que as diferenças nas situações económico-sociais dos vários países são tais que não pode haver uma via única da política monetária imposta a todos para chegar a tal fim. Antes pelo contrário, os critérios monetaristas de Maastricht, satisfazendo o Bundesbank, confortando o marco, servindo o grande capital transnacional, agravam inevitavelmente os fossos entre os países e fracturas sociais internas a cada país. Para se avançar efectivamente na via de uma real coesão, os critérios para a construção europeia têm de ser outros bem diferentes do colete de forças de Maastricht.

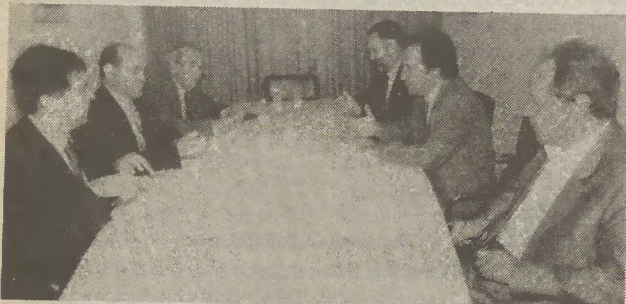
A sucessão das presidências do «*eixo Bona-Paris*», que tanta expectativa criou, magros resultados deu. Agora segue-se a Espanha com um Gonzalez na corda bamba, e depois o quase caos italiano... Se Cannes foi cinzenta, perspectivas mais cinzentas estão pela frente. A não ser que ... A não ser que as potências que realmente mandam na UE imponham uma nova «*fuga para a frente*» como já foi Maastricht, com ainda mais desastrosas consequências. É preciso estar atento.

■ Carlos Aboim Inglez



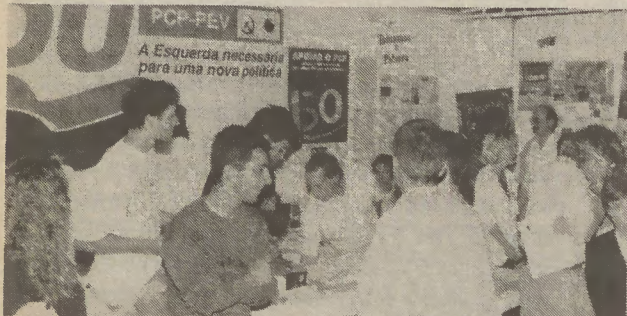
Encontro PCP-Observatório da Cidadania

Uma delegação do PCP, composta por Carlos Carvalhas e Adelaide Pereira, encontrou-se com uma delegação do Observatório da Cidadania, integrada por Helena Cidade Moura e por Teresa Santa Clara Gomes. O encontro realizou-se quinta-feira da passada semana, no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa.



Carvalhas recebe Associação de Comerciantes

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, acompanhado de Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, e de Ferreira Tão, da Comissão para os Assuntos Económicos junto do CC do PCP, recebeu na passada sexta-feira, uma delegação da Associação Portuguesa dos Comerciantes de Material de Construção, dirigida pelo seu secretário-geral, José Manuel Franco de Matos.



Despedimentos na Internacional Vinhos

As comissões de Freguesia de São Lourenço e São Simão do PCP aproveitaram o pavilhão do PCP montado na Feira de Azeitão para continuar a denúncia da situação actual na Internacional Vinhos, que despediu recentemente 44 trabalhadores.

Segundo indicam numa nota à imprensa, a empresa contratou uma psicóloga para alegadamente acompanhar os trabalhadores despedidos, mas estranhamente dedica mais tempo a tentar «pressionar outros trabalhadores a abandonar o posto de trabalho» e aceitar as condições dos patrões daquela multinacional.

No pavilhão montado pelas organizações locais do PCP e da JCP, são igualmente abordados aspectos gerais da situação política e das eleições legislativas, estando expostos materiais alusivos à Festa do «Avante!» e um painel de solidariedade com o povo de Cuba, contra o bloqueio norte-americano.

No decorrer das festas, que se prolongam durante esta semana, os comunistas e seus aliados da CDU promovem visitas de candidatos e activistas, nomeadamente para publicitarem o balanço da actividade dos deputados eleitos na AR, no que se refere ao concelho de Setúbal.

Neste âmbito, destacam a proposta do Grupo Parlamentar do PCP para o lançamento da Variante de Azeitão, durante anos recusada pelo PSD e CDS, para a qual foi agora anunciado um concurso público. O PCP regozija-se com a decisão lembrando no entanto que só foi tomada num momento em que se aproximam as eleições.

Rio Tinto elevada a cidade

A Comissão Concelhia do PCP saúda a elevação a cidade da Vila de Rio Tinto, aprovada pela Assembleia da República no passado dia 21 de Junho, mas lembra que esta decisão «sendo importante, não resolve, por si só as muitas carências sociais, económicas e de infra-estruturas».

Atribuindo responsabilidades ao Governo e à Câmara Municipal, gerida até 1993 pelo PS e actualmente pelo PSD, os comunistas exigem medidas para o combate ao desemprego, e a resolução de problemas no domínio da habitação social, saneamento básico e rede viária.

Carvalhas no fim-de-semana

«Vamos mudar à Esquerda»

Milhares de pessoas participaram, no passado domingo, no Convívio Norte, realizado no aprazível Pinhal das Marinhas em Esposende, que juntou militantes comunistas, activistas e apoiantes da CDU dos distritos do Norte do País



O Convívio Norte foi uma animada jornada de confraternização

No âmbito desta iniciativa decorreu desta vez o tradicional Passeio Anual das Mulheres CDU, razão que explicou uma presença feminina mais numerosa que o habitual e que trouxeram grande animação e vivacidade ao convívio.

Depois da intervenção de Amália Andrade, uma das organizadoras da iniciativa, falou António Lopes, candidato pelo círculo de Braga, que lembrou a luta dos comunistas na defesa dos direitos dos trabalhadores, incluindo a reivindicação de reduzir o horário de trabalho para 40 horas.

João Amaral, cabeça de lista pelo círculo do Porto, aludiu às atitudes prepotentes de Fernando Gomes, dirigente do PS e presidente da CM do Porto, que repetidamente mandou arrancar a propaganda eleitoral da CDU das ruas da cidade. Criticando esta actuação, João Amaral sublinhou que a «democracia faz-se com democratas».

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, num discurso várias vezes interrompido por aplausos, apelou ao voto na CDU e, dirigindo-se aos militantes socialistas que, num gesto assinalável, integraram o convívio explicou a muitas razões da necessidade de uma política de esquerda para o nosso país.

Como salientou depois Jorge Matos, o Convívio Norte foi uma agradável jornada e um impulso para a luta para novos e mais votos em Outubro.

Durante a iniciativa foi sorteada uma viagem a Cuba, tendo sido contemplada Elzira Moraes, de V.N. de Gaia, apoiante da CDU, que decidiu oferecer o prémio como contribuição.



A necessidade de uma viragem à esquerda foi mais uma vez sublinhada na Damaia

Festa na Damaia

Intervindo na festa realizada no passado sábado na Damaia, Carlos Carvalhas sublinhou, a propósito da actual situação socioeconómica dos trabalhadores portugueses, que a banca e os seguros duplicaram os seus lucros entre 1992/1993.

Confrontando a disparidade entre os lucros acumulados pela banca e os salários dos trabalhadores, o secretário-geral do PCP referiu que nos últimos anos os aumentos dos salários foram da ordem dos 9,5 por cento, enquanto os impostos cresceram 19,5 por cento no mesmo período.

Cascais

Na passada sexta-feira, Carlos Carvalhas falou sobre o desemprego, a agricultura, as pescas e as desigualdades sociais, durante uma sessão na colectividade 1º de Maio, em Cascais.

Carlos Carvalhas começou por referir que cerca de 50 por cento dos desempregados são mulheres, entre 200 mil pessoas que se encontram nesta situação, chamando a atenção a existência de um novo grupo de excluídos: os abrangidos por reformas antecipadas.

Como causa do desemprego, o líder do PCP referiu-se ao sucessivo encerramento de indústrias, «à liquidação de 100 mil explorações» agrícolas e à destruição de embarcações de pesca - resultado de uma política europeia em que, considerou, «são os outros países que ditam as regras».

Carvalhas lembrou ainda que o governo atribuiu subsídios aos

grandes proprietários alentejanos, no valor de 60 milhões de contos, montante esse - sublinhou - que daria para «reconstruir todas as casas dos bairros históricos de Lisboa».

No final da sua intervenção, o secretário-geral do PCP anunciou que o partido já conseguiu recolher cerca de 75 mil contos para cobrir as despesas da actual campanha eleitoral, quantia que representa sensivelmente metade das necessidades.

Com Bombeiros de Queluz

Nesta terça-feira, Carlos Carvalhas visitou as instalações da Associação Humanitária dos Bombeiros de Queluz, acompanhado de dirigentes locais do Partido e do vereador da CDU na CM de Sintra, Lino Paulo, candidato pelo círculo de Lisboa às próximas legislativas.

Durante a recepção realizada no Salão Nobre, em que estiveram dirigentes de outras associações de bombeiros voluntários

do concelho, usou da palavra o presidente Salvador da Luz, que expôs as diversas dificuldades que se colocam à Associação, chamando em particular a atenção para a injusta legislação actualmente vigente que obriga os bombeiros voluntários a possuírem alvará para prestarem serviço de ambulância.

Carlos Carvalhas recordou que o PCP apresentou um projecto de lei no sentido de abolir aquela imposição, que dificulta a actividade dos bombeiros, colocando-os em pé de igualdade com as empresas privadas.

O secretário-geral do PCP referiu-se ainda ao problema dos fogos florestais, apontando algumas das suas causas, bem como várias medidas que os comunistas preconizam para o seu combate eficaz.

Realçando o importante papel do associativismo popular, Carvalhas salientou em particular a intensa actividade da Associação Humanitária dos Bombeiros de Queluz, que abrange diversas áreas da cultura e do desporto.

Festa amiga

A Festa Amiga, realizada anualmente pela Comissão Concelhia de Palmela do PCP, encerrou no passado domingo, marcando-se como é habitual por um ambiente alegre de confraternização.

Este ano, o programa cultural esteve bem recheado, destacando-se a presença de dois grupos oriundos da comunidade timorense, residentes no concelho, bem como a actuação dos ranchos folclóricos de «Fernando Pó» e de «Os Pioneiros», de Vendas Novas.

Por ali passou ainda o grupo «Last Resource», bem como uma formação de música popular portuguesa. O programa incluiu igualmente uma noite de fados.

A Festa foi também uma oportunidade para os artistas plásticos do concelho exporem os seus trabalhos, ao lado de espaços dedicados à solidariedade com o povo de Timor e com os trabalhadores da Manuel Pereira Roldão, que ali estiveram a vender o produto do seu trabalho, determinados a salvar os seus empregos na empresa.

O momento político aconteceu na noite de sábado, tendo intervindo os camaradas Vítor Borrego, presidente da AM de Palmela e candidato da CDU, e Octávio Teixeira, da Comissão Política, presidente do Grupo Parlamentar do PCP e cabeça de lista pelo círculo eleitoral de Setúbal.

Depois de responsabilizar a política de direita do Governo PSD de Cavaco Silva pela grave situação em que o país se encontra, Octávio Teixeira comparou as propostas do PSD e do PS para concluir que não basta mudar de rótulo é necessário que o conteúdo seja outro. Esta alteração, disse, faz-se com uma política de esquerda e com o reforço da CDU.

Álvaro Cunhal em Montemor-o-Novo «É possível dar a volta a isto»

Acompanhado de candidatos da CDU pelo círculo de Évora, nomeadamente do cabeça de lista Lino de Carvalho, e de vários dirigentes do Partido, Álvaro Cunhal esteve no passado sábado no concelho de Montemor-o-Novo, onde se realizaram duas animadas jornadas de convívio de militantes do PCP, activistas e apoiantes da CDU.

Intervindo, à noite, na festa realizada em Montemor-o-Novo, Álvaro Cunhal recordou os desenvolvimentos políticos dos últimos meses, desde a decisão do Comité Central de Dezembro do ano passado, que reclamava a dissolução da AR, a demissão do Governo e a antecipação das eleições legislativas.

Como notou o dirigente comunista, tratou-se de uma decisão justa, a que se seguiu a renúncia de Cavaco Silva à presidência do PSD, anunciando que não se recandidaria às legislativas. Neste quadro, frisou Álvaro Cunhal, estavam reunidas as condições necessárias para dissolver a Assembleia e convocar eleições antecipadas. Contudo, o Presidente da República assim não considerou, permitindo que o Governo continue até Outubro, e tente recuperar novamente a base eleitoral de apoio.

No entanto, Álvaro Cunhal deixou claro que «temos razões para confiar que o PSD será derrotado nas próximas elei-

ções». O perigo, segundo considerou, é verificar-se a substituição de uma maioria absoluta por outra mantendo-se no essencial a mesma política de direita.

Salientando que o que interessa não é a mudança dos homens mas sim a mudança da política, Álvaro Cunhal apelou ao voto na CDU - «a única força que apresenta uma política diferente, capaz de resolver os problemas nacionais».

Lembrando as lutas no concelho contra o regime fascista, o dirigente comunista afirmou que a reforma agrária foi uma grande aspiração das gentes do Alentejo e de parte do Ribatejo. Os comunistas, disse, inscreveram a Reforma Agrária no seu programa muito antes do 25 de Abril e não como outros partidos que também o fizeram mas que depois lutaram contra ela. «Tivemos um papel importante, com os trabalhadores, para a realização da Reforma Agrária e temos motivos para nos orgulharmos dessa intervenção», declarou, defendendo que é



Depois da festa em Cortiçadas do Lavre (na foto), Álvaro Cunhal participou, à noite, no comício realizado em Montemor-o-Novo

uma experiência a ter em conta no futuro, considerando as insuficiências e até alguns erros, mas nunca esquecendo os seus «grandes ensinamentos e realizações».

Como referiu mais adiante, «só no concelho de Montemor-o-Novo chegaram a existir mais de 50 unidades coletivas de produção que empregavam milhares de trabalhadores». Hoje o que existe «é apenas uma recordação positiva do que foi a reforma agrária». São ao todo seis as UCP's ainda existentes no concelho, que embora em terras arrendadas mantêm ainda centenas de postos de trabalho. Saudando estas cooperativas, Álvaro Cunhal reafirmou que a Reforma Agrária é a solução para o Alentejo, já que o grande latifúndio mantém as terras abandonadas,

chegando mesmo a receber milhões de contos para não produzirem.

Ao evocar os exemplos de coragem de Germano Vidigal, assassinado há 50 anos, e de José Adelino dos Santos, morto a tiro em 1968, o presidente do Conselho Nacional do PCP valorizou o património de luta do Partido contra o fascismo e pelas conquistas democráticas do 25 de Abril, salientando que é preciso continuar designadamente para conseguir um bom resultado nas próximas legislativas - «a grande batalha política do ano».

Antes de Álvaro Cunhal, interveio Alexandre Pirata, membro da Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP e candidato da CDU, a que se seguiram curtas palavras do camarada Danado, em nome da JCP.

Lino de Carvalho, cabeça de lista por Évora, trouxe uma mensagem de confiança ao apostar no reforço eleitoral da CDU no distrito, onde pretende continuar a ser a força mais votada e eleger dois deputados. Para o candidato, as razões desta confiança baseiam-se no trabalho feito e nas propostas que o PCP e a CDU têm para apresentar ao eleitorado.

Com 17 deputados eleitos no âmbito da CDU, disse, «fomos os que mais iniciativas apresentámos na Assembleia da República ao longo dos últimos quatro anos (...), o nosso optimismo resulta da consciência de que honrámos os compromissos e as populações sabem que somos a força mais coerente na AR e no Poder Local».

Fazendo um balanço negativo de dez anos de governação do PSD, oito dos quais em

maioria absoluta, Lino de Carvalho salientou o isolamento crescente do Alentejo e a profunda crise económica e social em que se encontra, consequência em grande parte do facto de 1 por cento das explorações agrícolas abrangerem cerca de 80 por cento da área útil.

Contudo, o candidato alertou para as manobras demagógicas Governo/PSD que em véspera de eleições já começou a distribuir cheques à associações e clubes desportivos, anunciou o lançamento da primeira pedra para a construção da Barragem dos Minutos, a abertura (pela quarta vez!) do Hospital do Patrocínio, e voltou a prometer 170 milhões de contos para combater o desemprego, programa já anunciado em véspera das últimas autárquicas.

Reafirmando que não basta mudar de protagonistas, Lino de Carvalho disse que o voto no PS não é solução, enumerando a seguir as muitas semelhanças das propostas e prática do PS com a política seguida pelo PSD: a mesma política para se atingirem os critérios de Maastricht; o apoio às indemnizações aos agrários; a flexibilização das leis laborais; a recusa em discutir uma nova Reforma Agrária para o Alentejo.

Por tudo isto, Lino de Carvalho conclui que nas próximas eleições não se trata apenas de derrotar a direita e o PSD: «isso está praticamente garantido». Do que se trata, explicou, é mudar de política, para o que é necessário votar na CDU.

Candidatos em Cabeceiras de Basto

Os candidatos da CDU, António Lopes e José Manuel Marques, estiveram na passada segunda-feira em Cabeceiras de Basto onde se encontraram com representantes de organizações e instituições locais.

Cabeceira de Basto é um concelho fortemente deprimido, registando perdas de população nos últimos dez anos na ordem dos 15 por cento.

É significativo que o concelho, onde o PSD tem grande apoio eleitoral, continue ao fim destes anos sem uma escola para o Ensino Secundário e que o projecto que visa a sua instalação corra o risco de ser entregue a entidades privadas que exploram o actual externato.

Os candidatos inteiraram-se da sobrelotação da escola C+S, frequentada por cerca de 1200 alunos quando em princípio não deveriam ultrapassar os 700. O insucesso escolar é bem expresso em mais de 45 por cento de negativas às disciplinas fundamentais.

A situação na área da saúde também não é famosa, obrigando qualquer mulher de Cabeceiras que queira ter um parto assistido medicamente a deslocar-se até Guimarães.

Durante a visita foi possível concluir que, a manterem-se as actuais opções políticas, tenderá a acentuar-se a desertificação e a destruição do património e riquezas do interior norte.

Álvaro Amaro distribui cheques em Seia

A CDU da Guarda anunciou na segunda-feira, numa nota à imprensa, que vai apresentar queixa ao Ministério Público contra a Comissão Política Distrital do PSD e Álvaro Amaro, dirigente do PSD e secretário de Estado da Agricultura.

Esta decisão surge na sequência da utilização indevida dos dinheiros do Estado, cujo exemplo mais recente se reporta às visitas dessa comissão do PSD a freguesias do concelho de Seia, onde entregaram cheques para obras de carácter social e cultural. Álvaro Amaro, a quem já chamam «o padrinho», arranja dinheiro para tudo o que lhe pedem ou para aquilo que ele considera ter interesse político, o que indicia claramente o típico tráfico de influências e favorecimento político.

«Vale tudo na louca obsessão de não deixar fugir o poder. Misturam-se funções governativas com responsabilidades partidárias. Há já quem pense que a Guarda tem um governo autónomo, onde quem manda é um tal secretário de Estado da Agricultura, que acumula todos os outros pelouros», lê-se no comunicado.

«Nunca é tarde para agir contra esta promiscuidade reinante entre PSD, Governo e aparelho de Estado», acrescenta a distrital. «É necessário pôr cobro ao clientelismo político, à utilização abusiva dos recursos do Estado em benefício partidário. Este comportamento é ilegal e merecedor de apreciação do poder judicial.»

PCP condena

O Conselho Coordenador Regional da Guarda do PCP, reunido no domingo, condenou igualmente as sessões de distribuição de dinheiro de Álvaro Amaro. Os comunistas chamam a atenção para a grave crise em que se encontra a pastorícia e a indústria têxtil, onde se encontram várias empresas com salários em atraso.

Na reunião foi abordada a programação da Campanha Eleitoral. Os membros do Conselho lembram que recentemente agricultores impediram o PSD de colocar pendões frente às suas casas.



Aveiro Recuperar o deputado

Na passada quarta-feira, foi apresentada a lista da CDU pelo círculo eleitoral de Aveiro, que o Avante teve oportunidade de publicar no passado número. Na cerimónia, além dos candidatos e de algumas dezenas de apoiantes, participaram representantes do PCP, do Partido Ecologista «Os Verdes» e da Intervenção Democrática.

Na sua intervenção, António Salavessa, candidato e membro da Direcção Regional do PCP, referiu que um dos grandes objectivos para estas eleições é voltar a eleger deputados da CDU por este distrito e declarou que esta lista se encontra «profundamente ligada à vida e ao pulsar da nossa região, constituída por pessoas com intervenção quotidiana nas mais diversas áreas.»

O candidato afirmou que é necessário «elevar o distrito ao lugar cimeiro que merece, por direito próprio e por necessidade absoluta». Aveiro é apontado como um dos distritos mais importantes do país, mas verificam-se ainda situações terceiro-mundistas no abastecimento de água e no saneamento, o maior défice habitacional do país, horários acima da média, salários baixos e crescimento acelerado do desemprego.

Durante esta apresentação foi também divulgado um conjunto de 35 primeiros subscritores de um documento distrital da apoio à coligação.

Câmara do Porto acusada

Destruição da propaganda CDU é ilegal

Ao destruir, sem motivo legal e devidamente fundamentado, o material de propaganda da CDU, a Câmara Municipal do Porto cometeu uma conduta ilícita, cujos danos são susceptíveis de reparação cível e eventual responsabilidade criminal - este o parecer da Comissão Nacional de Eleições (CNE), produzido na sequência de uma queixa apresentada pela Direcção da Organização da Cidade do Porto (DOCP) do PCP contra aquele órgão autárquico, pela destruição e remoção de propaganda afixada na cidade nortenha.

A destruição de propaganda da CDU pelos serviços camarários, o mês passado, levou a DOCP/PCP a protestar inicialmente junto da Câmara do Porto. Na carta então enviada ao executivo, para além da indicação da legislação aplicável ao caso, fazia-se notar a inexistência de qualquer regulamento municipal sobre o assunto e dava-se conta dos locais em que a propaganda tinha sido removida e/ou destruída. Idêntica queixa seguiu para a CNE, que por seu turno solicitou à Câmara esclarecimentos sobre a matéria em causa.

A resposta da edilidade foi curiosa: rejeitava a possibilidade de submeter o sucedido à apreciação da CNE, considerando que esta não possui competência para o efeito. Mais curioso ainda é que, tendo a CNE solicitado à Câmara a apresentação de cópia do eventual regulamento ou postura municipal em vigor sobre a afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda, a resposta tenha sido... a falta de resposta.

Confrontada com esta situação, considerou a CNE - analisados os factos e tendo em conta a legislação em vigor - que não só tem competência para apreciar o conflito, como sobejam razões para dar provimento à queixa.

Com efeito, sublinha a CNE no seu parecer que "o novo regime da afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda, incluindo as de natureza política" veio alargar a "liberdade do exercício das actividades de propaganda", pelo que as normas correspondentes das leis eleitorais "devem ser objecto de interpretação actualista compatível com o actual quadro constitucional e legal". Daqui se infere que "os poderes de fiscalização da CNE em matéria de liberdade de propaganda" se iniciam pelo menos com o desencadear formal do processo eleitoral através da marcação das eleições, o que no caso vertente ocorreu em 21 de Junho último. Nem outra coisa faria sentido, como se faz notar, pois se estaria a criar um "vazio de poder" que

impedira "que para lá da campanha eleitoral os atropelos à referida liberdade, quer por parte das autoridades administrativas, quer pelos próprios promotores das acções de propaganda, fossem devida e eficazmente controlados por um órgão superior independente, de forma a evitar aproveitamentos abusivos tendentes a prejudicar ou beneficiar candidaturas".

Câmara não tem razão

Pelo exposto, concluiu a CNE que a Câmara Municipal do Porto não tem razão no respeitante à competência para apreciar o assunto, e que a matéria em causa "pode e deve ser apreciada, com força vinculativa" pela Comissão Nacional de Eleições.

O parecer da CNE lembra ainda que "a actividade de propaganda político-partidária, seja qual for o meio utilizado, pode ser desenvolvida livremente fora ou dentro dos períodos eleitorais, com ressalva das proibições e limitações expressamente previstas na lei", nas quais não se incluem quaisquer normas autárquicas.

Como se afirma taxativamente no parecer, os órgãos autárquicos carecem de competência para regulamentar o exercício da liberdade de propaganda e não podem mandar retirar cartazes, pendões ou outro material de propaganda gráfica, assim como, concomitantemente, as autoridades

policiais se devem abster de impedir o exercício dessa actividade política, no desenvolvimento de direitos fundamentais dos cidadãos.

Para que não subsistam dúvidas sobre a matéria, a CNE faz ainda notar que a afixação ou inscrição de mensagens de propaganda é livre e não carece de licenciamento prévio ou comunicação às autoridades administrativas competentes, pelo que os executivos autárquicos só podem não consentir e, por isso, limitar a afixação de propaganda apenas, mediante fundamentação concreta, nos casos expressamente previstos na lei e porventura esmiuçados em regulamentos ou posturas municipais, mas nunca, fora desses casos, impedir, proibir, rasgar, destruir, inutilizar ou remover propaganda político-eleitoral afixada ou colocada em locais públicos ou particulares.

Face ao exposto, e tendo ainda a preocupação de citar toda a documentação aplicável à matéria, a CNE chega à conclusão que se impõe: a Câmara Municipal do Porto cometeu uma conduta ilícita, cujos danos são passíveis de reparação cível e eventual responsabilidade criminal. Mas se infor-



ma que o dano em material de propaganda eleitoral afixada, quando provocado em período eleitoral, faz incorrer o agente na pena de prisão até seis meses e (...) multa de 1.000\$00 a 10.000\$00.

O parecer da CNE, vinculativo, conclui que, não havendo fundamento legal para a remoção do material de pro-

paganda da CDU, deve a Câmara Municipal do Porto repor de imediato e em tempo útil ou, pelo menos, permitir a reposição dos pendões retirados.

Esperemos que o executivo de Fernando Gomes, dirigente do PS, recorda-se, aprenda de uma vez a respeitar a liberdade de expressão.

CAMARADAS FALECIDOS

Fernando Santos

Faleceu recentemente Fernando Santos, com 67 anos de idade. Estava organizado na Freguesia da Verderena - Barreiro.

Joaquim Henriques

Faleceu Joaquim Vicente Henriques, de 77 anos de idade. Era natural do Couço e militava no Partido desde o início dos anos 40.

José de Almeida

Faleceu, no passado dia 11, José Alves de Almeida, de 63 anos de idade, membro do PCP desde 1949. Pertenceu ao MUD Juvenil, tendo sido preso pela PIDE em 1958, passando pelo Aljube, Caxias, Porto e Peniche ao longo de seis anos consecutivos.

Dirigente associativo e cooperativo durante décadas, era actualmente membro da Comissão Concelhia de Almada do PCP, membro da Comissão de Trabalhadores da CM de Almada, Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Clube Recreativo Piedense e 1º Secretário da Mesa da Assembleia Geral do Clube Desportivo da Cova da Piedade.

No seu funeral, na manhã de 12, estiveram presentes centenas de pessoas, entre familiares, camaradas e amigos.

José Cezílio

Faleceu, com 50 anos, José Vidinhas Cezílio, de 50 anos de idade. Residia no Algueirão e trabalhava no SMAS em Sintra, onde era muito prestigiado.

Manuel Alfaiate

Faleceu Francisco Manuel Velhinho Alfaiate, nascido em 29 de Agosto de 1937, na Freguesia

de Pias, concelho de Serpa. Participou na organização do Movimento Grevista no concelho em 1955/56, foi candidato do PCP às eleições para a Assembleia Constituinte e para a Assembleia da República em 1976. Foi delegado sindical e pertenceu à Comissão Concelhia de Beja e à DORBE do PCP.

Manuel Calvário

Faleceu, com 83 anos de idade, Manuel Calvário. O operário corticeiro desde muito jovem, foi músico da banda da SFUAP desde 1937, onde se manteve até aos últimos dias da sua vida, tendo granjeado grande prestígio e respeito entre os jovens. Membro do PCP desde os anos 50, foi preso pela PIDE várias vezes, estando organizado na Freguesia da Cova da Piedade, onde desenvolvia actividade partidária.

Saul Guincho

Faleceu Saul da Silva Mata Guincho, de 57 anos. Foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca e teve um papel determinante na formação do Movimento Cooperativo em Peniche. Foi membro da Comissão Concelhia de Peniche do PCP.

Teodoro de Oliveira

Faleceu, no passado dia 24 de Junho, Teodoro de Oliveira, com 77 anos. Perseguido e preso pela PIDE várias vezes, estava organizado na Freguesia do Lavradio - Barreiro.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do "Avante!" manifesta sentidas condolências.

CDU anima Coimbra

No passado fim-de-semana, a CDU de Coimbra promoveu uma festa no Jardim da Sereia, para a apresentação pública da lista de candidatos da coligação.

Avelãs Nunes, cabeça de lista, fez uma intervenção destacando «a falência da política de direita, quer seja feita por partidos de direita quer por partidos ditos de esquerda». Mais adiante, afirmou que «o Partido Socialista já deu provas de defender a política de direita» pelo que «a única alternativa de esquerda é a CDU».

O candidato independente referiu-se ainda aos exemplos dos partidos socialistas italiano, francês e espanhol «apanhados nas malhas da corrupção» para os relacionar com a posição do PS em defesa do financiamento dos partidos pelas empresas. «Champalimaud já veio a público elogiar Guterres. Quem sabe se não está disposto a financiar a campanha socialista...»

Avelãs Nunes falou ainda sobre a Comunidade Europeia

salientando que «todos reconhecem que a integração não tem servido a Portugal» e acusando o PS de ser «federalista e defensor da União Europeia».

Por isso, concluiu que «só os votos na CDU é que são alternativa de esquerda. Nestas eleições mais que nunca».

Nesta festa da CDU houve música para todos os gostos, poesia, teatro e humor, venda de livros, artesanato comestível e muita gente, demonstrando que «a esquerda é uma festa!».

Comício em Queluz

Decorreu no passado dia 30 de Junho em Queluz um comício-festa que contou com a presença dos candidatos por Lisboa, Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, e Lino Paulo, que é actual vereador da CM de Sintra.

Os muitos presentes participaram numa animada sardinhada que antecedeu o período de intervenções. O comício foi presidido por Lurdes Boavida, da Comissão de Freguesia e eleita na Assembleia de Freguesia de Queluz, tendo usado da palavra Luís Sá e Lino Paulo.



Campanha Nacional de Fundos soma 75 120 contos

Metade do objectivo atingido

Cerca de 75 mil 120 contos é o total já atingido pela Campanha Nacional de Fundos do PCP, o que significa ter sido já ultrapassada, em todo o país, metade da meta que constitui o objectivo final desta iniciativa: angariar para o Partido 150 mil contos que permitam fazer face às despesas que a batalha eleitoral que se avizinha acarreta.

O apuramento deste resultado foi feito na última reunião nacional da comissão que dirige a iniciativa, realizada na quinta-feira passada, onde foi dada uma informação rica e variada através dos testemunhos de responsáveis regionais da Campanha que deram conta de experiências muito positivas de lançamento de acções que obtiveram boa resposta por parte das pessoas contactadas, o que permitiu em muitos concelhos do país a chegada, a meio do prazo previsto, ao objectivo final inicialmente previsto.

Tal facto obrigará, uma vez que ainda faltam seis meses para o encerramento da Campanha, a que nesses concelhos se tenha de elevar o valor das metas que existiam.

Presença na Festa

Na reunião a que fazemos referência foi programada a intensificação do trabalho durante o período do Verão até à Festa do «Avante!», ficando decidido alguma coisa sobre o modo como a Campanha vai marcar presença na Festa.

Serão assim criados espaços próprios da Campanha Nacional de Fundos nas zonas das diversas Organizações Regionais que, para além dos materiais para recolha de contribuições, se pretende que sejam simultaneamente locais de animação política, onde se possa estabelecer o diálogo com o visitante da Festa e onde estejam diversos materiais eleitorais da CDU e outros do PCP.

As receitas obtidas nestes espaços serão somadas aos apuramentos das respectivas organizações regionais.

Também no pavilhão central da Festa, a Campanha de Fundos marcará presença, nomeadamente na Banca Central.

Na reunião de que damos notícia, foi realçada a necessidade de contrariar, na Festa, a realização de outras iniciativas sectoriais ou regionais, designadamente sorteios, que, pela eventual proliferação, possam vir a confundir o visitante.



A reunião nacional da Campanha de Fundos tomou decisões para acelerar o andamento da iniciativa durante o período do Verão



Como participar

Para participar nesta Campanha Nacional de Fundos pode-se adquirir em qualquer Centro de Trabalho do PCP cupões que representam contribuições de 500, mil, cinco mil, dez mil escudos e 50 contos ou participar em listas para recolha de fundos.

Foi aberta uma conta bancária onde também podem ser depositadas as contribuições para a Campanha Nacional de Fundos do PCP. Os depósitos destinados a esta conta deverão ser feitos na Caixa Geral de Depósitos, dirigidos à Agência do Rego (Lisboa) com o número 0680/002022431. Refira-se que as contribuições que entrem nesta conta serão imputadas às Organizações Regionais da área de origem do depósito, pelo que não se verificará qualquer prejuízo para a contabilização dos níveis de concretização de objectivos dessas regiões.



Para além da vertente contributiva pontual, esta campanha tem igualmente outro plano de actuação: a actualização e aumento das quotizações dos militantes do Partido.

As quotas são pois uma área da Campanha que devem ser encaradas de modo combinado, do ponto de vista financeiro e organizativo, por parte das organizações que devem definir objectivos quanto à elevação do volume de quotizações a recolher este ano, quanto ao número de militantes a pagar quota e quanto à elevação da quota média recolhida.

Há que examinar medidas concretas para a realização desta componente da Campanha Nacional de Fundos e para a avaliação do seu andamento (trimestral quanto às quotizações e mensal quanto às contribuições).

Évora trabalha e avança

Um dos balanços mais completos a que o «Avante!» teve acesso sobre a actividade regional no âmbito desta Campanha de Fundos do PCP, foi o que proveio de Évora, onde em 14 concelhos do distrito, oito ultrapassaram 50 por cento da sua meta ou estão em cima dela. Na altura da reunião, os depósitos no banco - o que excluía dinheiro já recolhido mas ainda não depositado - somavam já dois mil e 16 contos o que representa mais de 40 por cento da meta total.

O camarada António Gervásio deu ao nosso jornal alguns exemplos de pequenas e grandes iniciativas que contribuíram para este resultado. Foi o caso de **Montemor-o-Novo**, onde um convívio feito em Maio no CT rendeu 43 contos. Faltam ainda apurar resultados nas duas festas realizadas a 1 de Julho, uma nas **Cortiçadas** e outra na cidade, com a presença do camarada Álvaro Cunhal, bem como nos diversos porta-a-porta que estão marcados para este mês. Diga-se que neste concelho um militante comprou 75 contos de cupões e uma simpatizante quatro cupões de dez contos!

Em **Mora** fez-se em Junho um convívio e baile onde aconteceu um militante oferecer 100 contos. Em **Évora** realizaram-se já três abordagens de grande dimensão, de um total de seis previstas, resultando das primeiras a soma de 250 contos. Na Feira de São João, além do que está orçamentado para as receitas normais da Direcção Regional, a organização trabalha para acrescentar ainda 500 contos só para a Campanha.

No **Sabugueiro** realizou-se no passado dia 1 um porta-a-porta, enquanto na feira de Maio de **Vendas Novas** o objectivo de aumentar as receitas em relação ao ano passado resultou em pleno: mais do dobro com contribuições de destaque de militantes e simpatizantes reformados, que se esforçaram por comprar cupões de 500 e mil escudos, o que, dada as conhecidas dificuldades deste sector da população, é um significativo exemplo de solidariedade e espírito de militância.

Em **Montrigo** um almoço com a participação de Álvaro Cunhal contabilizou 70 contos enquanto iniciativa idêntica realizada em **Estremoz** rendeu 65 mil escudos.

CDU apresenta lista na Guarda

No domingo dia 2 de Julho, realizou-se um Almoço CDU na cidade da Guarda, onde foi apresentada a Lista candidata às eleições legislativas de Outubro. A apresentação da lista foi feita pelo Mandatário, Dr. Luís Nogueira, realçando que estes são homens e mulheres com provas dadas na luta em defesa dos trabalhadores e do desenvolvimento do Distrito, pessoas empenhadas que lutam todos os dias. Referiu em seguida o abuso do PSD e de Álvaro Amaro com os dinheiros públicos em acções de campanha eleitoral no Concelho de Seia, afirmando que a CDU vai apresentar queixa ao Ministério Público.

O Deputado André Martins, 1º Candidato da Lista da CDU, exigiu que a Ministra do Ambiente dê a conhecer o Plano Integrado de Defesa do Parque Natural da Serra da Estrela, realçando que se o não fizer é porque não existe nenhum plano, mas só, mais uma vez, anúncios de verbas há muito prometidas.

Sobre as gravuras de V.N. de Foz Côa, André Martins exigiu o fim das obras de construção da barragem, pronunciando-se pela alargamento e aprofundamento dos estudos para conhecimento do património do Vale do Côa e também contra as intenções de retirar as gravuras do local, afirmando que «se as gravuras não sabem nadar também não sabem voar» e lançou o desafio ao PS e ao PSD para que definam claramente as suas posições antes do acto eleitoral de Outubro.

Sérgio Teixeira, membro da Comissão do CC do PCP, interveio para realçar a importância do voto na CDU. Na Guarda ou noutros Distritos do Interior, o voto na CDU conta sempre para derrotar a direita e a política de direita. E interrogou os presentes porque é que o grande capital vê com bons olhos um Governo do PS, afirmando que não será por certo para que o PS venha a desenvolver uma política favorável ao mundo do trabalho.

Os candidatos

André Valente Martins, 42 anos — licenciado em Sociologia. Deputado e Presidente Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes» na Assembleia da República. Integra a Comissão Executiva Nacional deste Partido.

José Manuel Costa, 41 anos — Professor do 2º Ciclo. Membro do Executivo da Guarda

do Sindicato dos Professores da Região Centro. Do Secretariado da União dos Sindicatos da Guarda. Encabeçou a Lista à Câmara Municipal da Guarda e nas anteriores Eleições Legislativas. É Membro da Direcção Regional da Guarda do PCP. Residente na Guarda.

Anastásia (Natacha) Dias Ferreira da Cunha Leite, 34 anos - Professora de Educação Física do 2º Ciclo. Independente proposta pela PCP. Residente em Seia.

Júlio Cunha Lameiras, 54 anos - Industrial de Hotelaria. Tem representado com enorme êxito a Região de Turismo da Serra nos mais importantes certames e Festivais de Gastronomia nacionais, conquistando para a cozinha serrana grande projecção e prestígio. É membro da Comissão Concelhia de Gouveia do PCP. Residente em Gouveia.

José Manuel Novo de Matos, 41 anos - Médico Cirurgião. Presidente da Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela (ASE). Professor de Patologia Cirúrgica na Escola Superior de Enfermagem Artur Ravara. Membro de várias Sociedades Científicas Nacionais e Internacionais. Treinador de Judo com a Graduação de 1º DAN. Eleito da CDU na Assembleia Municipal de Manteigas. Independente.

Manuel Joaquim dos Santos, 68 anos - Agricultor. Pertence à Direcção da Associação dos Agricultores da Guarda. Liderou o processo para a passagem de Malta a Freguesia. É Membro da Comissão Concelhia de Pinhel do PCP. Residente em Pinhel

Manuel Ferrão Botelho, 44 anos - Operário Têxtil. Fez parte da Direcção do Sindicato Têxtil da Beira Alta e Coordenou o Secretariado do mesmo Sindicato em Manteigas. Encabeçou a Lista da CDU à Freguesia de S. Pedro onde era eleito. Pertence à Comissão Coordenadora Concelhia da CDU em Manteigas. Residente em Manteigas.

Filipa Alexandra Domingos dos Santos, 18 anos - Estudante do 12º ano. Ligada ao Movimento Associativo Estudantil. Membro da J.C.P. onde integra a Comissão Coordenadora Nacional para o Ensino Secundário.



FUTURO INCERTO NA OLIVA

Foram pagos com atraso os salários de Maio a cerca de 500 trabalhadores da Oliva Indústrias, de São João da Madeira, «mas a situação continua confusa e instável no que respeita ao futuro da empresa», alerta a comissão concelhia do PCP. Em comunicado recente, recorda-se o aviso feito pelos comunistas quando da aprovação do Plano Director Municipal, devido ao que este previa para a área onde estão instaladas a Oliva e a Sanjo, e pergunta-se se «não haverá nenhuma ligação entre a situação em que se encontra a Oliva e o facto do PDM prever para aquela zona construção habitacional».

Saudando a luta dos trabalhadores, que a 23 de Maio realizaram o plenário mais participado dos últimos dez anos, a concelhia do PCP expressa a sua indignação pela «facilidade e displicência» com que se joga o futuro de centenas de trabalhadores, pelo silêncio e não intervenção dos órgãos do poder, e mostra preocupação face ao silêncio das outras forças políticas.

«O futuro da Oliva tem que ser jogado com muita clareza, tendo como pressuposto fundamental que ao desenvolvimento da empresa está inerente o bem-estar dos seus trabalhadores, a garantia do seu direito ao trabalho e correspondentes vencimentos, bem como as regalias sociais no respeito pelas leis laborais» - afirma o PCP. Citando a administração da empresa, os comunistas de São João da Madeira constatarem que a Oliva possui actualmente «a melhor carteira de encomendas dos últimos anos»; além disso, recebeu apoio financeiro do PEDIP para a renovação da sua fundição.

TORRES NOVAS

Os sintomas de crise no sector metalúrgico de Torres Novas fazem-se sentir numa das principais empresas do concelho, a Casa Nery, que desde há mais de dois anos deixou de pagar a tempo e horas os salários. Então, trabalhavam na empresa 360 pessoas; hoje, arrasta-se o problema, apesar das muitas promessas do novo proprietário e de o pessoal ter diminuído para cerca de 200 trabalhadores, alguns dos quais vivem já situações dramáticas, sem salários há dois meses, sem subsídios de Natal e de férias e sem receberem também retroactivos de aumentos salariais correspondentes a dois anos.

Mais recentemente, também o Centro Metalúrgico Torrejano começou a falhar o pagamento dos ordenados aos seus cerca de 60 trabalhadores, que em Junho encetaram uma greve de dois dias por semana pelo pagamento dos salários de Abril e Maio.

FOZNAVE

Com salários em atraso e liquidação de mais de dois terços dos postos de trabalho, «a Foznave e os seus trabalhadores atravessam uma das maiores crises de sempre», refere a comissão concelhia da Figueira da Foz do PCP. Num recente comunicado ao pessoal do estaleiro, o PCP questionava «como é que uma empresa com uma carteira de encomendas que daria para dois anos chega a este ponto», em que, segundo um jornal local, a Foznave «vai a pique, por entre dívidas à Segurança Social - cerca de 300 mil contos mais 600 mil de juros -, à banca e aos trabalhadores».

A Câmara Municipal, de presidência PS, «assiste indiferente a estes assuntos», enquanto «um figueirense, o eng.º Duarte Silva, ministro do Governo PSD, ligado directamente a esta indústria, tem muitas responsabilidades nesta matéria, na medida em que, sendo responsável pela pasta do Mar, está a sancionar a destruição das pescas nacionais» - acusa a concelhia do PCP, que manifesta a sua solidariedade aos trabalhadores da Foznave e apela a que «prossigam a sua luta em termos públicos, pois só através dela poderão alcançar os seus objectivos».

NUTRINVESTI AO ATAQUE

Perto de 2 mil postos de trabalho foram liquidados nos últimos dez anos nas empresas de derivados de cereais, primeiro pela mão do Governo e do IPE, e mais recentemente pela Nutrinveste, do grupo Mello/Tabaqueira - denunciou a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos. A reestruturação das três empresas do sector (Proalimentar, Triunfo e Nacional) «ganhou nova dimensão após a sua aquisição pelo grupo Nutrinveste, tendo-se intensificado a insegurança e a incerteza quanto ao futuro para o conjunto dos trabalhadores», refere um comunicado distribuído depois de uma reunião de organizações representativas dos trabalhadores daquelas empresas que, no dia 21 de Junho, reafirmaram a sua convicção na viabilidade das firmas, com manutenção dos postos de trabalho e dos direitos.

METALÚRGICOS A VOTOS

Mais de 65 por cento dos 7368 associados inscritos nos cadernos eleitorais votaram nas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos dos Distritos de Aveiro e Viseu, realizadas de 26 a 29 de Junho. A esmagadora maioria dos votos foi para a lista única, contando-se 25 votos brancos e 4 nulos. Nos dias do processo eleitoral houve 216 trabalhadores que decidiram sindicalizar-se. Uma nota de imprensa da direcção do sindicato salienta que «o grande nível de votação na única lista concorrente, aliado ao número de trabalhadores que se sindicalizaram, é não só uma grande confiança nos seus dirigentes, mas também uma indiscutível prova de confiança no sindicalismo e no papel dos sindicatos no futuro».

Resposta patronal chega a ser indecente Continuam as lutas nas ruas e nas empresas

Convocada para ontem mais uma cimeira sindical da Administração Pública, depois de uma semana de manifestações dos EFFAs, auxiliares de creches e guardas florestais

A administração da Camo dispôs-se a pagar 1500 escudos aos trabalhadores que não participassem num plenário convocado pela comissão sindical daquela empresa do sector automóvel, denunciou na semana passada o sindicato dos Metalúrgicos do distrito do Porto. Recorrendo a chefes de secção, a proposta chegou a ser feita a elementos da comissão sindical e a um dirigente do STIMMDP, sendo prontamente recusada já que é, «no mínimo, indecente», como refere uma nota do sindicato, adiantando que está a ser considerada a possibilidade de apresentar formalmente queixa contra a administração.

Na têxtil Fino's, de Portalegre, em greve desde 26 de Junho pelo pagamento de salários em atraso, a administração tenta desmobilizar a luta alegando que esta «compromete o futuro da empresa» e nem se justificaria, porque «só devemos aos trabalhadores 58 mil contos». Para a comissão concelhia do PCP, «chama-se a isto, em linguagem popular, o lobo querer vestir a pele de cordeiro e fazer do cordeiro o lobo mau», pois os atrasos no pagamento de salários duram há mais de dois anos e, em Julho de 1993, a administração declarou que, em seis meses, a

situação se iria inverter. Em toda esta crise, «os trabalhadores têm sido verdadeiros heróis, na tentativa de salvar a empresa», sublinham os comunistas, notando que «quem parece não querer salvá-la é a administração e a política do Governo PSD».

Apesar de semelhantes disparates serem erigidos em argumento por quem detém o poder económico e de gestão nas empresas, os trabalhadores não desarmam e prosseguem a luta.

Desde segunda-feira, e por tempo indeterminado, os trabalhadores da Paracelsia fazem greve das 10 às 12 horas, concentrando-se durante este período, todos os dias, à porta daquela empresa farmacêutica. A paralisação, que abrange também o trabalho suplementar ou extraordinário, foi desencadeada para exigir aumentos salariais dignos e resposta da administração aos demais pontos do caderno reivindicativo apresentado em Janeiro e que mereceu, só em Junho, uma contraproposta que o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêutico considera «um insulto» ao pessoal da empresa. Segundo o STICF, a adesão à greve no primeiro dia foi quase total.



A discriminação salarial de que são vítimas os trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris do Exército foi denunciada durante uma vigília frente ao Ministério da Defesa

Representantes dos trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas promoveram uma vigília, de quinta-feira de manhã até sexta-feira à tarde, junto ao Ministério da Defesa, em Lisboa, para exigir resposta às suas reivindicações, nomeadamente a revalorização das carreiras e tabelas salariais dos trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris do Exército, que se arrasta desde 1990. Os trabalhadores dos EFFAs reivindicam também a definição do seu estatuto profissional e a passagem ao quadro dos cerca de mil contratados.

Durante quinta e sexta-feira estiveram em greve os ajudantes de creche e vigilantes dos jardins de infância dos Centros Regionais de Segurança Social, reivindicando a integração na carreira técnica da Função Pública, o que significaria uma melhoria salarial média de cerca de 20 contos. Cristina Neto, da Federação

Nacional dos Sindicatos da Função Pública, disse à Lusa que estes trabalhadores, cerca de 800, aguardam há mais de 10 anos a integração na carreira técnica, recusando a carreira auxiliar por desempenharem funções de carácter pedagógico.

No primeiro dia de greve, realizou-se uma vigília junto ao Ministério do Emprego e Segurança Social, em Lisboa.

Também na quinta-feira, em Lisboa, guardas florestais concentraram-se junto ao Ministério da Agricultura, reclamando a revalorização da respectiva carreira e a sua equiparação ao pessoal técnico-profissional. Uma nota de imprensa da federação da Função Pública reafirma que «há uma clara falta de empenho político, por parte do ministro da Agricultura, em defender junto da Secretaria de Estado do Orçamento a necessidade de revalorizar a carreira profissional dos guardas florestais».

Reuniu o Conselho Nacional da CGTP Confrontar os partidos com as reivindicações

A CGTP apelou, sexta-feira, aos trabalhadores para votarem nas próximas eleições legislativas de forma a que a direita seja derrotada. Manuel Lopes, da comissão executiva da central, disse aos jornalistas, numa conferência de imprensa em que foram divulgadas as conclusões da reunião de dois dias do Conselho Nacional, que o objectivo para as próximas eleições é a derrota da direita e conseguir uma alternativa política.

O Conselho Nacional da Inter decidiu que o movimento sindical deve dinamizar a intervenção dos trabalhadores na campanha eleitoral, por ser necessário identificar reivindicações e confrontar as forças políticas e os candidatos com essas reivindicações.

«É preciso votar para alterar a actual composição da Assembleia da República, a fim de concretizar as políticas económicas e sociais que respondam aos interesses dos trabalhadores e do País», refere o documento aprovado pelo Conselho Nacional.

Manuel Lopes adiantou que a Intersindical Nacional não vai participar na campanha eleitoral nem dar orientações de voto em termos partidários, mas sim aconselhar os trabalhadores a decidirem em função das propostas e práticas políticas que estejam de

acordo com o conteúdo da Plataforma da CGTP-IN para uma Nova Política Económica e Social. O crescimento do emprego, a redução do horário de trabalho, a melhoria dos salários reais, o respeito pelos direitos dos trabalhadores e o reforço da Segurança Social são algumas dessas reivindicações.

O Conselho Nacional defendeu a urgência de uma mudança profunda na sociedade portuguesa, com uma nova política que resolva os problemas nacionais e abra caminho para um futuro de desenvolvimento, progresso e estabilidade nacional. Depois de ter analisado a actual política socioeconómica, o órgão dirigente da Inter prometeu prosseguir a luta, logo após o período de férias, em defesa da fixação do horário de trabalho nas 40 horas, do prolongamento do subsídio social de desemprego e da criação de um rendimento mínimo que garanta a subsistência aos cidadãos em situação de carência.

A correcção do salário mínimo nacional para os 56 800 escudos, uma correcção de 1600 escudos para as pensões inferiores ao salário mínimo e o aumento do abono de família para 5750 escudos são outras reivindicações que a CGTP considera que deveriam ser satisfeitas de imediato, sem esperar por nova legislatura.

Visita aos Açores suscita discordância

A visita da Comissão Parlamentar de Saúde da Assembleia da República aos Açores, realizada entre o passado dia 2 e 6, foi considerada extemporânea e sem qualquer utilidade pelos comunistas açorianos. Em comunicado assinado pelo Secretariado da DORAA do PCP, este organismo dirigente afirma não compreender, no plano institucional, qual a razão ou razões que levaram aquela Comissão Parlamentar a efectuar a visita nesta data, porquanto, observam, ela não terá qualquer sequência parlamentar na medida em que a actual Assembleia da República terminou na prática a Legislatura.

Por essa razão, entende a DORAA, não se justifica qualquer associação da sua parte a esta visita, lamentando mesmo ter de concluir - lê-se no comunicado - "que as únicas razões que podem estar associadas à sua realização se ligam à auto-promoção do Presidente da Comissão e à eventual vontade de alguns deputados em conhecerem estas ilhas".

Neste contexto, de acordo com a apreciação feita pelo organismo de direcção do PCP/Açores, compartilhada pelo Grupo Parlamentar comunista, foi decidido que o deputado do PCP na Comissão Parlamentar de Saúde não se integraria na visita à Região Autónoma, do mesmo modo que o deputado do PCP na Assembleia Legislativa Regional dos Açores não participaria, como veio a suceder, na reunião entre a Comissão e a Comissão Permanente da Juventude e Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional.

Apoio à Ilha das Flores

Os graves prejuízos sofridos nas Ilhas das Flores em consequência da intempérie que se abateu na região no princípio do mês de Junho suscitaram uma reacção de solidariedade do Grupo Parlamentar do PCP que indagou o Governo sobre as medidas por este a adoptar com vista a apoiar as autoridades da ilha e seus habitantes. Em requerimento dirigido ao Executivo, o deputado Lino de Carvalho interroga-se ainda sobre o acompanhamento que está a ser feito quanto à situação criada e quanto ao tipo de apoios já solicitados pelo Governo Regional da Região Autónoma dos Açores. Recorde-se que os elevados índices pluviométricos então registados (de 6 a 9 de Junho) provocaram inúmeros prejuízos, tendo provocado nomeadamente a destruição da ponte e estragos sérios na estrada de acesso à Fajã Grande, o corte de estradas e caminhos, a destruição de diversas culturas e de pastagens e o isolamento de freguesias. As medidas de apoio por parte da Administração Central que urge disponibilizar, no entender de Lino de Carvalho, são tanto mais necessárias quanto é certo que a dimensão dos prejuízos "ultrapassa os meios disponíveis na ilha", sem prejuízo das reparações mais urgentes que estão

Balanço das iniciativas comprova: PCP na primeira linha da defesa dos interesses dos Açores

O Grupo Parlamentar do PCP assumiu o compromisso de continuar na próxima Legislatura a batalhar no sentido de que seja cumprida a Resolução da Assembleia da República que defende a manutenção do Centro de Controlo Oceânico em Santa Maria, nos Açores. O anúncio foi feito no final da passada semana pelo deputado comunista Lino de Carvalho, em conferência de imprensa realizada em Ponta Delgada, convocada para proceder a um balanço da VI Legislatura e prestar contas pela actividade desenvolvida pelo Grupo comunista em defesa dos interesses da Região Autónoma dos Açores.

Pese embora o facto de o PCP, no quadro da CDU, não ter nenhum deputado eleito pelos Açores, a verdade é que a formação comunista não deixou de estar presente em todos os debates e iniciativas onde estiveram de algum modo em discussão os interesses dos Açores. Mais do que presente, como sublinhou Lino de Carvalho perante os jornalistas, o PCP teve uma intervenção decisiva em matérias de inegável importância para os interesses da Região, como são os casos do referido Centro de Controlo Oceânico, da cobertura televisiva das Regiões Autónomas, dos termos do Acordo com a França no que se refere à Base das Flores, dos Acordos para a Base das Lajes, do Orçamento do

Estado ou dos temporais na Ilha das Flores.

Pondo em evidência:

Uma intervenção que, importa sublinhar, não teve paralelo no contexto dos restantes partidos com assento parlamentar, como testemunha o facto de o Grupo Parlamentar do PCP - foi Lino de Carvalho a lembrá-lo - ter sido aquele que em todos os instrumentos regimentais (iniciativas legislativas, inquéritos, requerimentos) maior número de iniciativas apresentou, perfazendo 37 por cento do seu total, enquanto o PS se ficou pelos 33 por cento e o PSD não ultrapassou os 14 por cento.

Realçada pelo parlamentar comunista foi ainda a circunstância de ter sido o Grupo Parlamentar do PCP quem mais con-

sistentemente, no plano do conteúdo político da sua acção, "deu voz e expressão institucional às legítimas aspirações dos jovens, dos trabalhadores, dos agricultores, dos pescadores e de outras camadas da população, designadamente dos pensionistas e reformados bem como dos interesses regionais, designadamente das regiões mais desfavorecidas.

No caso concreto da Região, Autónoma dos Açores, segundo, Lino de Carvalho, essa postura em defesa dos interesses regionais e dos princípios autonómicos ficou igualmente patente em diversos domínios, todos eles evidenciando a diferença de posicionamento dos comunistas relativamente a um PSD que, sublinhou, "na RAA apresenta aparentemente um discurso de defesa das autonomias mas que no plano nacional tem uma política centralista e autoritária com a qual está solidário o Governo Regional e os deputados do PSD eleitos".

Para além do seu papel no processo de manutenção na Ilha de Santa Maria do referido Centro de Controlo Oceânico - recorde-se que foi o PCP o responsável pelo desencadeamento institucional que levou o Parlamento a aprovar por unanimida-

de a Resolução sobre esta matéria -, a formação comunista foi ainda a autora do projecto de lei que garante, no plano da cobertura televisiva, entre outros aspectos, a emissão obrigatória de dois programas de cobertura regional.

Lembrado por Lino de Carvalho foi igualmente o papel da sua bancada na exigência de contrapartidas em benefício da Ilha das Flores, na sequência do abandono, pela França, da Estação de Telemedidas, bem como as diligências encetadas pelos parlamentares do PCP em defesa dos proprietários da Ilha Terceira.

Realçada foi também a intervenção da bancada comunista

no processo de renovação dos acordos para a Base das Lajes - em sua opinião um "acto de capitulação nacional" perante os interesses dos EUA - e a sua iniciativa junto do Governo no sentido de serem urgentemente adoptadas medidas de apoio à Ilha das Flores, fustigada por violentos temporais no início do passado mês de Junho.

É, pois, esta permanente acção em defesa dos interesses nacionais que, no entender de Lino de Carvalho, justifica que em Outubro próximo seja dado um voto de confiança ao PCP e à CDU, no sentido do reforço da sua representação parlamentar com vista a possibilitar uma alternativa política.

Privatização da Petrolgal

Um processo obscuro

Provenientes de vários quadrantes, em particular de organizações sindicais e de estruturas representativas dos trabalhadores, têm vindo a subir de tom as críticas ao processo de privatização da Petrolgal. Em causa, por ser claramente contrária aos interesses nacionais - numa área estratégica para a economia nacional -, está a opção de alienação do património por parte do Governo.

E se esta opção de partida desde logo suscitou forte oposição, novas críticas vieram engrossar a onda de contestação a partir do momento em que o Executivo introduziu alterações às condições de privatização inicialmente previstas no decreto-lei 353/91.

Para o Grupo Parlamentar do PCP - que apresentou um pedido de ratificação ao diploma antes do final da Legislatura - o novo quadro estabelecido pelo Governo configura claramente uma situação marcada pela "falta de transparência" e pela "lesão dos interesses do Estado".

Inaceitáveis, do ponto de vista dos deputados comunistas, são as operações de engenharia visando reduzir artificialmente o capital social da Petrolgal para servir os interesses privados dos concorrentes à privatização. No texto do pedido de ratificação, a formação comunista assinala, concretamente, a opção do Executivo pela alienação das acções a um preço de facto de menos 200\$00 por acção, quando o diploma inicial fixava os preços em 1.700\$00 por acção e quando a avaliação real da empresa apontaria para valores muito superiores. Entre os aspectos que o Grupo comunista quer ver discutidos e alterados em sede de ratificação conta-se ainda a forma como o Governo abdica de controlar de facto a empresa, apesar de nominalmente manter a maioria de capital social.



Os termos do Acordo negociado com os EUA para a Base das Lajes (na foto) levam o Grupo comunista a considerá-lo "um acto de capitulação nacional"

Projecto de lei do PCP restabelece Intervenção do LNEC na certificação de qualidade

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de lei que restabelece a intervenção do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) na certificação da qualidade dos empreendimentos no âmbito do Programa de Construção de Habitações Económicas. Para a formação comunista - com o restabelecimento do papel do LNEC -, trata-se de assegurar não apenas a qualidade urbanística das habitações económicas, como também garantir a sua qualidade global.

Na base desta iniciativa legislativa - uma das últimas subscritas pelos deputados comunistas antes do final da VI Legislatura -, está a decisão do Governo de eliminar o certificado com a marca de

qualidade do LNEC nas Habitações Económicas, mesmo em aspectos essenciais como sejam os respeitantes às zonas envolventes, incluindo, entre outros, espaços verdes, equipamentos sociais e «mobiliário urbano».

Com esta decisão, estabelecida através do Decreto-Lei nº 63/95 que cria o Programa de Construção de Habitações Económicas, o Executivo permite que, mesmo em relação a outros aspectos relacionados apenas com a qualidade dos edifícios, a certificação de qualidade caiba a outras entidades, eliminando a exclusividade do papel do LNEC como instituto particularmente preparado para emitir as marcas de qualidade.

Gonçalo a vila

Foi com manifestações de júbilo que a população de Gonçalo acolheu a promoção administrativa da sua terra à condição de vila. Da iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, o projecto de lei que elevou a povoação a vila foi aprovado por unanimidade em 21 de Junho último na Assembleia da República.

Em comunicado chegado à nossa Redacção, a Comissão de Freguesia de Gonçalo do PCP refere que todos os gonçalenses devem sentir-se "satisfeitos pela justiça feita à nossa terra", porquanto, observa, "é o reconhecimento público da importância de Gonçalo e dos seus habitantes na vida económica e social do concelho e da região".

No texto, os comunistas de Gonçalo fazem ainda votos no sentido de que este "acontecimento histórico" seja um contributo para que os "órgãos autárquicos da freguesia, bem como as organizações sociais e a população em geral, lancem iniciativas que valorizem a nossa terra".

ANAFRE contra fecho de esquadras

A Associação Nacional de Freguesias apelou ao fim do encerramento de esquadras da polícia, em moção aprovada sábado, em Lisboa. A moção, proposta pelo presidente da Junta de Freguesia de Alcântara no Encontro Nacional de Freguesias, defende a reabertura dos postos de segurança encerrados depois de 1 de Janeiro de 1992, «sempre que isso se torne indispensável para a segurança dos cidadãos». A ANAFRE quer que seja suspensa a retirada da PSP e das outras forças de segurança de qualquer localidade «sem prévio consentimento das autarquias locais afectadas». A moção, citada pela agência Lusa, defende também que «a polícia de intervenção e a GNR sejam utilizadas em acções de apoio às populações e não como meios de repressão de estudantes e de trabalhadores».

Na abertura do encontro, o presidente da ANAFRE criticou o Governo pela sua actuação para com as juntas de freguesia e o primeiro-ministro por nunca ter recebido os seus representantes, reafirmando a necessidade de alargar aos presidentes de junta o regime de permanência.

Linha de Sintra

O aumento da segurança de pessoas e bens registado no último mês, na Linha de Sintra da CP, «é insignificante», porque os 62 efectivos da *polícia ferroviária* são «manifestamente insuficientes», atendendo a que a linha tem 17 estações e apeadeiros, funciona 20 horas por dia e chegam a circular 28 comboios por hora, afirma a comissão de utentes da Linha de Sintra, num balanço divulgado dia 21.

Depois de reafirmar as suas propostas para o reforço da segurança nos comboios e nas estações, a comissão denuncia «a incúria dos empreiteiros e a desresponsabilização da CP» nas obras em curso na linha. Lamenta ainda que a CP não esclareça o motivo das elevadas temperaturas que há uns meses se fazem sentir no interior das novas carruagens.

Évora anima património

A Câmara Municipal de Évora foi convidada sexta-feira, em Bergen, a animar a criação de um secretariado regional europeu, no âmbito da Organização das Cidades Património Mundial, disse à agência Lusa fonte da autarquia. O convite foi feito na sequência de uma proposta apresentada pela delegação de Évora durante a reunião do conselho de administração e da assembleia-geral da OCPM, que terminou dia 30 naquela cidade norueguesa. Durante os trabalhos, iniciados dia 27, a cidade de Évora foi reconduzida como vice-presidente da OCPM. Os autarcas eborenses confirmaram a realização, em Évora, em Setembro de 1997, do quarto Simpósio das Cidades Património Mundial e da terceira assembleia-geral da OCPM.

Vasco da Gama une municípios

As câmaras de Nisa, Sines, Évora e Vidigueira assinaram no sábado um acordo de cooperação em torno da figura de Vasco da Gama, 498 anos após a partida das naus portuguesas à descoberta do caminho marítimo para a Índia. O navegador passará a ser o motivo de ligação entre os quatro concelhos, que prevêem a realização de iniciativas culturais, com um enfoque especial na época dos Descobrimientos e na figura de Vasco da Gama.

Ocupações em Bordéus

Algumas dezenas de emigrantes portugueses ocuparam desde a passada sexta-feira as instalações consulares de Portugal em Bordéus, para protestar contra a lentidão do Estado português no desbloqueamento da indemnização aos familiares de um compatriota falecido em serviço no consulado. Abel Nobre foi vítima de um acidente mortal em 1988, quando procedia à montagem de uma estrutura destinada a acolher os convidados do cônsul para as comemorações do 10 de Junho.

Demita-se o vice-governador

A Assembleia Distrital de Lisboa aprovou por unanimidade, durante uma reunião extraordinária no dia 30, uma moção apresentada pela Junta de Freguesia da Pontinha, em que se pede a demissão do vice-governador de Lisboa, Machado Lourenço, noticiou a Lusa.

A reunião, que se realizou nas instalações da JF da Pontinha, teve como tema de discussão as condições dos bairros sociais da freguesia (Dr. Mário Madeira e Santa Maria da Urmeira) e a actuação do vice-governador, que os administra. A moção reclama ainda a anulação do Regulamento que rege o bairro desde 1973, a definição dos critérios de atribuição de fogos e a realização das escrituras de venda às pessoas que já pagaram as suas casas.

Manobras na Formosa

O Partido Ecologista «Os Verdes» apresentou na AR, na semana passada, um requerimento exigindo explicações urgentes «sobre o absurdo de exercícios que a Armada estaria a realizar em plano coração da Ria Formosa, pondo em risco o equilíbrio ecológico na Ilha da Culatra e a segurança das pessoas que visitam o Parque Natural algarvio».

O PEV requereu ainda ao Ministério do Ambiente esclarecimentos acerca de eventuais medidas para pôr termo à intensificação sazonal de descargas das fábricas de concentrado de tomate no Ribatejo.

Gasoduto fora do Ferral!

O PCP condenou a violência policial que deu cobertura à invasão de terrenos pela Transgás

Os trabalhos de construção do gasoduto Setúbal-Braga, iniciados no Ferral (freguesia do Souto, em Santa Maria da Feira) na passada quinta-feira, têm sido acompanhados por forte contingente da GNR e da polícia de intervenção, já que cerca de duas dezenas de proprietários contestam o modo como a Transgás pretende apossar-se dos terrenos. É ainda criticado o novo traçado do gasoduto.

O juiz do Tribunal de Santa Maria da Feira decidiu sexta-feira notificar a empresa para que apresente os autos de posse administrativa dos terrenos onde está a instalar o gasoduto. Maria Salomé Vieira, da Comissão de Proprietários do Ferral-Souto, disse ainda à agência Lusa que a Transgás continua a insistir em não apresentar os autos de posse administrativa dos terrenos que está a ocupar na freguesia, exibindo apenas o decreto-lei

que estabelece o traçado para a instalação do gasoduto.

«A GNR preferiu defender a Transgás e impedir-nos de defender o que é nosso», lamentou Salomé Vieira, comentando a actuação daquela corporação, que forçou no dia 30 de Junho os proprietários de Ferral a abandonarem os terrenos onde deverão ser instalados os tubos de gás natural. A comissão de proprietários afirma que a Transgás «não é possuidora de qualquer título que legitime a entrada na propriedade alheia».

Esta primeira intervenção policial foi oportunamente condenada pela Comissão Concelhia do PCP de Santa Maria da Feira, para quem «a existência de um Estado de direito democrático é incompatível com a prepotência da Transgás». Os comunistas acusam a empresa de, «em conivência com a Câmara de Santa Maria da Feira, ter alterado o traçado inicial do gasoduto a seu bel-prazer».

Prepotência e brutalidade

Na segunda-feira, dia 3, vários jipes da GNR se deslocaram para o local das obras. «Não compreendemos a necessidade de todo este exército de polícias, já que os proprietários que contestam a invasão das suas terras pela Transgás é que estão do lado da legalidade», frisou Maria Salomé Vieira à Lusa, considerando que «um número grande de agentes contra apenas 20 proprietários, que nem sequer querem actuar pela força, é ridículo».

Pelas 9 horas da manhã, «através da força, a Transgás avançou com a ocupação e destruição de terrenos particulares, pondo inclusive em risco habitações e pessoas que, por se terem afligido com tal brutalidade, tiveram de ser socorridas, sendo preocupante o estado de saúde de algumas delas» - denunciou a direcção regional de Aveiro do

PCP, num comunicado em que se repudia «a prepotência e a brutalidade» ali demonstradas segunda-feira pelo «numerooso contingente da GNR e da polícia de intervenção, dando cobertura ao prosseguimento ilegal da invasão e destruição de propriedades privadas das populações».

Como «reveladora da desumanidade deste processo», o secretariado da DORAV relata que um responsável das forças policiais, quando foi confrontado com a situação de haver pessoas que corriam risco de vida por comoção, respondeu: «Não há problemas. Se alguém morrer, a Transgás paga indemnizações aos familiares.»

O PCP responsabiliza o Governo e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, ambos do PSD, e exige que sejam suspensas as obras em curso e que seja retomado o traçado inicial constante do Plano Director Municipal (de acordo com o qual o gasoduto passará fora da zona povoada).

Ouvidos, mas pouco

CNA comenta apoio aos prejuízos da seca e das geadas

O anúncio público e oficial de algumas medidas governamentais de apoio aos agricultores que tiveram prejuízos devido à seca e às geadas, «apesar de tardio, é já uma primeira vitória das movimentações de protestos dos agricultores e da CNA», comentou a Confederação Nacional da Agricultura.

Em conferência de imprensa dada na semana passada, em Lisboa, a CNA registou que não foi consultada pelo ministro Duarte Silva, «mas fez-se ouvir», uma vez que o *pacote* contempla verbas para indemnizações a fundo perdido, «uma reclamação que só a CNA avançou desde o início». Contudo, a confederação da lavoura consi-

dera que as medidas do Governo constituem um *pacote* «globalmente curto, insatisfatório e burocratizado». Entre os motivos que sustentam tal posição, a CNA aponta:

- não são abrangidos os agricultores e cooperativas com prejuízos inferiores a 35 por cento da produção de uma campanha normal, exclusão «injusta e discriminatória»;

- não foi contemplada a reclamação das isenções de IRS e IRC de 1994 e das prestações da Segurança Social;

- devia ser de pelo menos o dobro a verba total prevista para apoios directos e compensatórios (35 milhões de contos), tanto mais que nos valores anunciados

poderão estar incluídos os juros públicos do crédito bonificado e da moratória e algumas participações nacionais; são especialmente baixos os montantes previstos para vinha, pomares, pecuária e mesmo cereais;

- a nova linha de crédito bonificado para *relançamento de actividade* (que poderá chegar aos 40 milhões de contos) é «mais um presente envenenado para a lavoura», tanto pelo volume das dívidas anteriores, como pelo curtíssimo prazo de 4 anos para pagamento, ou ainda por «acabar por sair mais caro que os créditos não bonificados para outros sectores de actividade».

Com o *pacote* agora anunciado, os bancos irão arrecadar, «à

custa da desgraça da lavoura», 26 milhões de contos. Para a CNA, «seria mais justo e eficaz» que esses milhões fossem aplicados em indemnizações a fundo perdido para os agricultores.

A confederação critica o facto de o Governo nada ter avançado de concreto em matérias como os seguros de colheita, o fundo de calamidade e as obras de regadio. A CNA decidiu solicitar uma audiência ao ministro da Agricultura, quer para esclarecer este e outros assuntos, quer ainda para reclamar a participação no processo de levantamento e confirmação dos prejuízos.

Faleceu o maestro Jorge Peixinho

Ao fim da tarde da passada sexta-feira, faleceu subitamente o maestro e compositor Jorge Peixinho, que desde as últimas eleições autárquicas, em que integrou como independente as listas da CDU, exercia o cargo de presidente da Assembleia Municipal do Montijo. O funeral realizou-se anteontem, do Salão Nobre da Câmara do Montijo para o cemitério local.

Entre os que o acompanharam à última morada, encontrava-se uma delegação do PCP da qual faziam parte o camarada Secretário-Geral, Carlos Carvalhas, e o camarada Francisco Lopes da Comissão Política do Comité Central do Partido, que assim se solidarizaram e prestaram homenagem a este homem que, não sendo filiado no PCP, se assumiu como progressista e defensor de uma sociedade mais justa e mais humana.

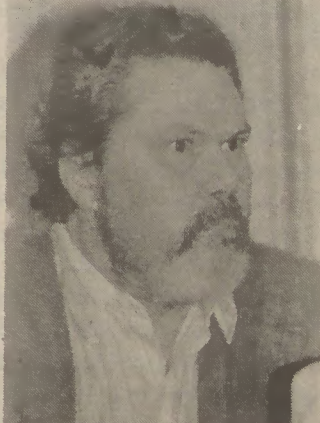
Jorge Manuel Rosado Marques Peixinho tinha 55 anos e era natural do Montijo.

Intellectual de reconhecido mérito, intérprete, maestro, professor, apaixonado divulgador da música e um dos maiores vultos da música contemporânea portuguesa, após terminar os cursos de composição e piano no Conservatório de Lisboa, estudou com Boris Porena como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian e, mais tarde, com Goffredo Petrassi, na Academia de Santa Cecília e em Roma, onde obteve o diploma de composição. Trabalhou ainda, em Veneza, com Luigi Nono. Da sua brilhante actividade artística em todo o

país e no estrangeiro, salientam-se os muitos concertos à frente do Grupo de Música Contemporânea de Lisboa, de que foi fundador.

Professor do Conservatório Nacional de Lisboa, foi agraciado em 1988 com o prémio Jolly Braga Santos e em 1991 recebeu a medalha de ouro do Município do Montijo. A breve biografia divulgada pela CM do Montijo refere ainda que Jorge Peixinho «foi também um cidadão activo, amante da liberdade, empenhado em divulgar e em fazer chegar os nobres valores da cultura a todo o povo», notando que «esse seu carácter levou-o a colocar-se ao serviço da terra que o viu nascer e das nossas gentes».

O Secretariado do Comité Central do PCP, em telegramas à família de Jorge Peixinho e à Assembleia Municipal do Montijo, salienta que a figura do maestro «perdurará com a sua obra e o elevado exemplo de humanismo». Também a Comissão Concelhia do Montijo do PCP expressou publicamente o seu pesar pelo falecimento do homem que, «com um sorriso nos lábios e com palavras meigas e serenas, sempre interveio na defesa dos seus ideais de liberdade, de progresso e justiça social». Igualmente a Assembleia Municipal do Montijo manifestou o seu pesar, realçando que Jorge Peixinho «mereceu da parte de todos os que com ele trabalharam, perfilhando ou não as suas ideias políticas, respeito, carinho e amizade».



Palestina

Autonomia adiada

O acordo sobre a extensão da autonomia palestina foi uma vez mais adiado. Em causa questões de fundo, como a deslocação e retirada das forças israelitas, a natural recusa, por parte dos palestinos, de obter poderes sem território, o arrastar do processo de libertação dos presos. Entretanto, o exército israelita acentua a repressão. À beira do alargamento da autonomia, a situação na Palestina é particularmente tensa.

Em Março passado, Israel e a OLP decidiram marcar para um de Julho - já com um ano de atraso em relação ao calendário previsto pela Declaração de princípios assinada em Setembro de 1993 - a extensão da autonomia à Cisjordânia, incluindo a deslocação das forças militares israelitas para fora das regiões povoadas, a eleição pelos palestinos de um Conselho de

Autonomia e uma transferência de poderes.

O adiamento agora registado deve-se, em particular, ao desacordo relativo ao calendário para a deslocação das forças israelitas, que os israelitas pretendiam deixar em aberto para futuras negociações.

Outra questão particularmente importante - a libertação dos presos - está igualmente

por resolver, gerando aliás situações de grande tensão e confronto. Em fins de Julho, o exército palestino abriu fogo sobre os milhares de manifestantes que afirmaram nas ruas de Naplouse e outras localidades, em solidariedade com os presos palestinos - repressão brutal de que resultaram dezenas de feridos e pelo menos um morto. Os três mil presos palestinos (em cerca de 6.500) que iniciaram uma greve de fome pela sua libertação, retomaram-na novamente, após curto período de interrupção, face ao novo adiamento da autonomia.

Freih Abou Middeine, ministro da Justiça da Autoridade palestina, admite que o acordo venha ainda a concre-

tizar-se nestes dias - antes de 10 de Julho. Sintetizando a situação actual, Abou Middeine afirma: "Exigimos que o acordo seja aplicado, não apenas às quatro cidades de que já está prevista a evacuação das tropas israelitas (Jenine, Qalqiliya, Naplouse, Tulkarem), mas também às aldeias próximas dessas cidades, e que sejam deslocados para a Cisjordânia mais 6.000 polícias palestinos".

Israel pretende limitar a sua retirada às fronteiras municipais das cidades e manter o controlo de todo o território entre as concentrações urbanas. Hipótese recusada pelos palestinos, que temem ver o seu território reduzido a uma série de *bantustões*.

Entretanto, em Israel, sobe o tom dos que pretendem manter de facto o poder israelita sobre a Palestina.

Em Jerusalém, uma moção de censura apresentada pela direita contra a retirada do exército de algumas das cidades da Cisjordânia, foi rejeitada. Mas os partidários da manutenção da ocupação passaram à ofensiva no terreno - desde 13 de Junho os colonos judeus multiplicam as ocupações de terras, deslocam os limites dos colonatos e traçam novas estradas para os ligar entre si. Uma rede que iria impedir, na prática, qualquer possibilidade de criação de um futuro Estado palestino. Esquecendo o princípio básico de paz em troca de terra.

Equador

As federações sindicais das empresas públicas de electricidade e petróleo declararam uma greve total e ilimitada, com início na segunda semana de Julho. Os trabalhadores exigem o restabelecimento dos direitos sindicais e denunciam o programa de privatizações.

Deslocados

Um comité técnico israelo-árabe encarregado de examinar o regresso dos palestinos deslocados durante a guerra do Médio Oriente de 1967, reuniu-se quarta-feira no Cairo. Formado a 7 de Março, o comité reuniu-se pela primeira vez em 7 de Junho em Beersheba, no sul de Israel. Os delegados das quatro partes elaboraram então um programa e os processos de trabalho. Os principais pontos de divergência são a definição do termo "deslocados", o número de pessoas que poderão ser abrangidas por esta definição e o calendário para o seu retorno. Segundo as Nações Unidas, o número de deslocados palestinos da guerra de 1967 é de 350.000. Os palestinos afirmam que este número ascende a 1,5 milhão.

Nuclear

O primeiro-ministro australiano, Paul Keating, afirmou que os ensaios nucleares franceses no atol da Mururoa, na Polinésia francesa, "são uma agressão aos interesses das pequenas nações" da região. Em entrevista no jornal "Liberation", Keating, que preside ao Fórum do Pacífico Sul, disse que a França, ao decidir recomendar os ensaios nucleares, "se afastou do estatuto de parceiro" dessa associação que agrupa 15 países.

Bihac

A situação alimentar no enclave bósnio de Bihac é desesperada, disse o alto comissário das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR), que já registou nessa zona as primeiras mortes devido à fome. Para que a situação humanitária estabilize em Bihac, o ACNUR calcula que são necessárias mensalmente 2.000 toneladas de provisões. O ACNUR apenas fez chegar a Bihac 10 por cento dessa ajuda pelo facto dos sérvios da Krajina terem somente permitido, desde 5 de Abril, a entrada de cinco comboios humanitários. O ACNUR considera que 20 por cento dos 164 mil habitantes do enclave de Bihac são vulneráveis e dependem da ajuda humanitária para sobreviver. Os preços praticados no mercado tornam produtos essenciais inacessíveis a grande parte da população.

Jornalistas

A Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) vai abrir, até ao fim do ano, um escritório em Argel, afirma a FIJ em comunicado. "Não chega prestar apoio moral à distância. Os jornalistas devem estar no local para se oporem às brutalidades daqueles que decidiram matar os nossos colegas que trabalham e lutam pela liberdade de imprensa", afirmou o secretário-geral da federação, Aidan White. White, que visitou recentemente a Argélia, sublinhou que mais de 50 jornalistas morreram em atentados terroristas na Argélia nos últimos três anos. Segundo a FIJ, este centro divulgará mais informações sobre a situação da Argélia, estimulará uma maior cobertura da imprensa internacional e apoiará a associação dos jornalistas argelinos.

México

Camponeses assassinados em Acapulco

Quase duas dezenas de camponeses mortos pela polícia perto de Acapulco e o afastamento do ministro do Interior pelo presidente Zedillo, trouxeram de novo para as páginas da imprensa a realidade mexicana, num período de incertezas, em que continuam suspensas as negociações de Chiapas, por não se ter conseguido concretizar um acordo mínimo entre o governo e o movimento zapatista.

Dezassete camponeses foram mortos e cerca de vinte ficaram feridos, na localidade de Aguas Blancas, perto de Acapulco, no sudoeste do México. Os camponeses, que se dirigiam para uma concentração de protesto, foram atacados, a tiro, pela polícia (na versão oficial, seriam os camponeses os atacantes). Segundo o senador do Partido da Revolução Democrática eleito nesta região, Félix Salgado, a polícia interceptou os camponeses e atacou-os. Entre as vítimas contam-se mulheres e crianças.

As vítimas pertenceriam à Organização Camponesa da Serra do Sul, conhecida pelas suas ligações à guerrilha.

Este ataque policial em Acapulco surge assim como mais um momento da ofensiva governamental contra a luta dos camponeses, de que uma outra face será a demissão do ministro do Interior, possivelmente ligada à sua incapacidade de fazer avançar negociações com a guerrilha zapatista, negociações que o governo não poderá torrear.

Um recente relatório enviado ao presidente mexicano por uma delegação internacional da organização ecologista Greenpeace, denuncia a política que tem vindo a ser seguida em relação ao movimento guerrilheiro, e que no

fundamental aposta - de par da preparação de um possível confronto armado - no isolamento da guerrilha em relação à população, através da repressão selectiva e de uma tentativa de vender uma boa imagem das tropas.

O objectivo é enfraquecer o movimento zapatista "violando os direitos do homem, não em grande escala, mas de forma sistemática. Exercendo uma pressão permanente para impedir qualquer contacto entre a população e a guerrilha". Aposta-se num clima de terror, mas de forma a que o exército tenha possibilidade de "manipular a opinião pública e os *medias*, negar as

suas actividades. As queixas são esporádicas e é em geral difícil verificar os seus fundamentos, mas os casos são suficientemente frequentes para inspirar terror às populações".

Uma outra forma de pressão e chantagem - "Face ao clima de terror - e todos os testemunhos recolhidos nas aldeias insistem nesse ponto as pessoas ficaram com medo de ir para o seu campo de milho ou para a plantação de café". O que necessariamente significa criar uma situação de fome, pela falta de alimentos essenciais. Nessas circunstâncias "as pessoas são

obrigadas a aceitar a ajuda do exército", um exército que entretanto apareceu a "oferecer *bombons* às crianças, a trazer provisões para as aldeias"... Um quadro que, não só empurra para situações de dependência - e de medo - como irá gerar novas divisões entre as populações. "As aldeias vão ficar divididas, alguns habitantes aceitarão a ajuda, outros irão recusá-la."

A tática governamental parece clara. O que naturalmente não impede que a reacção das populações seja diversa da pretendida, e que a luta se afirme como a resposta necessária.

Coreia do Sul

As primeiras eleições municipais

O desmoronamento, em Seul, de um edifício comercial de luxo, o Sampoong, testemunha de uma lógica e de uma política, em que apenas contam os lucros, com total desprezo pelas pessoas. A lógica do liberalismo económico, cujos resultados, em termos quantitativos, continuam entretanto a ser apresentados como exemplos de êxito.

A tragédia do Sampoong, de que ainda não se sabe o número de vítimas, ocorreu na véspera das primeiras eleições municipais na Coreia do Sul, onde até agora os presidentes dos municípios eram designados pelo poder central.

As eleições traduziram-se numa clara derrota para o Partido Liberal Democrático (PLD), do presidente Kim Young-sam. Os grandes vencedores foram os candidatos do Partido Democrático (PD), de Kim Dae-jung, o dirigente da oposição que no tempo da ditadura militar tinha sido condenado à morte pelas posições tomadas a

favor da democracia. O PD conquistou, nomeadamente, a capital, Seul.

O PLD venceu apenas em cinco grandes municípios e regiões, num total de quinze, mas ganhou na cidade portuária de Pusan, a segunda maior concentração urbana do país.

A campanha eleitoral decorreu em torno do debate de questões como a corrupção das administrações locais e a qualidade de vida dos cidadãos, e também questões mais gerais, como a crescente desigualdade social que se tem vindo a registar em simultâneo com o crescimento económico.

Neste quadro, o PLD parte em desvantagem para as eleições legislativas que deverão realizar-se dentro de dez meses.

A repressão policial, no início do mês de Junho, contra as grandes greves dos trabalhadores da indústria, contribuiu também para a crescente perda de popularidade do partido do presidente Kim Young-sam.

Petróleo em Ocosingo

No início de Maio, o exército mexicano assumiu o controlo dum antigo local de prospecção petrolífera da Pemex, a companhia nacional do petróleo.

O local está situado em Ocosingo, perto da zona de acção da guerrilha.

Segundo o jornal mexicano *La Jornada* e *El Tiempo*, de San Cristóbal de las Casas, a Pemex tinha conhecimento dos resultados das prospecções feitas desde o primeiro semestre de 1993.

A possível existência de um jazigo de petróleo na região teria sido também comunicada ao governo norte-americano antes de concluídas as negociações de ALENA (acordo de livre comércio).

Há vinte anos, por esta altura, nos primeiros dias de Julho, a Assembleia Constituinte iniciava verdadeiramente os trabalhos de elaboração da Constituição, com a publicação dos projectos constitucionais dos diferentes partidos e os debates sobre a sistematização da futura lei fundamental do país.

Sem esquecer o 2 de Junho, data em que se efectuou a primeira reunião dos deputados constituintes, como aliás lembrámos em editorial do «Avante!», estes primeiros dias de Julho parecem-nos particularmente adequados para prestar homenagem à Assembleia Constituinte e ao trabalho excepcional por ela realizado naqueles dias recheados de actos revolucionários e episódios contra-revolucionários que vão das datas que assinalámos atrás até 2 de Abril de 1976, quando a Constituição foi votada e de imediato promulgada pelo Presidente da República, general Costa Gomes.

A Constituição - a obra da Constituinte

A grande obra da Assembleia Constituinte foi ter dotado o país de uma Constituição democrática e progressista, que consagrou a vitória da Revolução e deu acolhimento institucional às mais importantes transformações do processo revolucionário iniciado com o 25 de Abril.



Homenagem à Constituinte com a reposição de algumas verdades

A Constituinte deu expressão na lei ao acto revolucionário inaugural dos capitães, ao levantamento popular que se lhe seguiu e que teve expressão simbólica no 1º de Maio de 1974, às conquistas alcançadas pela aliança Povo-MFA.

O maior feito da Assembleia Constituinte foi ter alcançado este resultado em apenas dez meses e tê-lo conseguido contra a vontade e as múltiplas operações de diversão das direcções dos partidos que determinavam a maioria da Assembleia e num período que foi cortado por uma alteração da correlação de forças no plano militar favorável aos propósitos contra-revolucionários dessas direcções partidárias.

Isto só foi possível pela influência de um poderoso movimento de massas, em que o PCP estava profundamente empenhado e que prosseguiu apesar do 25 de Novembro, da persistência, após a derrota da esquerda do MFA, de uma componente militar democrática no processo, nomeadamente na Presidência da República e no Conselho da Revolução, que a seu modo não abandonou alguns objectivos essenciais do 25 de Abril e da repercussão destas realidades nos trabalhos dos deputados constituintes.

Julgo que o grande mérito do PCP e dos seus deputados em relação aos trabalhos da Assembleia Constituinte foi o de algumas vezes, talvez não tão poucas como se pensa, terem tocado e sensibilizado, com a veemência, a pertinência e a sinceridade das suas intervenções, a consciência de colegas seus de outras bancadas, designadamente do numeroso e heterogénico grupo do PS, com 116 deputados, para a ligação profunda das conquistas revolucionárias com as justas aspirações dos trabalhadores e das massas populares e para ameaça à própria democracia que representava o avanço da contra-revolução e, desta forma, conseguido que nem sempre seguissem exactamente as prescrições das respectivas direcções partidárias.

Foi talvez por isso que Mário Soares não destacou os comunistas quando há dias, na sessão comemorativa da Assembleia da República resolveu elencar os deputados que na sua opinião mais se tinham salientado nos trabalhos da Constituinte.

Note-se que, à medida que se aproximava a conclusão da Constituição, salvo no caso do PCP, começou a surgir uma nítida diferença entre as apreciações feitas pela generalidade dos deputados e as feitas pelos mais importantes líderes partidários. As dos primeiros eram geralmente de contentamento e até de júbilo pelo resultado con-

seguido, as dos segundos eram de reserva sombria, de denegrimen- to aberto, de argumentos para o lançamento de campanhas visando impedir a sua promulgação ou introduzir dispositivos para a sua revisão imediata.

No PCP, o regozijo foi unânime, assim traduzido por Álvaro Cunhal: «A elaboração, aprovação, promulgação e entrada em vigor da Constituição representa uma grande vitória das forças democráticas e progressistas e uma séria derrota das forças reaccionárias e conservadoras.»

As forças da direita e alguns dos altos quadros do PS nunca digeriram o papel destacado que o PCP desempenhou na elaboração da Constituição e a parte que lhe cabe na vitória da batalha constitucional e, por isso mesmo, sempre procuram usar a história da Constituinte como um terreno de intriga e de combate ao PCP. Além disso parece haver em vários deles uma má consciência em relação ao passado que os leva a pretender justificar e dourar as suas posições de então. É isso que ressalta em escritos diversos e até em livros, incluindo apresentados como obras de pretensão carácter científico e histórico, e também em actos e textos comemorativos que estão a surgir a propósito deste vigésimo aniversário.

Duas intrigas são especialmente calistas neste processo de acusação: a intriga a propósito da alegada oposição do PCP às eleições para a Assembleia Constituinte e a intriga a propósito da alegada oposição do PCP à própria Constituinte.

Tratemos, por agora, destas duas, deixando para outro artigo as intrigas a propósito da manifestação dos trabalhadores da construção civil e os esclarecedores acontecimentos que rodearam a promulgação da Constituição.

A intriga a propósito das eleições

Uma das mentiras mais propaladas contra o PCP a propósito do processo de elaboração da Constituição é a de que seria contra ou teria trabalhado para adiar indefinidamente as eleições para a Assembleia Constituinte.

O jornalista Mário Mesquita, fazendo-se mais uma vez eco desta mentira, numa ladainha anticomunista com «Estaline» e a «Santa Sé» à mistura, escreveu no «Diário de Notícias», de 2 de Junho passado: «De Julho de 1974 a Março de 1975 sucederam-se os ensaios,

provenientes de diferentes quadrantes políticos, com vista à alteração do calendário eleitoral estabelecido no Programa do MFA.» E concretizou mais à frente: «No princípio foi a direita que tomou a iniciativa (...) Seguiu-se a contestação proveniente da esquerda comunista e da extrema esquerda revolucionária...»

Não se pode deixar de pedir a uma pessoa responsável como é o antigo director do «Diário de Notícias» que esclareça o que é isso da «esquerda comunista», que precise se quer ou não envolver o PCP e se quer então que apresente qualquer documento responsável do PCP que justifique minimamente a sua afirmação.

Presumimos que, pelas citações que faz no mesmo artigo, foi buscar inspiração ao «historiador» do seu correligionário José Medeiros Ferreira que a propósito destas matérias apresenta um lamentável texto no volume 8º da «História de Portugal», dirigida por José Mattoso, onde se mostra muito mais preocupado com o faccioso combate político do que com qualquer espécie de rigor histórico, chegando a usar tiradas insidiosas, como esta, a propósito das eleições para a Constituinte: «Os obstáculos a esse objectivo passariam, depois da formação de III Governo Provisório, em Outubro, a ser levantados por outros quadrantes políticos conotados com o Partido Comunista, no primeiro trimestre de 1975.»

Mas o que é isto de «conotados», sr. «historiador»? É o PCP ou não? E se quer insinuar que indique onde estão as provas ou trate-se de uma reles calúnia.

Esclareça-se, a propósito, que praticamente desde sempre o PCP advogou a realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte como a via para institucionalizar o regime democrático, após o derrubamento da ditadura fascista.

Dez anos antes do 25 de Abril, escrevia Álvaro Cunhal, no «Rumo à Vitória»:

«A tarefa fundamental do Governo Provisório é a instauração das liberdades democráticas e a realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte.» Este objectivo foi inserido com o destaque correspondente no Programa do PCP aprovado no VI Congresso, em 1965.

No primeiro manifesto do Secretariado do PCP, publicado após o 25 de Abril, salienta-se: «As eleições livres para uma Assembleia Constituinte serão um passo de capital importância para abrir um processo de transformação democrática da sociedade portuguesa.»

No VII Congresso (extraordinário) do PCP, realizado em Outubro de 1974, repare-se, Álvaro Cunhal afirma: «Caberá à Assembleia Constituinte, a eleger na Primavera próxima, elaborar a Constituição da futura República Portuguesa. A República será o que os deputados aprovarem e os deputados serão aqueles que o eleitorado escolher.»

A 2 de Março de 1975, em pleno primeiro trimestre, repare-se, o Comité Central salienta: «Depois de quase meio século de ditadura fascista, a realização de eleições para a Assembleia Constituinte é um acontecimento histórico.»

Mesmo depois do 11 de Março, o Comité Central admite que as eleições se realizem na data prevista (12 de Abril) considerando «indispensável uma série de medidas que assegurem que a campanha e as operações do acto eleitoral se possam desenrolar em condições dignas das primeiras eleições livres realizadas em Portugal depois de meio século de ditadura fascista.»

As eleições foram adiadas para 25 de Abril e, a 21 deste mês, a Comissão Política do PCP veio a público para denunciar: «As calúnias de que o PCP não desejaria eleições são difundidas precisamente por alguns daqueles que manobram e conspiram para provocar distúrbios e impedir eleições livres.»

Aqui está a história, ultra-sintética, das posições do PCP em relação às eleições para a Assembleia Constituinte.

Medeiros Ferreira reconhece e documenta as iniciativas spinolistas de Julho e Setembro de 1974 tendentes a adiar as eleições para a Assembleia Constituinte. Não diz nada sobre os propósitos de Spínola em 11 de Março, talvez porque entretanto já se tinha dado «a aproximação» entre o PS e sector spinolista, de que fala António Reis no «Portugal, vinte anos de democracia».

Sabemos todos que com a vitória do MFA a 11 de Março as eleições para a Constituinte se realizaram em 25 de Abril, mas ninguém tem dúvidas de que com Spínola e os spinolistas elas não se teriam realizado tão cedo ou provavelmente nunca.

A intriga a propósito do funcionamento da Constituinte

Foi interessante a decisão e a correspondente cerimónia da Assembleia da República para comemorar o vigésimo aniversário da

■ Carlos Brito



A oposição do PCP a «um período de antes da ordem do dia» «para versar assuntos de política nacional» tinha que ver com o carácter fiscalizador da actividade do Governo e das instituições que este «período» tem em qualquer Assembleia do mundo e que à partida estava excluído das atribuições da Assembleia Constituinte fixadas pelas leis constitucionais vigentes e pelo Pacto MFA-Partidos.

Procedendo desta forma, o PCP e também o MDP cumpriam a palavra dada na assinatura do Pacto, enquanto o PS, o PSD e o CDS procuravam erigir a Constituinte numa instância de contestação e oposição ao avanço da revolução, transformando-a num parlamento que começava por fiscalizar para acabar por determinar a política e o governo do país.

Responsáveis do CDS defenderam abertamente que a Constituinte devia «funcionar desde já» como um parlamento.

O PS e o PSD mascaravam, em geral, estes propósitos jurando que queriam cumprir o Pacto, que não queriam parlamentarizar a Constituinte, nem sequer fiscalizar o Governo. A vida, os factos, as posteriores confissões mostram o valor destas juras.

Mesmo Barbosa de Melo, que agora se refere à «legitimidade revolucionária», como se fosse um mal, sentenciava, numa sessão de 11 de Julho de 1975: «Ponderosas razões levaram o nosso Partido a reconhecer, numa hora incerta para os destinos da Revolução Portuguesa, a necessidade de confiar ao MFA, durante o período de transição o papel de motor e garante do processo de transformação política, social e económica desencadeado em 25 de Abril de 1974.»

Não foi ingloria, ao contrário do que se pretende fazer crer, a oposição dos comunistas à operação do «período de antes da ordem do dia». A sua luta e os seus argumentos inseridos na correlação de forças que então vigorava levaram os promotores da operação a reconsiderar.

Em vez do período de antes da ordem do dia, inicialmente proposto, que podia ser prolongado irrestritamente, dando origem a sessões tumultuosas de chicana contra-revolucionária em que a Constituição era absolutamente esquecida, como chegaram a verificar-se, foi aprovado uma solução de prolongamento limitado. Reside talvez nesta limitação uma das razões da eficácia da Constituinte e uma das condições que lhe permitiu realizar a sua tarefa em apenas dez meses.

Entretanto, tem sido em torno desta questão do «período de antes da ordem do dia» que se desenvolveram a intriga e a «lenda» da alegada oposição do PCP à Constituinte e de que os comunistas só se tomaram de amores pela Constituição depois desta ter sido aprovada.

O PCP nunca foi opositor da Constituinte. Foi defensor da sua eleição, trabalhou a sério na sua instalação, participou da forma mais activa e responsável em todos os seus debates, contribuiu de forma criadora para a sua obra - a Constituição.

Lutou, isso sim, contra a sua parlamentarização por representar um perigoso desvio da tarefa que lhe estava cometida e ser além disso inconstitucional.

Lutou, isso sim, contra a sua transformação num mero clube de discussão contra-revolucionário, de que esteve ameaçada e que seria a sua completa indignificação e «abandalhamento».

Lutou, sobretudo, para que se entregasse por inteiro à tarefa de elaboração da Constituição essencial para o país e a instauração de regime democrático.

Marcou pontos em todos estes combates.

*
*

No discurso com que participou na sessão da Assembleia da República, comemorativa do vigésimo aniversário da Constituinte, já atrás referida, José Manuel Maia recordou: «Para os Deputados Constituintes comunistas, foi com empenho que nos entregámos à tarefa da consagração na Lei Fundamental do País deste rico património de transformações. Voltámos a Constituição da República com convicção, sem reserva mental, com a vontade expressa de a defender e cumprir.»

Quantos outros além dos comunistas poderão falar com esta transparência e honrar-se deste compromisso?

O dilema do PS

NO PASSADO fim-de-semana, o "Expresso" trazia uma notícia intitulada "AIPortuense lança programa de Governo". Sob este cabeçalho pretendia dizer-se que a Associação Industrial Portuense tinha elaborado um "caderno reivindicativo dos empresários" que representa, ao fim e ao cabo, aquilo que a AIPortuense considera que deveria ser, essencialmente, a política económica do País.

Até aqui nada de estranho, na minha opinião pessoal, pois me parece natural que uma associação representativa de interesses explícite, pública e transparentemente, as suas opiniões e "reivindicações". Também eu penso que é melhor assim do que "influenciar (o poder político) nos corredores"... (É evidente que estou a partir do princípio que a designação de "programa de Governo" é, apenas, uma tirada jornalística...).

Também o facto de a redacção final desse documento "reivindicativo" ter estado a cargo de uma comissão coordenada por um vice-presidente da AIPortuense parece normal. O que já é menos natural é a coincidência desse vice-presidente ser um ex-ministro dos Governos do PSD, o Dr. Couto dos Santos, bem conhecido, aliás, pelos seus desempenhos na área da Juventude e, fundamentalmente, no Ministério da Educação. Não tanto pelo facto de até agora serem desconhecidos (pelo menos, para mim) as capacidades do Dr. Couto dos Santos na área da economia, mas principalmente por ser um exemplo concreto da promiscuidade que se tem vindo a acentuar entre o poder político e o poder económico.

Mas o essencial, o mais importante da notícia do "Expresso" é a revelação de a elaboração desse documento reivindicativo ter tido a "contribuição" de múltiplas pessoas como "Lobo Xavier (PP), Alberto Amaral (reitor da Universidade do Porto e provável ministro da Educação de um futuro governo socialista), Daniel Bessa (PS) e Vieira de Carvalho (PSD)"!

Como é possível que um "programa" económico possa ser simultaneamente subscrito por pessoas com responsabilidades no CDS/PP, no PSD e... no PS? Por acréscimo, não se esqueça que o dr. Daniel Bessa continua a ser, oficialmente, o porta-voz do PS para a política económica!

Afinal que diferenças existem, de facto, nas propostas destes três partidos para a política económica a desenvolver no nosso país? Ou será que não existem? Ou será isto apenas uma "tramóia" engendrada pelo "Expresso" para descredibilizar o Partido Socialista e a sua proposta de uma nova política económica?

Infelizmente, a notícia é muito credível e será, certamente, correcta.

Já noutra oportunidade, nesta mesma página, tive a oportunidade de mostrar que o conjunto fundamental de propostas do PS para o emprego e para os salários, tal como foi publicado no "contrato de legislatura" dos seus "estados gerais", em nada se diferenciava das propostas e das práticas do PSD e dos seus governos.

E o mesmo se passa no que diz respeito às propostas do PS para a política económica. E o próprio secretário-geral do PS, o eng. António Guterres, que o diz, preto no branco.

Peguemos, por exemplo, no seu discurso de 22 de Junho passado na Assembleia da República, durante o debate do "estado da Nação". Logo a abrir a sua intervenção (na 2ª de vinte páginas), o eng. Guterres afirmou:

"Comigo, Portugal irá prosseguir com determinação os objectivos políticos, económicos e monetários da integração europeia. Objectivos que exigem estabilidade cambial e redução progressiva do défice público e da inflação. Sem fundamentalismos desneces-

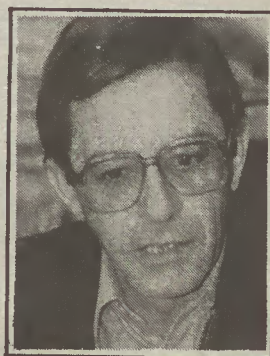
sários, mas assegurando o cumprimento das regras que nos permitam aceder à Moeda Única em 1999."

Esta frase poderia ter sido dita por Cavaco Silva e pelos seus ministros, incluindo Fernando Nogueira. Aliás, por eles foi dita, mais palavra menos palavra, vezes sem conta a partir de 1992.

Mas o mais importante é que sendo esta, como é, a grande orientação, a orientação estratégica do PS para a política económica no nosso país, é evidente que ela em nada se diferencia da que tem vindo a ser proclamada e praticada pelo PSD, por Cavaco Silva, por Eduardo Catroga e por Fernando Nogueira. Em nada se diferencia, portanto, da política que conduziu à crise económica e à retoma que se não vê, que conduziu ao encerramento de empresas, à progressiva liquidação da agricultura e das pescas, que esteve na base do aumento exponencial do desemprego.

"Objectivos que exigem a estabilidade cambial..."! Mas quantas páginas e quanto tempo de antena não preencheu o eng. Guterres, há cerca de dois anos, a vergastar o Governo do PSD por estar a defender e a praticar a tal "estabilidade cambial", aquilo que ele próprio designou de política do "escudo caro"?

"Sem fundamentalismos desnecessários", diz o eng. Guterres. Mas com os fundamentalismos necessários para atingir o "pelotão da frente" (na versão Cavaco Silva) da moeda única em 1999!



OCTÁVIO TEIXEIRA
Membro
da Comissão Política

A verdade é que, erigindo como objectivo prioritário a moeda única, ao qual se terá de subordinar toda a política económica, não há fundamentalismos desnecessários mas apenas fundamentalismos.

E não haja dúvidas de que sendo esse o objectivo sagrado e sacralizado da política económica, esta será exactamente a mesma, quer seja executada pelo PS ou pelo PSD, quer o Ministro das Finanças seja Eduardo Catroga ou Daniel Bessa. Porque os objectivos, as orientações e os critérios nominais da UEM, do Tratado de Maastricht, se forem "prosseguidos com determinação" como prometem o eng. Guterres e o Dr. Fernando Nogueira, não deixam praticamente nenhuma margem de manobra às escolhas, às orientações e aos instrumentos para políticas nacionais diferenciadas.

E se a política económica é a mesma para o PS e o PSD, parece também claro que não haverá hipótese de políticas sociais diferenciadas, ao contrário do que o PS tem andado a prometer para procurar angariar votos.

É necessário aumentar as verbas orçamentais para a Educação? Sem qualquer dúvida. É necessário aumentar as dotações para a Saúde? Ninguém pode pôr isso em questão. É necessário

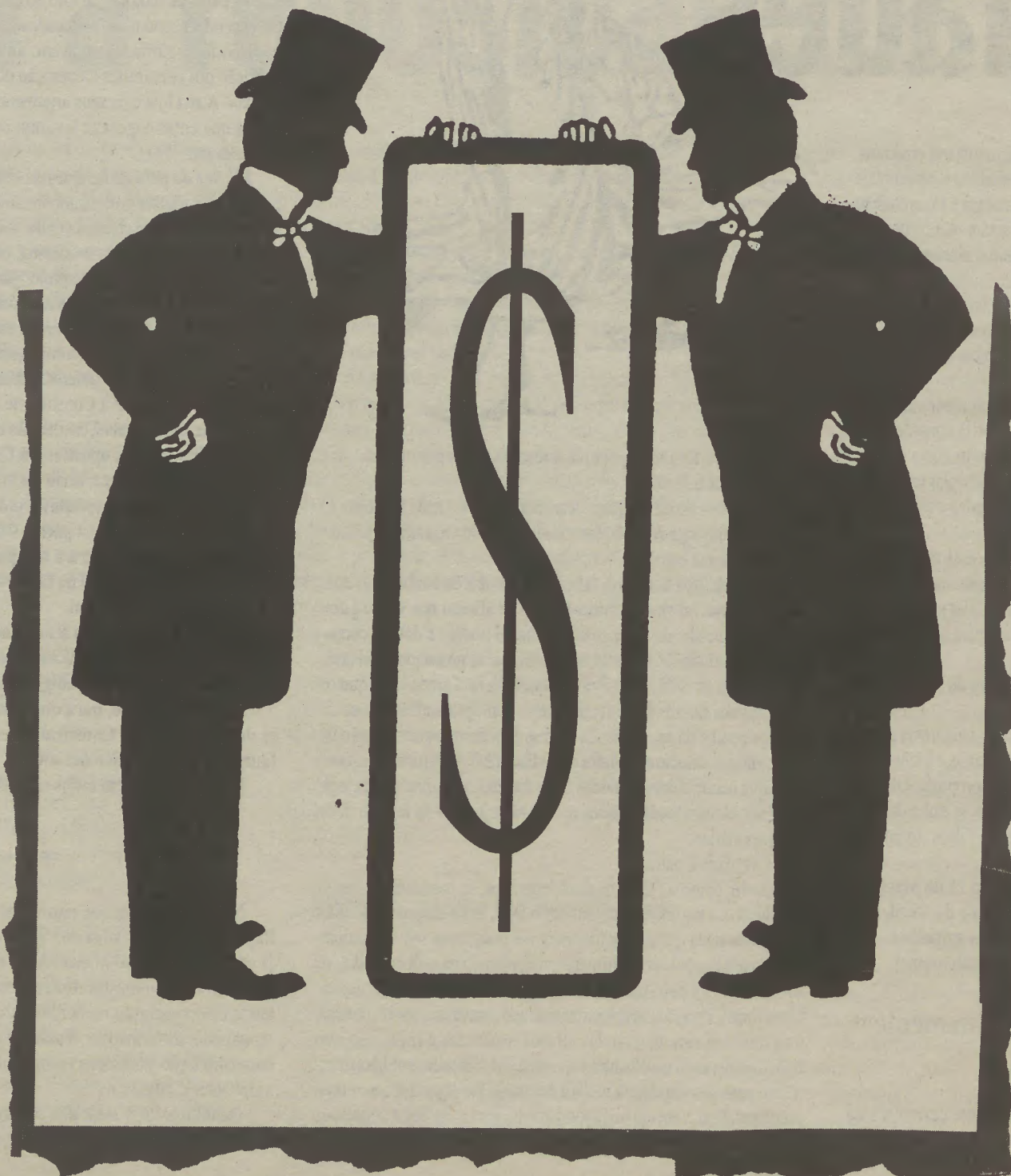
aumentar o poder de compra das pensões e reformas (coisa que o PS até agora se esqueceu de referir)? É exigível. Mas se a orientação fundamental da política económica não é o crescimento acelerado da produção, da riqueza nacional, mas sim a moeda única e em 1999, como se podem aumentar significativamente essas dotações orçamentais? Tanto mais que, simultaneamente, o PS diz querer reduzir, em 3 anos, o défice orçamental de 6% para 3% do PIB, promete não aumentar a carga fiscal e não diz querer acabar, por exemplo, com os 100 milhões de contos de benefícios fiscais anualmente concedidos às grandes empresas e às operações e especulação financeira.

Este é o grande dilema do PS. Querer ser Governo mas não querer dizer que fará, no essencial, a mesma política que Cavaco Silva e Fernando Nogueira.

Não o querer dizer de forma clara, por recear as consequências junto da maioria dos portugueses e, em particular, dos trabalhadores, dos agricultores, dos pescadores, que têm sentido na pele os efeitos das políticas alinhadas pela batuta da UEM. Porque, pelos vistos, vai-o dizendo junto das associações empresariais como a AIPortuense.

Mas não é assim que se podem resolver os problemas do País e do Povo.

Como igualmente dizia o eng. Guterres no seu discurso sobre o "estado da Nação", e aqui estou inteiramente de acordo com ele, "os portugueses estão fartos de ser enganados e de quem os engana".



As Comissões de Trabalhadores e os «Comités de Empresa Europeus»

■ Jerónimo de Sousa

(a partir da intervenção inicial no encontro sobre os Comités de Empresa Europeus, promovido pela coordenadora das CT's da Região de Lisboa, no dia 22 de Junho. Subtítulos da Redacção)

Considerando que a Directiva que cria os Comités de Empresa Europeus pode ser transposta comunitária para a legislação nacional até Setembro de 1996, importa saber que papel nos compete, quais as consequências positivas ou negativas para a vida e para os direitos das CT's e consequentemente para os trabalhadores que representamos.

O nível de conhecimento que dispomos é naturalmente limitado, na medida em que nunca tivemos uma intervenção directa ou indirecta no processo que conduziu à aprovação da Directiva, embora alguns representantes de Comissões de Trabalhadores participem já nos denominados «comités voluntários» protagonizados por algumas empresas multinacionais.

Sem pretender fazer juízos de valor apressados, não acompanhamos no entanto o entusiasmo daqueles que vêm na Directiva e nos Comités de Empresa Europeus uma medida de grande alcance social potenciadora da intervenção e da participação dos trabalhadores para a defesa dos seus interesses e direitos.

Tal expectativa e entusiasmo não é entendível quando verificamos que as medidas viradas para a concretização do princípio da coesão social na União Europeia não só não integram as suas políticas, como são marginalizadas.

Dir-se-á que o carácter e objectivos da Directiva, minimalistas que sejam, constituem factor de mais-valia. Para nós, a questão não é, partindo da nossa realidade, da nossa experiência ímpar das Comissões de Trabalhadores e dos direitos que lhes são reconhecidos e garantidos.

Verdadeira participação e falsa partilha

Ao contrário doutros direitos que são reconhecidos à generalidade dos trabalhadores dos países da União Europeia, a nível dos salários, dos horários, da protecção social, os trabalhadores portugueses têm direitos muito mais avançados no plano da intervenção, da participação, da informação e consulta na vida das empresas.

Naquilo que hoje são expressões correntes, a Constituição quis dar dimensão social à vida na empresa e dar um verdadeiro conteúdo democrático e efectivo à participação dos trabalhadores. Onde com certeza cabem o diálogo, a negociação e a consulta, mas não o equívoco dum falso poder partilhado, que terminaria sempre que fossem «beliscados» os interesses e a génese do lucro ou quando fossem postas em causa as decisões da gestão.

Não se desconhecem algumas teorizações que hoje se divulgam em nome da necessidade de «civilizar o capitalismo», as nuances entre as teses de co-responsabilização e co-envolvimento das organizações dos trabalhadores das escolas nórdica e alemã, bem como as teorias e práticas repressivas, restritivas e individualizadoras da escola neoliberal e tatcheriana, ou ainda a mistura das duas vertidas no projecto de revisão constitucional do PSD quando se propunha eliminar as CT's e os seus direitos mais elevados, substituindo-as por uma coisa híbrida denominada «conselho de concertação de empresa».

A verdade é que, há mais de 30 anos, já os Mellos propunham e tentavam impor aos trabalhadores estas estruturas concertacionais e que fracassaram e se desprestigiaram sempre que estiveram em causa direitos e aspirações concretas dos trabalhadores e se verificou a conflitualidade e a reivindicação.

O capital de experiência, o grau de realização e criatividade das Comissões de Trabalhadores, a sua natureza e a forma como exercem os seus direitos, apesar de muitas vezes sonegados e violados, são um património riquíssimo mas simultaneamente um projecto moderno e actual para qualquer sociedade que se direcione no sentido duma democracia participada e participativa, a começar lá em cada empresa concreta.

A própria Directiva afirma e reconhece que não se substitui às legislações nacionais dos Estados-membros.

A contradição não está no mais da nossa Constituição e da nossa Lei e no menos da Directiva, já que, como diz o nosso povo, «migalha também é pão», acrescido do facto duma cada vez maior internacionalização das empresas.

As questões centrais estão na filosofia que encerram. Quem,

quando e como se determinam os Comités de Empresa Europeus na sua composição, funcionamento, eficácia e decisão. Como se garante a autonomia dos representantes dos trabalhadores. Onde são legitimados e mandatados e onde prestam contas da sua actividade.

Participar ou colaborar

Partamos da nossa própria experiência. Foram os trabalhadores, e não o legislador, que criaram as suas estruturas unitárias, transformando-as no precioso instrumento de intervenção e participação na vida das empresas para melhor defender os seus interesses e direitos.

Ou seja, tal como em relação ao Sindicatos, criaram as suas Comissões de e dos Trabalhadores.

A Constituição da República, partindo do princípio da existência do conflito e do antagonismo entre a classe que vende a sua força de trabalho e a que se apodera da sua mais-valia, medindo a desigualdade resultante do poder económico, da gestão e da decisão, deu aos trabalhadores a possibilidade, não de partilhar esse poder - partilha que quando muito seria sempre, em última análise, decidida, quantificada e graduada pela gestão e direcção da empresa - mas de o controlar, conhecer para intervir, em grau maior ou menor, mediante o nível da consciência, unidade e organização dos trabalhadores.

Em conclusão: não estamos só perante o factor mais da legislação nacional e o factor menos da Directiva.

A diferença pode residir entre a filosofia de participar e intervir para melhor defender os interesses dos trabalhadores e a de colaborar para melhor servir a estratégia da empresa, admitindo que nem isso algumas multinacionais aceitam com medo que possam ser profanados os «santuários» da gestão.

Prova disso são as normas da Directiva, quando flexibilizam o prazo de aplicação até 1999 e definem de forma leonina o princípio da confidencialidade das informações.

Mas as práticas é que determinam a eficácia e a bondade das leis.

Algumas empresas de dimensão comunitária decidiram, através da criação de «comités voluntários», interpretar e pôr em prática alguns dos objectivos da Directiva. Os resultados concretos da participação de representantes dos trabalhadores nesses comités, a forma como foram eleitos, a sua composição, o seu funcionamento, o alcance e conteúdo das suas decisões, valem por qualquer discurso.

Por exemplo, o caso Renault, onde se travou uma poderosa luta em defesa dos postos de trabalho na fábrica de Setúbal e que, entretanto, reuniu em Paris o «comité voluntário». Que valoração ou impacto tiveram as posições do representante dos trabalhadores portugueses? Que papel desempenhou o «comité de empresa»?

Ou no Grupo Hoechst, que grau e peso de intervenção têm os dois representantes dos trabalhadores portugueses?

Para a Comissão Coordenadora das CT's da Região de Lisboa são estas as questões de fundo que devem determinar o nível do nosso empenhamento e participação nos Comités de Empresa Europeus e não o de estabelecer e vincar protagonismos, concorrências e paralelismos com o movimento sindical.

Aliás, tenhamos o sentido da medida.

Não teremos, salvo em quatro empresas sediadas no nosso país (Caixa Geral de Depósitos, Cimpor, Petrogal e Pão de Açúcar), a possibilidade de determinar o andamento do processo e a constituição dos Comités.

Caso por caso

Empresas existem que não têm CT's, o que conduz ao esforço exclusivo do movimento sindical. Mas nas cerca de 30 empresas com Comissões de Trabalhadores e em todas elas com organização sindical, como vamos fazer?

Consideramos que cada caso é um caso.

Se a opção é participar, se a representação tem de emanar dos trabalhadores da empresa, sem dúvida que as Comissões de Trabalhadores, nalgumas situações, estarão mais bem colocadas para assumir um papel importante, na medida em que são a única estrutura que representa todo o universo dos trabalhadores da empresa, independentemente da sua profissão ou filiação sindical.

Mas, nesses casos, deveríamos, ainda assim, direccionar o nosso trabalho para uma linha de cooperação com o movimento sindical, contando com a sua representatividade, a sua identificação com os interesses e direitos dos trabalhadores, a sua capacidade técnica e jurídica e a sua actividade internacional.

Por exemplo, duas experiências-piloto que podíamos ensaiar a partir de agora seria a consideração do desenvolvimento dum processo em relação à Cimpor e à Petrogal, através da cooperação e da articulação de esforços das CT's respectivas e das Federações da Cerâmica, Cimento e Vidro e da Química e Indústria Farmacêutica.

No caso da Caixa Geral de Depósitos, a questão pode não ser dirimida com o mesmo nível de cooperação, devido a factores internos e de relacionamento, mas a Comissão de Trabalhadores não pode ser secundarizada, tendo em conta a sua representatividade.

Nas situações em que a empresa sediada noutros países, mas onde dispomos de forte organização unitária e sindical, mesmo não tendo um papel determinante, haveria que encontrar formas e contactos com as organizações representativas dos trabalhadores da empresa-mãe, podendo também aqui as estruturas sindicais federativas assumir um papel dinamizador e de enlace. São os casos da Sorefame, HidroSorefame, Renault, G.M., Grundig, Fima, Lever, Covina, só para referenciar alguns casos mais significativos, a acrescentar às quatro empresas atrás referidas.

Tomar a iniciativa

Saber se devemos ou não tomar a iniciativa não é uma questão pequena, até porque as multinacionais estão a tomá-la.

Exemplo flagrante e recente é o da G.M.

O centro de decisão desta empresa, como sabemos, reside em Detroit, nos Estados Unidos da América. A Directiva Comunitária prevê, que independentemente da sede da empresa estar ou não situada no espaço da União Europeia, desde que tenha aí duas unidades poderão ser constituídos Comités de Empresa.

Logo, a multinacional fez chegar ao membro mais destacado da CT da Fábrica da Azambuja - e, sublinhe-se, não à CT, à Comissão Sindical, ao Sindicato ou à Federação, mas ao dirigente mais destacado da empresa -, a necessidade de nomear um representante dos trabalhadores, não só da GM-Azambuja, mas de todas as empresas ligadas à GM, no plano nacional, acompanhada do figurino do regulamento de funcionamento.

O exemplo vale para vermos como as multinacionais estão a determinar os ritmos, a concepção e os objectivos dos Comités de Empresa Europeus, ou, em última análise, a transformar a Directiva Comunitária, não num instrumento, mesmo que tímido, de valor acrescentado para o direito de participação, mas numa «bóia de chumbo», sem dúvida que dourada e atraente de viagens e deslocamentos, de que com certeza todos gostamos, mas que são incompatíveis com as nossas opções de classe e com as razões que levam a que os trabalhadores nos mandassem para os representar nos seus direitos, interesses e aspirações.

Esta linha de fronteira, e a opção de saber onde acaba a audácia da participação e a opção do risco da co-responsabilização e compromisso com os interesses das multinacionais, vai ser decidida por cada estrutura, por cada representante eleito, importando bem pouco se a sua eleição ou nomeação foi determinada pela CT ou pela estrutura sindical.

Devemos ser confiantes e audaciosos, ter iniciativa, decidir participar, ver quem participa e como se participa, alicerçados nos nossos princípios, nas nossas opções e, porque não, na nossa dignidade de representantes legítimos dos trabalhadores que em nós confiam. Já demonstrámos, nos vinte anos passados, que somos capazes de o fazer!

Descerrar as portas da solidariedade

Nenhuma limitação da livre consciência dos homens deve ficar sem denúncia. Nem qualquer orientação que vise bloquear os caminhos da solidariedade humana pode ser honestamente ignorada. Mas, até mesmo a defesa da justiça impõe que as palavras sejam usadas como instrumentos delicados. Para transmitirem aquilo que, efectivamente, querem dizer. Para evitar que, querendo unir, desunam. Ou para impedir que, querendo mobilizar vontades, possam contribuir para isolar ainda mais os homens.

Matéria de fé à parte, muitos dos actos e do discurso da hierarquia católica merecem condenação moral. Muitos desses actos, por violarem sistematicamente a própria doutrina cristã. E parte da oratória usada pelos «príncipes da Igreja», por ser manifestamente dúplice. A igreja institucional declara-se a favor dos pobres mas lisonjeia os ricos. Louva os humildes e caminha nos trilhos dos poderosos. Enaltece a mulher enquanto que a secundariza na vida eclesial. Proclama que os leigos católicos desempenham um papel insubstituível para, afinal, surdamente, os submeter a pesada servidão.

Muitas vezes, também as palavras da hierarquia vêm a servir como veículos de sedução, de alienação dos homens ou de terror. A Cúria Romana tem frequentemente conseguido adiar ou fazer momentaneamente esquecer, apenas com a palavra, sérios conflitos latentes no mundo católico. Nessas alturas, acena, invariavelmente, com os deveres canónicos da obediência eclesial e da unidade eclesial. Esta estratégia tem permitido ao Vaticano manter da igreja uma aparência unitária que só agora claramente começa a esborçar-se.

A igreja católica, como instituição, não constitui em si mesma um santuário onde os outros homens não possam penetrar. As confissões religiosas influenciam as sociedades mas devem aceitar que estas as possam transformar, também.

Deste modo, as críticas e denúncias aos actos e palavras da hierarquia jamais devem ser silenciadas, quando justas e adequadas à defesa dos interesses dos homens. Mas não podem tender a sistematizar-se. Quando criticarmos, devemos fazê-lo caso a caso, com inteira isenção. Veremos como, infelizmente, é vasto o campo de acção que se nos depára.

O Concílio Vaticano II demonstrou que homens e estruturas de instituições milenares, como é o caso da Igreja Católica, podem ser tentados a deslocar-se no bom sentido do progresso moral das comunidades humanas. Nem se duvide que muitos dos bispos actuais se encontram, simplesmente, vergados ao peso de uma inércia institucional que, nos seus íntimos, os não pode deixar de ofender. Dizia Lênine que «a depressão religiosa representa, por um lado, a expressão da depressão real e, por outro lado, o protesto contra a depressão real».

Confessem-no ou não, muitos bispos já compreendem que a abertura ao mundo, nos moldes gerais definidos pelo Concílio Vaticano II, é via sem alternativa. O Cristianismo de que uma igreja seja representante digna terá de modernamente aprender a lutar a favor de uma efectiva justiça social, pela paz e pela solidariedade entre os homens e pela supressão definitiva de todas as formas de exploração.

Atónito com o que se passa à sua volta, certo número de bispos insiste em conciliar o inconciliável, mantendo a opulência majestática da igreja mas encobri-la, pudicamente, com o véu oportunista das palavras. A alguns deles, a dureza da vida e das experiências que se aproximam não hão-de despertar.

Compreender determinadas situações não significa que nos calemos. Criticar pode ser, em certos casos, a única forma válida de se descerrarem as portas da solidariedade.

■ Jorge André



O ardor guerreiro da direita agitou a Assembleia do Conselho da Europa

■ Miguel Urbano Rodrigues

A sessão estival da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa foi menos desinteressante do que o habitual. Não por haver sido tomada alguma decisão com significado político. Os poderes do Conselho e da sua Assembleia são, na prática, inexistentes. O debate de urgência sobre a situação na Bósnia proporcionou, contudo, intervenções incomuns que expressaram simultaneamente a mentalidade da direita e da social-democracia europeias e iluminaram bem a distância que hoje separa o Conselho dos objectivos humanistas definidos na sua Carta.

A esquerda Unitária Europeia contra a escalada na Bósnia

Publicamos a seguir extractos da intervenção que o deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues, em nome do Grupo da Esquerda Unitária Europeia, pronunciou na Assembleia do Conselho da Europa durante o debate de urgência sobre a situação na Bósnia:

«A transformação dos capacetes azuis em reféns pelos sérvios bósnios foi um acto criminoso. Entretanto, a firme condenação de tais métodos, bárbaros, não deve impedir-nos de reconhecer que as grandes potências contribuíram mais uma vez para o agravamento da crise. Os factos demonstram que as consequências das intervenções militares da NATO na Bósnia foram sempre negativas. Aconteceu isso em Gorazde, depois em Bihaç e agora foi pior.

No Grupo da Esquerda Unitária - GEU desaprovamos a política aventureira e pessoal de Karadzic; mas condenamos pelos mesmos motivos a política também aventureira e pessoalista de Alija Zetbegovic, apoiada ostensivamente pelos EUA e indirectamente por alguns governos de países membros do Conselho da Europa.

A NATO nunca deveria ter intervido militarmente na Bósnia. A missão das forças da Aliança Atlântica - como o próprio ministro Durão Barroso, actual presidente do Conselho de Ministros da UEO, reconheceu publicamente - é somente a defesa dos países membros da organização no caso de ataque exterior. Não foi essa a situação na Bósnia.

(...) Certas iniciativas e situações justificam o temor de que, perante o fracasso da política das frappes aériennes da NATO, estejamos já a assistir à primeira fase de uma

manobra cujo objectivo estratégico seria a intervenção militar progressiva das grandes potências na Bósnia.

Nos últimos dias, com a colaboração dos média, um vento de guerra começa a soprar na Europa. É artificial porque não vem dos seus povos. Para sugerir a utilização da Força de Reacção

Rápida contra os sérvios da Bósnia ouvimos aqui uma linguagem primária com apelos ao heroísmo e à dignidade. Soa a falso.

A decisão do governo alemão - que será certamente aprovada pelo Bundestag - de participar na Força de Reacção Rápida poderá ter consequências muito perigosas para o conjunto do Continente. No horizonte esboça-se uma escalada de pesadelo.

(...) Boutros Ghali acaba de declarar ao semanário alemão Der Spiegel que «a ONU não terá finalmente outra solução que não seja a de negociar com os sérvios bósnios no quadro de uma nova Conferência de Londres para se chegar a um acordo».

Ora, foi neste contexto que a Comissão dos Assuntos Políticos da nossa Assembleia nos submeteu inicialmente um Projecto de Resolução totalmente negativo pelo espírito e inaceitável pelo conteúdo.

O Conselho da Europa é uma organização que sempre defendeu a solução dos problemas através do diálogo e da negociação e cujos objectivos e vocação humanista são incompatíveis com um texto que pretendia empurrar a Europa para a guerra. Felizmente, o bom senso prevaleceu e a

O Truque Policial

I

Na Secção Local (edição de Lisboa) do passado dia 1 de Julho, o Público põe em parangon: «Reforço policial na Baixa - truque da Câmara de Lisboa começa hoje a ser testado». No texto explica: «Com o recurso a um truque legal, a zona (Baixa de Lisboa) será patrulhada por mais um punhado de polícias (14, para 7 dias da semana e 24 horas por dia)». E acrescenta: «a medida incomodou o PCP, mas a vontade socialista prevaleceu».

No conjunto da notícia do Público são mais as inverdades e falsidades do que os factos que a CML vai pôr «patrulhar» a baixa... Mas, esse facto não é da responsabilidade do jornalista. Ele deve-se às confusões e meias-verdades que o PS tem andado a vender em torno da questão das polícias municipais. Vale a pena esclarecê-las.

II

Veja-se o que diz o PS: acentua a existência de polícias municipais em Lisboa e no Porto; afirma a sua importância para as missões de segurança; chora porque uma lei da República cria os serviços municipais de polícia, que em Lisboa e Porto vão substituir as polícias municipais; critica essa lei, alegando que irá retirar competências às polícias municipais de Lisboa e Porto.

Não há ponta por onde se pegue nestes «raciocínios» socialistas.

Primeiro, é falso que o PS seja alheio à Lei nº 39/94, de 29 de Agosto, a tal lei que criou os serviços municipais de polícia (SMP) e extinguiu as polícias municipais de Lisboa e Porto. O PS votou favoravelmente essa lei, como o fizeram PSD e CDS-PP. Só o PCP se absteve.

Segundo, é falso que essa lei diminua as competências que hoje cabem às polícias municipais de Lisboa e Porto. Por força da lei, estas polícias municipais de Lisboa e Porto são meras polícias administrativas, que só têm intervenção na área dos regulamentos municipais e outros actos da competência dos municípios. Ora, a Lei nº 39/94 veio dar competência aos SMP em áreas que hoje não são da competência das Câmaras, como sucede com algumas competências em matéria do Código da Estrada (ordenamento, segurança e comodidade do trânsito).

Terceiro, é falso que a Lei nº 39/95 diminua o campo de aplicação das funções de polícia administrativa a ser exercidas pelos municípios. Pelo contrário, hoje só Lisboa e Porto têm esta possibilidade; com a nova lei os outros 303 municípios, abrangendo 9/10 da população portuguesa, passaram a ter essa possibilidade.

Em quarto lugar, é falso que a lei consagre ou possa vir a consagrar poderes de polícia de segurança pública às Câmaras ou aos Presidentes de Câmara. Isso está expressamente proibido pela Constituição, pelo artigo 272º, que diz que a organização das forças de segurança é única para todo o território nacional. Nem o Presidente da Câmara é autoridade policial, como era no Código Administrativo fascista. Basta ver a Lei de Segurança Interna, para constatar que o Presidente da Câmara não faz parte da lista das autoridades de polícia, constante do artigo 15º da Lei nº 20/87. Nem os Municípios têm competências na área da segurança pública, como aliás resulta da Lei de delimitação de competências onde, por exemplo, se atribuem competências em matéria de protecção civil mas não na área da segurança pública.

III

Então, e o truque? É isso mesmo: um truque, sem conteúdo e sem seriedade.

O que resulta da situação dos quadros das polícias municipais de Lisboa e Porto serem hoje ainda preenchidos com agentes da PSP, que são destacados das missões de segurança que deviam estar a prosseguir para serem afectados a missões de mera polícia administrativa, às ordens de «importantes» vereadores do pelouro respectivo. Que andam a fazer estes agentes da PSP? A ver se as obras estão licenciadas, se as vendeiras ambulantes não ocupam espaços proibidos, e coisas do género que não têm nada a ver com as funções que deveriam exercer.

Só que eles continuam a ser estatutariamente agentes da PSP. Aqui está o truque: por esta razão, porque são agentes da PSP, e não porque sejam membros da Polícia Municipal de Lisboa, eles podem fazer missões de segurança pública, incluindo patrulhamentos.

Só que o truque é completamente parvo. Porque, se a Câmara não precisa desses agentes, então por que os retém no Município, e não os devolve à PSP, para reforçarem a segurança pública?

Pior ainda: se isto é assim há meses ou anos, por que conservou a Câmara esses agentes inactivos, ou a fazerem coisas que outros funcionários podiam fazer? Não significa isto reconhecer que assim... prejudicaram ao longo dos anos a segurança pública?

Os truques têm destas coisas: às vezes viram-se contra quem os faz...

Comissão dos Assuntos Políticos informa que retirou o seu projecto. Pedem-nos agora que apoiemos a Declaração de Cannes apresentada pelo Presidente da República Francesa em nome do Conselho Europeu. Este segundo texto, muito ambíguo, não afasta, o perigo de uma intervenção externa. As nossas preocupações persistem. É útil, contudo, sublinhar um aspecto positivo: o desaparecimento do projecto da Comissão.

(...) Perante os grandes problemas suscitados por este debate de urgência, quero salientar que o Grupo da Esquerda Unitária Europeia recusa qualquer política que possa levar à intervenção militar externa e à escalada não apenas na Bósnia mas em amplas zonas dos Balcãs. O GEU rejeita também as análises maniqueístas que dividem os povos da ex-Jugoslávia em vítimas e agressores, em aliados potenciais e em demónios. O GEU lembra que toda e qualquer iniciativa de carácter intervencionista está, aliás, em contradição com a posição assumida pela ONU.

O nosso Grupo chama ainda a atenção para o efeito negativo das pressões exercidas para antecipar a admissão da Croácia como membro do Conselho da Europa, porque o Governo de Zagreb violou repetidamente Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo que não retine de momento as condições exigidas pela Carta do Conselho.

(...) Repito. Para o nosso Grupo a solução na Bósnia Herzegovina somente pode ser política e obtida pela negociação, excluindo qualquer tipo de intervenção militar das potências da União Europeia, ou da ONU, da NATO ou da UEO.

por um texto em que se pedia o apoio da Assembleia aos cinco pontos da Declaração da Cimeira de Cannes, apresentada pelo Presidente Chirac em nome do Conselho Europeu.

Instrumentalização do plenário

No debate pesou fortemente o prólogo envenenado. Foram dois shows extraprograma.

O primeiro foi um discurso do Presidente da República Checa. No seu estilo cosmogónico, Vaclav Havel incluiu na oratória inaugural do edifício do Tribunal dos Direitos do Homem apreciações e análises pessoalíssimas sobre o conflito na Bósnia. Comoveu muitos parlamentares de lágrima fácil. Pouco depois, na abertura do debate, já no Palácio da Europa, Muhamed Sacirbey, ministro dos Negócios Estrangeiros da Bósnia Herzegovina, proferiu um daqueles discursos que são concebidos para fazer chorar as pedras da calçada. Esboçou um retrato apocalíptico do cerco de Serajevo.

Ao calar-se, a atmosfera no hemiciclo era tão específica que a maioria dos deputados parecia disposta, se tal fosse pedido, a aderir a uma moderna cruzada, em defesa dos muçulmanos, contra os sérvios, bósnios e de outras partes.

Compreensivelmente, o relator da Comissão Política, o suíço Bloetzer, apresentava sintomas visíveis de arrependimento quando informou que o seu primitivo projecto fora retirado para serem evitadas divisões no plenário. Inferia-se, porém, do seu tom que, pessoalmente, para a Bósnia, prefere soluções com cheiro de pólvora.

Perante as circunstâncias, não fiquei, naturalmente, surpreendido com alguns assobios que assinalaram a condenação que fiz, em nome do Grupo da Esquerda Unitária Europeia, de qualquer intervenção militar exterior na Bósnia, venha ela de onde vier.

Somente um liberal britânico, de maneira mais suave, se manifestou contra a escalada, dizendo das suas preocupações com as vidas dos oficiais e soldados de Sua Majestade a Rainha, integrados na Forpronu.

A tónica das intervenções foi predominantemente guerreira. O ex-ministro francês Jacques Baumel, num discurso com ressonâncias dos tempos da guerra da Argélia, levou ao rubro os sentimentos anti-sérvios da Assembleia.

Gradualmente, o plenário que, horas antes, era ainda favorável à adopção do texto de compromisso foi mudando de posição. No final, muitos deputados confidenciavam sentir remorsos por não haver apoiado desde o início o projecto da Comissão.

O debate teve um desfecho inesperado e ridículo. Baumel exigiu a votação nominal. Assim se fez e, depois, ficou provado que não havia quorum. O resultado da votação, em obediência ao regimento, não foi divulgado, mas verifiquei que os não ao texto de apoio à Declaração de Cannes haviam excedido os sim.

Acabou em nada o principal tema da agenda de Estrasburgo. O assunto voltará em Setembro à próxima sessão da Assembleia. O plenário terá então de se pronunciar sobre um novo texto da Comissão Política. Temo que seja tão belicoso como aquele que foi agora arquivado.

À margem do que se passou no plenário, o Grupo da Esquerda Unitária Europeia elaborou e divulgou duas Declarações: uma para condenar com firmeza as experiências nucleares francesas anunciadas pelo Presidente Chirac; outra para alertar o Conselho da Europa para a extrema a gravidade da crise russa, cujos desenvolvimentos justificam o temor de um novo golpe de Estado montado pelo Presidente Boris Ieltsine.

PONTOS CARDEAIS

Desenvolvimento

O presidente do PSD, Fernando Nogueira, descobriu que os políticos da oposição são todos uns invejosos. É a "inveja e a mesquinhez" - garantiu aos seus apaniguados do Minho - que faz falar a oposição. E inveja de quê?, perguntará o leitor. A resposta é simples: da obra feita pelo PSD em dez anos de governação, a maior parte dela com a prestijiosa contribuição do próprio Nogueira.

Nas palavras do dirigente do PSD - proferidas num apropriado cenário de bandeirinhas, fitas e balões, numa região reconhecidamente "votada ao abandono" e em que Nogueira não se esquecerá de apostar

"quando formar novo governo" - hoje em Portugal "já não existem problemas de atraso económico ou financeiro". O facto de Portugal continuar no fim da tabela dos seus parceiros europeus e de se situarem em território nacional as regiões mais pobres da União Europeia é perfeitamente irrelevante para Fernando Nogueira, que em matéria de factos adoptou há muito a cómoda estratégia de só conhecer o que lhe convém. O mais curioso é que Nogueira não hesita em garantir que no país existem, apenas, os problemas próprios "dos países desenvolvidos, com as dificuldades das sociedades modernas do mundo, como a insegurança, o desemprego e a droga". Como se pode ver,

um sucesso, esta obra do PSD. É caso para pensar que com um bocadinho mais de esforço se conseguirá aumentar o desemprego, estimular a criminalidade, generalizar os *chutos* e a *passa*, atingindo os índices que farão de nós um país verdadeiramente desenvolvido. Para tanto, pelos vistos, basta manter o PSD no governo.

De carrinho

A pré-campanha eleitoral em que o país mergulhou com a não dissolução atempada da Assembleia da República, que

tudo teria justificado, está a dar azo a que os meses de Verão, tradicionalmente pacíficos, passem este ano à história como os mais frenéticos da actividade política. Os governantes, em particular, desdobram-se em intervenções, promessas, inaugurações e medidas de última hora, num atropelo em que dislates somam e seguem, sem que ninguém pareça preocupar-se com as fronteiras do ridículo.

No sábado, por exemplo, a ministra da Educação nem pestanejou ao afirmar, num debate em Lisboa, que "quem vai passar a chegar de Porsche a casa é o canalizador, e não o

professor", no que pretendeu ser a resposta a alguém que protestava pelo facto de um canalizador ganhar mais do que um professor universitário.

Não está em causa, naturalmente, o direito de os canalizadores andarem de Porsche, nem a mais que legítima dignificação de todas as profissões. O que está em causa, isso sim, é que uma ministra da Educação recorra a tão descabelado exemplo para fazer a defesa do ensino politécnico, que pretensamente quererá valorizar, e de uma penada subestime a importância do ensino (universitário ou não) e dos seus agentes. Talvez a ministra, quando tem uma dor de dentes, prefira chamar o pedreiro. Talvez a ministra goste tanto de andar de carrinho que sonhe com Porsches. Ninguém tem nada com isso. O que preocupa, é ver no cargo de Ministro da Educação alguém que ainda não descobriu que o ensino, nas suas várias vertentes, não existe sem os professores que o tornam possível. Talvez a senhora ministra tenha errado de profissão. Talvez esteja na hora de a senhora ministra fazer uma reciclagem numa escola politécnica e descobrir os prazeres do fato-macaco e da chave de fendas. Dão sempre jeito quando os Porsches se avariaram.

Estranho? Estranhíssimo.

"Em primeiro lugar, greve é uma coisa que um professor não faz. O professor tem de estar disponível para os alunos, por outro lado é muito estranho - no sentido latino da palavra - que se criem angústias às famílias (...)

Quanto aos aumentos salariais, o dinheiro não é substituto técnico para a felicidade."

As palavras são de Carvalho Rodrigues, o frustrado tenor da engenharia cavaquista, em resposta a *O Independente* sobre a adesão ou não à greve dos professores universitários. Uma estranha posição esta, sobre um direito consagrado na Constituição e pelo qual se bateram - e batem - gerações de trabalhadores em todo o mundo. Mais estranha ainda é a tese da angústia; com tanta gente que por aí anda angustiada, incluindo os professores, mal se entende que Carvalho Rodrigues gaste o seu tempo a fazer de bobo da corte do PSD. Estranhíssimo, então, é a posição quanto aos aumentos salariais. Falando de papo cheio, o "tenor" parece estar a braços com questões técnicas na divulgação da sua mensagem; e ainda não percebeu que essa de "pobrezinhos e felizes" já não se usa, nem em *playback*.

FRASES da SEMANA

"Moura Guedes convence"
☞ (título de primeira página - «Público», 03.07.95)

"Boa tarde, arrancou o PP"
☞ (título de quarta página - «Público», 03.07.95)

"Éramos capazes de governar Portugal"
☞ (Ludgero Marques, presidente da Associação Industrial Portuguesa, citado em «Público», 04.07.95)

"Simpatizo com o PSR, mas vou votar útil no PS. E já votei no PSD, nas autárquicas, porque o Isaltino está a fazer coisas engraçadas em Oeiras."
☞ (Otelo Saraiva de Carvalho - «Visão», 29.06.95)

"O objectivo nuclear desta "réntree" política é contribuir para que funcione a alternância democrática."
☞ (Sá Machado, ex-CDS, a propósito do acordo de copoperação firmado por ex-centristas com o PS, citado em «Semanário», 01.07.95)

"Quem causou o sistema de desordem e de ausência de educação que marca hoje o nosso aparelho de ensino, senão a "esquerda"?"
☞ (Alberto João Jardim - «O Diabo», 04.07.95)

"Quando apoiei na altura Durão Barroso foi porque estava sinceramente convencido que seria na ocasião melhor para o PSD, mas sempre previ que o partido também ficaria bem servido com Nogueira..."
☞ (Ferreira do Amaral - «O Diabo», 04.07.95)

"Quanto à própria Amália, tem a sorte que outros colegas de ofício, como José Afonso, não tiveram (na RTP): ver a sua vida tornar-se parte do nosso património colectivo."
☞ (Editorial - «Expresso», 01.07.95)

"Não tenho orgulho nenhum em ser do povo"
☞ (Amália Rodrigues - «Expresso-Revista», 01.07.95)

"Marco Paulo despediu-se no domingo passado dos pequenos ecrãs portugueses. Preocupada, a RTP já se encarregou de achar um sucessor à altura de substituir nos nossos corações o buraquinho provocado pela ausência de Marco Paulo. Está a caminho o inimitável e dançarino Robert Leal. Pode estar descansado o nosso Portugalzinho."
☞ (Duarte Moral, «Visões» - «Público», 04.07.95)

"Quem nos diz que daqui a 4000 anos não teremos outra glaciação naquela zona como há milénios. E as chuvas ácidas?"
☞ (António Vidigal, administrador da EDP, num debate sobre as gravuras de Foz Côa - «Expresso», 01.07.95)

"Felipe González vai aguentar"
☞ (José Lamego, responsável do PS para as Relações Exteriores - «O Diabo», 04.07.95)

PONTOS NATURAIS

AO CORRER DOS OLHOS

Perguntar não ofende

A primeira coisa que escuto quando abro o televisor é que o excedente em cereais na Comunidade Europeia foi, no ano passado, de 27 milhões de toneladas. Daí a necessidade de reduzir as quotas de produção de cada país membro. As leis do mercado foram assim mandadas para o inferno. Para benefício de quem?

Bater o pé

Era, em Espanha, uma vasta extensão a produzir com total abolição de produtos químicos, para proteger uma espécie de aves em vias de desaparecer. Vieram ordens da Comunidade para se proceder a uma reconversão agrícola e a comunidade local, apoiada pelas organizações ambientalistas, declarou alto e bom som que não obedecia. Na Comunidade foram aos arames e as discussões arrastaram-se ao longo dos anos. A Comunidade acabou por ceder. Isto soube eu pelo Euronews, outrora diário e agora semanal. Vale a pena ver, como se prova. Vale a pena bater o pé, como se prova.

Herança antiga

Jorge Peixinho morreu. Diário de Notícias e Público dedicaram-lhe devida e comovida atenção. No próprio dia, O Jornal da SIC e o Telejornal da TVI noticiaram. Sem grande relevo, mas não pecaram pelo silêncio, apanhadas como foram em cima da hora. E o Canal 1, da RTP? Completo silêncio. Vícios antigos facilmente respeitados...

Socorro!

Somos constantemente bombardeados com os nomes dos mesmos territórios. A SIC e o Canal 1 especializaram-se na bipolarização. Valentim Loureiro com o Marco Paulo, Alberto João Jardim com a Roleta Russa, Passos Coelho, Durão Barroso, António Vitorino, Santana Lopes, Pacheco Pereira, José Magalhães, pelo amor de Deus, parem com isso dentro da minha cabeça!

De degrau em degrau até ao bacalhau

Quim Barreiros foi ao Parabéns e, em propaganda ao programa no decorrer da semana, a RTP apresentou-o como «o grande artista português». Pois o grande artista lá foi e declarou, alto e bom som, que vai participar nas campanhas do PS e do PSD. Vai ser giro ver o Guterres e o Nogueira a cheirar o bacalhau da Maria. Lado a lado. Com os olhos postos no mesmo horizonte que se chama Quim Barreiros. Simbolicamente não se inventava melhor...



Descubra a diferença

Final de basquetebol em Atenas, para o Campeonato da Europa. Presentes, Jugoslávia e Lituânia, num majestoso pavilhão para vinte mil espectadores. Os comentadores, professores João Coutinho e Carlos Barroca, não se cansam, justamente de referir a maravilha daquele pavilhão. Final de hóquei em patins, entre o Benfica e o Barcelos, para a Taça de Portugal. Apinham-se três mil pessoas num bloco de cimento sem as mínimas condições. Acumula-se o vapor de água. Sufoca-se de calor. Um jogador do Benfica é levado para fora do recinto, a fim de se recompor... Pobre do meu país governado por barbeiros de D. Quixote...

Senhoras e Cavalheiros

Na SIC discute-se a presença das mulheres na política. Com Maria José Nogueira Pinto e Helena Roseta. PS e CDS. Outro PS e PSD eram homens, os do costume. Ficou-se com a ideia de que mulheres políticas são apenas as deputadas ou candidatas a isso. Nem sequer uma palavra para as mulheres despedidas do emprego por «fazerem política», isto é, por serem sindicalistas. Nem uma lembrança para as muitas mulheres presas e torturadas na PIDE por... política. Mas dessas não havia no conclave nenhuma representante. Claro.

Mário Castro

Iniciativas do PCP

ALCOCHETE

5ª Assembleia da Organização Concelhia
Sexta-feira, 7, às 21h, no Salão da Junta de Freguesia com a participação de Francisco Lopes.

ÁGUEDA

Plenário de militantes, com a participação das candidatas da CDU **Manuela Silva**, cabeça de lista por Aveiro, e **Júlio Balreira**: sexta-feira às 21h30 no Centro de Trabalho do PCP.

ALMADA

Plenário da célula da Lisnave: no CT concelhio, hoje, quinta-feira, às 17h.

AVEIRO

Plenário de militantes com a participação de **Manuela Silva**: terça-feira, 11, às 21h30, no Centro de Trabalho.

CASCAIS

Plenário de militantes da freguesia do Estoril sobre «Eleições legislativas e tarefas imediatas»: sábado, 8, às 16h, no CT de Cascais.

ÍLHAVO

Plenário de militantes com a participação de **Manuela Silva**: segunda-feira, 10, às 21h30, no Centro de Trabalho local.

LISBOA

Plenário do Sector de Empresas de Lisboa, com a participação do camarada **Carlos Grilo**: terça-feira, 11, às 19h15, no CT da Av. Duque de Loulé.

SETÚBAL

Sessão sobre o Programa da Festa do "Avante!" no Edifício Arrábida, sábado, 8, às 21h30, com a participação de **Fernando Vicente**. Inauguração da Exposição de Pintura de **Ivone Peres**.

SINTRA

Plenários de militantes da freguesia de **Algueirão-Mem Martins** e da freguesia de **Queluz** - ambos sexta-feira, 7, às 21h30, nos respectivos Centros de Trabalho.
Plenário das células de empresa do concelho de Sintra: sábado, dia 8, a partir das 15h30, no CT de Agualva-Cacém, com a participação do camarada **Romeu do Rosário**.

COIMBRA

Casa Municipal da Cultura - hoje às 21h30

QUE FUTURO PARA A SAÚDE?

A responsabilidade profissional na Saúde
- debate público promovido pelo Organismo de Médicos do PCP com a participação dos médicos **Deolindo Pessoa** e **Fernando Gomes** e do advogado **Álvaro Matos**

CDU PORTO

Segunda-feira, 10, às 21h30, na Cooperativa Árvore
Encontro de Intelectuais do Porto com **João Amaral** e outros candidatos

CDU LISBOA

Segunda-feira, 10, às 20h, no Terraço do CT Vitória
Convívio de candidatos e apoiantes da CDU
Com um momento cultural e a presença e intervenção de **Carlos Carvalhas**

Festas CDU no distrito do Porto

Sábado, a partir das 14h

FESTA DO MAR - MATOSINHOS

Quinta da Conceição - Leça da Palmeira
Entrada livre
Música popular com o conjunto "Aliança D'Ouro"
Comes e bebes

Participação de **João Amaral** e de **ÁLVARO CUNHAL**

Sábado e domingo

FESTA EM CAMPO/VALONGO

- em Vinhas -

Sábado:

Às 15h - Jogos tradicionais. Música popular
Às 22h30 - Espectáculo com o Conjunto Nova Onda
Às 20h - Jantar com a participação de **ÁLVARO CUNHAL**

Domingo:

Às 10h - Jogos tradicionais. Música.
Às 15h - Baile com o Duo Paulo Ferreira-Dino Baúla

Sábado

FESTA EM PEDROUÇOS/MAIA

- no Mercado-Feira de Pedrouços -
Às 21h30 - Espectáculo ARTE E JUVENTUDE.
Baile. Jogos populares
Intervenção política de João Amaral

• ALCÁCER DO SAL

Sessões CDU em Santa Susana (sexta-feira às 21h) e Rio de Moinhos (sábado às 19h30).

• ALMADA

Debate sobre Reformados, no Clube Recreativo do Feijó, com a participação de **Maria Carvalho**: hoje, quinta-feira, às 15h30.

Convívio de arsenalistas apoiantes da CDU no Centro de Férias do Arsenal do Alfeite na Praia do Infante, Costa da Caparica: sábado, a partir das 9h30, com a participação de **Octávio Teixeira** e **Henrique Carreiras**.

Reunião com sócios de **Cooperativas de Consumo**: no CT concelhio do PCP, segunda-feira, 10, às 21h.

• AMADORA

Noite de convívio de intelectuais e quadros técnicos no Centro Cultural da Quinta de S. Miguel (R. Elias Garcia, na Falagueira/Venda Nova), com a participação de **Edgar Correia**: sexta-feira, 7, a partir das 20h.

Distrito de BEJA

Sexta-feira, dia 7 - Sessões públicas com a participação de candidatos em **Piçarras** (18h30), **S. Marcos** (21h30), **Mina de S. Domingos** (16h), **Corte Pinto** (17h30), **Penedo Gordo** (21h30).

Sábado, 8 - Mini-comícios com o candidato **M. Machado** em **A. Fernandes** (18h), **Gomes Aires** (19h30), **Santa Clara** (21h30), e com a participação de **Veiga Trigo** em **Santa Bárbara** (16h), **Namora-dos** (18h30) e **Monte Sete** (21h30). Caravana e mini-comícios a partir das 9h em todo o concelho de **Mértola**; mini-comícios em **S. Romão** (17h30) e **Torre Vã** (21h); sessão com Reformados em **Conceição**, com **António Machado** (17h30); jantar-convívio em **Serpa**, com a participação de **José Socio** (21h).

Domingo, 9 - **Convívio de Mulheres em Val-de-Vargo** com **Ana Benedita** e **Veiga Trigo** (18h), e sessão sobre Juventude e Desporto com **Veiga Trigo** em **Pias** (22h). Sessão com Reformados em **Messejana** (segunda-feira, 10, às 17h). Sessões com a participação de candidatos em **Corvos** (16h) e **Corte Sines** (17h30), quarta-feira.

Distrito de BRAGA

Barcelos - Reunião de activistas e apoiantes da CDU na freguesia de **Arcozelo**: hoje, quinta-feira, às 21h30.

Acção de propaganda em **Sta. Eugénia de Rio Côvo** - sábado.

Reunião de activistas de **S. Pedro de Vial Frescaíña** - sábado às 21h30.

Braga - Visita à freguesia e jantar de apoio à CDU em **S. Martinho de Dume**, com a participação dos candidatos **António Lopes**,

Mesquita Rodrigues e da vereadora **Lília Santos**: sábado a partir das 19h e às 21h.

Plenário de militantes com a participação de **Manuela Silva**: terça-feira, 11, às 21h30, no Centro de Trabalho.

Esposende - **Manuel Carvoeiro** e outros candidatos visitam a freguesia de **Marinhas**. Domingo.

Guimarães - **António Lopes**, outros candidatos e actuais eleitos visitam no domingo **Serzedelo**, onde depois participam num almoço de apoiantes da CDU.

Vila Nova de Famalicão - Distribuição de propaganda na cidade e na freguesia de **Calendário**; sessão pública em **Calendário** às 21h30, sábado, 8.

Reunião de activistas de **Joane** - sábado às 21h30.

Vieira do Minho - Reunião de activistas e apoiantes locais da CDU - sábado às 21h30.

• LEIRIA

Jantar de apoiantes e activistas da CDU no Mercado de Santana durante o qual será feita a apresentação pública dos candidatos CDU do distrito e divulgada a sua Proclamação Eleitoral: sexta-feira, 7, às 20h

• LISBOA

Festa CDU na freguesia de **CAMPOLIDE** - sexta-feira às 21h30, no Santana Futebol Clube (Calçada dos Sete Moinhos) com o Conjunto "5º Esquerdo" (música popular portuguesa). Intervenção política de **António Filipe**.

Festa CDU na freguesia de SANTO CONDESTÁVEL - sábado às 16h no **Jardim da Parada**, com o Conjunto "3 de Abril". Intervenção de **Arménio Carlos** sobre a situação política e as eleições.

• LOURES

Luis Sá almoça com os trabalhadores da **MEC** (dia 11 às 12h30) e da **COVINA** (dia 12 às 13h), nos refeitórios das empresas.

Debate com Demétrio Alves sobre o **PER** - sexta-feira, 7, às 21h30, no refeitório da CM de Loures.

Debate sobre as próximas Legislativas no CT de **Apelação** - sexta-feira, 7, às 21h30.

• MOITA

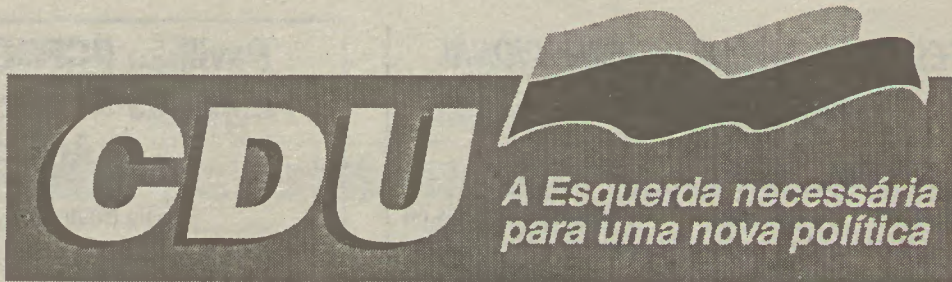
Sessão CDU em **Rosarinho**, com **José Abreu**: sexta-feira às 21h.
Sessão em **Brejos da Moita**: sábado, às 21h.

• PORTO

Encontro com dirigentes, delegados e activistas sindicais, membros de Comissões de Trabalhadores, amigos e apoiantes da CDU sob o lema «Defender os Trabalhadores - Apoiar a CDU»: segunda-feira, 10, das 18 às 20h, no Hotel Tuela, com a participação de **João Amaral**.

• VILA NOVA DE GAIA

Reunião de activistas da CDU, com a participação de **João Amaral**: sexta-feira, 7, às 21h30, no CT do PCP.



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Carlos Carvalhas no Alentejo

Sexta, sábado e domingo

Sexta-feira em PORTALEGRE

Ponte de Sor - Encontro com eleitos, activistas e apoiantes da CDU - Às 11h30 na Biblioteca Municipal.

Alpalhão - Almoço CDU no restaurante "A Regata" - Às 13h

Nisa - Visita a Quejaria Sotonisa na freguesia de Tolosa - Às 14h30

Portalegre - Encontro com representantes das Organizações Representativas dos Trabalhadores - Às 15h30 no CT do PCP

Alter do Chão - Jantar com apoiantes CDU no restaurante "Lareira Alentejana" - Às 20h

Avis - Sessão-convívio para apresentação dos candidatos CDU - Às 21h30, junto ao CT do PCP.

Sábado em ÉVORA

Estremoz - Visita ao Mercado - Às 10h

Bencatel-Vila Viçosa - Encontro com a população e visita ao CT do PCP

Borba - Almoço-convívio no Jardim Público - Às 13h. Encontro com dirigentes e activistas sindicais do distrito no Salão Nobre da CM de Borba - Às 16h

S. Miguel de Machede - Encontro com a população - Às 18h

Azaruja - Encontro com a população - Às 19h

Évora - Jantar-convívio nas Ruínas Fingidas (jardim público) - Às 21h

Domingo em BEJA

Panóias/Ourique - Encontro com a população - Às 10h30

Garvão/Ourique - Encontro com a população no Lg. da Palmeira - Às 11h30

Vale de Santiago/Odemira - Encontro com a população no Lg. do Poço - Às 12h30

S. Luís/Odemira - Almoço-convívio (junto ao depósito de Águas) - Às 13h30.

Outras iniciativas

com Carlos Carvalhas

Além do que nesta página em destaque se assinala, o Secretário-geral do PCP participa ainda, durante a semana, nas seguintes iniciativas públicas:

- hoje, quinta-feira, estará presente na **apresentação pública do Compromisso dos Candidatos Jovens da CDU**, que terá lugar cerca das 17h30 no Centro de Trabalho Vitória do PCP, em Lisboa.

No mesmo local fará, na próxima terça-feira, às 12h30, uma declaração sobre a **situação na Saúde e medidas propostas pelo PCP** nessa área.

Na quarta-feira, dia 12, **Carlos Carvalhas é entrevistado no programa "Prova Oral"** - cerca das 23h, no Canal 1 da RTP.

FESTIVAL JUVENIL INTERNACIONAL "CUBA VIVE"

Promovido pela União de Jovens Comunistas, a Federação Estudantil Universitária, a Federação de Estudantes do Ensino Médio e a Federação de Pioneiros José Martí realiza-se de 1 a 7 de Agosto na cidade de Havana o Festival Juvenil Internacional *Cuba Vive*.

Os jovens e estudantes cubanos, representados por essas quatro poderosas estruturas em que estão organizados, empenham-se em que nele participem "as organizações juvenis e estudantis, associações de amizade, organizações regionais e internacionais - a todos os que continuam ao lado da juventude cubana, aos que independentemente das diferenças ideológicas se opõem ao bloqueio e defendem o direito dos povos à autodeterminação, e dirigiram naturalmente um expresso convite de participação ao movimento e às diversas estruturas de solidariedade a Cuba que se manifestam em Portugal.

Os participantes deverão chegar a Havana no dia 31 de Julho e reunir-se-ão no dia 1 de Agosto no Estádio Panamericano para dar início ao Festival, que prosseguirá até 6 em várias províncias de Cuba.

No seguimento do convite foi constituída em Portugal a *Brigada Portuguesa*, promovida e apoiada pela Comissão Nacional Contra o Bloqueio a Cuba, na sede da qual (R. Rodrigo da Fonseca, 56, 2º, Lisboa - Tel.3863375) continuam abertas inscrições para participação.

A viagem terá lugar de 23 de Julho a 9 de Agosto e o seu custo é de 150.000\$00, incluindo alimentação, transportes e alojamento e todas as despesas inerentes à participação no programa do Festival.

Pavilhão PCP/JCP/CDU nas Festas da Semana de Azeitão e Arrábida

- Vila Nogueira de Azeitão -
Exposição política
Venda de materiais

À sexta-feira
NOITES DO VITÓRIA
no Terraço do Vitória
Esta semana
NOITE DE FADO

Viagens a Cuba promovidas pela Associação de Amizade Portugal-Cuba

Havana-Pinar-Trinidad-Cienfuegos-Guaná
Varadero-Holguim-Guardalavaca-Santiago
Desde 185.300\$00

Partidas a 21 e 27 de Julho

Inscrições e informações na
Associação de Amizade - Tel. 3857305

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1 - Rigidez. 2 - Meia bola; segurar-se pelas gavinhas; caule; dentro da sopa. 3 - Com saúde; lodão; prezado. 4 - Pedestal; canídeos. 5 - Negativa; pôr aspas; jornada. 6 - Verdadeiro; ena; cidade argelina. 7 - Piedade; saídas; feroz; antiga nota musical. 8 - Estro (fig.); Deus dos muçulmanos; odor. 9 - Tio da América; encheras; pron. pess. 10 - Membros anteriores das aves; covil. 11 - Carnívoro de pelos densos e plantigrado; jornada; rezem. 12 - Sem companhia; lusitano; discurssem; nota musical. 13 - Urdir (fig.); oceano; capital da Nigéria.

VERTICAIS: 1 - Apelido do dramaturgo norueguês autor da «Casa da Boneca»; espécie de pombro bravo. 2 - Hora canónica; cheiro; grande quantidade. 3 - Instrumento musical de sopro; quaisquer. 4 - Prejudica; lamentas; couro curtido. 5 - Art. espanhol; liquidara contas; antiga cidade da Babilónia. 6 - Abafos das camponesas; campeões; 7 - Enguia; sopesas; inflexão de voz. 8 - Atraícoei; descaramento (pop.); 9 - Pau-ferro; cotiar; colocar. 10 - Fragmento; prender. 11 - Ele em França; terno; art. que precedia o Rei. 12 - Temperado com açúcar; lista; alimente-se. 13 - Um dos continentes; recente cidade vareira. 14 - Sofrimento; rio nortenho; gavinha. 15 - Período de tempo importante; dêis sumiço.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Hóspede; Pilatos. 2 - Evo; mula; tô; ele. 3 - Ramo; ao; Cuba; eu. 4 - Árabes; Rã; aca. 5 - Íris; suba; aço. 6 - Una; tu; maleta. 7 - Na.; pêro; leva; ai. 8 - Mercas; mi; amo. 9 - Sud; Ásia; tela. 10 - Iró; ir; maçara. 11 - Te; oras; só; Ader. 12 - Ora; Co.; paço; aia. 13 - Pastoso; malosso.

VERTICAIS: 1 - Hera; uno; stop. 2 - Ovarina; era. 3 - Somara; mui; ás. 4 - Obi; Pedro. 5 - Em; Ester; orco. 6 - Duas; urca; aos. 7 - Elo; oásis. 8 - Rum; sir. 9 - Cabal; sam. 10 - Itu; Além; moço. 11 - Loba; evita; ol. 12 - Acata; Eça. 13 - Te; açã; aladas. 14 - Olé; amareis. 15 - Seus; fio; arão.

Juventude CDU - Acampamentos

PORTO
Couce - Campo - Valongo
3, 4 e 5 de Agosto
Inscrição: 3.000\$00

ALENTEJO
Parque de Campismo do SITAVA - V. N. Milfontes
19 a 23 de Julho
Inscrição - para os 5 dias: 3.000\$00
- para 21/23: 2.000\$00

Em todos os CTs do PCP no Alentejo

LISBOA
Parque de Campismo dos Mil Regos - Ericeira
14, 15 e 16 de Julho
Inscrição nos CTs do PCP em Lisboa e na sede nac. da JCP

SETÚBAL
Campimeco - Aldeia do Meco/Praia das Bicas
14, 15 e 16 de Julho
Inscrição - 1.500\$00
Nos CTs do PCP no distrito de Setúbal

TEATRO

AUDITÓRIO CARLOS PAREDES

Lisboa, Benfica. Tel. 7154565. De 5ª a sáb. às 21.30. RICARDO III, de Shakespeare, encenação de Pedro Wilson, pelo Grupo Cénico de Direito.

CADEIA DA RELAÇÃO
Porto. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. 16.00. PORTO D'HONRA, textos de Benjamin Veludo, Manuel Dias e Norberto Barroca, encenação de Norberto Barroca, pelos Seiva Trupe.

COMUNA
Lisboa, Pç. Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. A PULGA ATRÁS DA ORELHA, de George Feydeau, encenação de João Mota, pelo Teatro da Comuna.

MUSEU CONDES DE CASTRO GUIMARÃES
Cascais. Marcação: tels. 4670320 e 4867933. De 3ª a dom. às 21.30. ESTÁ LÁ FORA UM INSPECTOR, de J. B.

Priestley, pelo Teatro Experimental de Cascais.

TEATRO CINEARTE
Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. - De 3ª e sáb. às 21.30 dom. às 17.00 O AVARENTO, de Molière, encenação de Helder Costa (até 9/7).

TEATRO MALAPOSTA
Olival Basto, R. Angola. Tel. 9388407. Todos os dias às 21.30. I MOSTRA DE TEATRO DE LÍNGUA PORTUGUESA (grupos de Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Timor) (até 2/7).

TEATRO NACIONAL D. MARIA II
Lisboa, Rossio. Tel. 342 22 10. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: O CAMINHO PARA MECA, de Athol Fugard, encenação de João Lourenço (até 30/7) - Sala Estúdio. Sáb., dom., seg. e terça às 21.45, dom. também às 16.30: O BEIJO DA MULHER ARANHA, de Manuel Puig, encenação de Natália Luiza (até 30/7).

FESTA 95 Festival Internacional de Teatro de Almada

6 QUINTA
20.00 AUDITÓRIO LORCA, ESPANHA, CUMPLICIDADES de G. Lorca Intervalo ALGÉS - PORTUGAL
20.45 TEATRO MUNICIPAL RESTOS de Josef Szajna
21.30 ESPLANADA QUARTETO DE CLARINETES de ALMADA Concerto ALMADA - PORTUGAL
22.30 PALCO GRANDE A TERCEIRA ESTAÇÃO, de J. P. Cardoso Companhia Marionetas do Porto PORTO - PORTUGAL

7 SEXTA
20.45 TEATRO MUNICIPAL RESTOS de Josef Szajna
21.30 ESPLANADA AFRO-MUSIC Música Africana ANGOLA
22.30 PALCO GRANDE LES PETITS MÉTIERS, de Tony Duvert Autruche Théâtre TOURS - FRANÇA

8 SÁBADO
11.00 LARGO DO MERC. ALMADA OS EXPLORADORES EM OZEANÁRIO Teatro de Rua - Grupo Zéphiro LISBOA - PORTUGAL
15.00 PRAÇA S. JOÃO BAPTISTA OS EXPLORADORES EM OZEANÁRIO Teatro de Rua LISBOA - PORTUGAL
16.00 TEATRO MUNICIPAL RESTOS de Josef Szajna
21.30 ESPLANADA METALOFOBIA Jazz LISBOA - PORTUGAL
22.30 PALCO GRANDE ÓPERA PIA, de Zumpa e Lallero Teatro dell'Angolo VERONA - ITALIA
24.00 CASA DA CERCA ALAZON, de Plauto Teatro de Papel ALMADA - PORTUGAL

9 DOMINGO
20.45 AUDITÓRIO NA AUSÊNCIA DO SR. VON GOETHE de Peter Hacks Teatro Nacional D. Maria II LISBOA - PORTUGAL
22.30 PALCO GRANDE COMÉDIA EUFROSINA de Jorge Ferreira de Vasconcelos Teatro Maizum LISBOA - PORTUGAL

10 SEGUNDA
20.00 AUDITÓRIO O PESCADOR E A ALMA de Oscar Wilde Acto AVEIRO - PORTUGAL
22.00 ESPLANADA KATHERINE ANN FIERO Harpa Céltica NOVA IORQUE - E.U.A.
22.45 PALCO GRANDE EL VIAJE EN PARACAÍDAS de Ruben Pagura Teatro Quetzal SAN PEDRO - COSTA RICA

11 TERÇA
19.00 AUDITÓRIO O PESCADOR E A ALMA de Oscar Wilde
21.00 CINEMA DA INCRÍVEL QUARTETO de Heiner Müller Teatr A - Teatro de Taganka MOSCOVO - RUSSIA
22.45 PALCO GRANDE MARLY de Carlos Queiroz Telles A Barraca LISBOA - PORTUGAL

12 QUARTA
21.00 CINEMA DA INCRÍVEL QUARTETO de Heiner Müller Teatr A - Teatro de Taganka MOSCOVO - RUSSIA
22.45 PALCO GRANDE EL AUMENTO de Georges Perec La Jácara ALICANTE - ESPANHA

13 QUINTA
20.45 AUDITÓRIO QUANDO TEODORO SE MUERA de Tomás González Galiano 108 HAVANA - CUBA
22.00 QUINTETO CLÁSSICO DE LISBOA Concerto LISBOA - PORTUGAL
22.30 PALCO GRANDE MORTE DE UM CAIXEIRO VIAJANTE de Arthur Miller Teatro da MalaPOSTA LOURES - PORTUGAL

teatro malaPOSTA



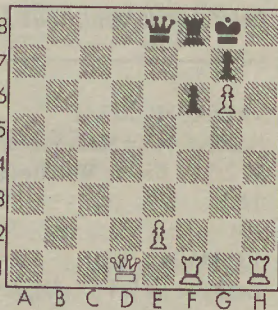
A Última Semana antes da Festa

De Carlos Coutinho Enc. Mário Jacques

Coreografia de Aldara Bizarro
- Cenografia de Fernando Filipe



AMASCULTURA



Mate em 5 lances
PROPOSIÇÃO Nº 1995X052
Por: HENRI RINCK
La Stratégie, 1920

Pr: [2]: Tb1 - Ré4
Br: [4]: Cs. d4, e2 - Bc7 - Rç3

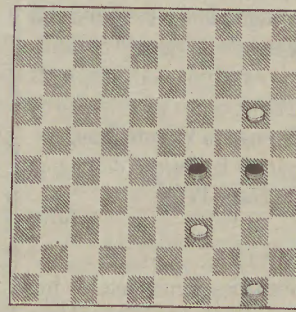


Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXIX
Nº 1995X051 [D.]: 1. Th8+, R:h8; 2. Th+, -; 3. Th8+, -; 4. Dh1+, -; 5. Dh7 #
Nº 1995X052 [H. R.]: 1. Cb3, Td1; 2. Rç2, Td1; 3. Rd2, Tb1 [f1, h1]; 4. Cç3 [g3] + #
A. de M. M.

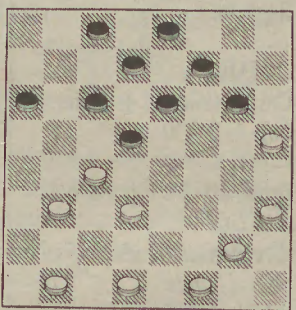
DAMAS

DXIX - 6 DE JULHO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995D051
Por: FRANCISCO LOPES
NL, 1935
Pr: [2]: 29-30
Br: [3]: 20-39-50



Branças jogam e ganham
PROPOSIÇÃO Nº 1995D052
GOLPE Nº 127
Por: FRANCISCO LOPES
I Campeonato de Almada, 1951

1. 10-13, 21-18; 2. 5-10, 23-19; 3. 12-15, 19-12; 4. 8-15, 28-23; 5. 10-14, 32-28; 6. 14-21, 26-10; 7. 6-13, 23-19; 8. 7-12, 25-21; 9. 13-17, 29-26; 10. 1-5, 28-23



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXIX
Nº 1995D051 [J.F.M.]: 1. 20-25, (30-34); 2. 39x30 (29-33); 3. 50-44, (33-38); 4. 44-39, 38-42; 5. 39-34... +
Nº 1995D052 [F.L.]: 11. 12-16, 19-12; 12. 3-7, 12-3 = D; 13. 5-10, 3-13; 14. 9-25 +
A. de M. M.

PROGRAMAÇÃO

FILMES

QUINTA, 6

Filha da Rua

«Daughter of the Streets» (EUA/1989). Real.: Ed Sherin. Int.: Jane Alexander, Roxana Zal. Cor, 104 min. (14.30, SIC)

A Lagoa Azul

«The Blue Lagoon» (EUA/1980). Real.: Randal Kleiser. Int.: Brooke Shields, Christopher Atkins, Leo McKern, William Daniels. Cor, 100 min. Romance / Aventuras. (22.00, TVI)

A Sétima Letra

(Port./1988). Real.: Simão dos Reis. Int.: Luís Lucas, Maria Amélia Mata, Nuno Vieira de Almeida, Isabel de Castro, Laura Soveral. Cor, 87 min. Ver Destaque. (22.45, TV 2)

A Missão do Tubarão

«Mission of the Shark» (EUA/1991). Real.: Robert Iscove. Int.: Stacy Keach, Richard Thomas, Robert Cicchini, Don Harvey. Cor, 93 min. Ver Destaque. (00.45, Canal 1)

SEXTA, 7

Agressão Brutal

«Act of Violence» (EUA/1979). Real.: Paul Wendkos. Int.: Elizabeth Montgomery, James Sloyan, Sean Frye, Roy Poole. Cor, 100 min. Telefilme Dramático. (14.30, SIC)

Flecha Quebrada

«Broken Arrow» (EUA/1950). Real.: Delmer Daves. Int.: James Stewart, Debra Paget, Jeff Chandler, Will Geer, Jay Silverheels. Cor, 88 min. Ver Destaque. (22.00, TVI)

O Sheik Branco

«Lo Sceicco Bianco» (It./1952). Real.: Federico Fellini. Int.: Alberto Sordi, Brunella Bovo, Leopoldo Trieste, Giulietta Masina. P/B, 82 min. Ver Destaque. (00.15, TV 2)

O Macaco Louco

«The Mad Monkey» (Fr./Esp./1988). Real.: Fernando Trubea. Int.: Jeff Goldblum, Miranda Richardson, Anemone, Dexter Fletcher. Cor, 103 min. Ver Destaque. (01.45, Canal 1)

SÁBADO, 8

Noite de Pecado

«The Wedding Night» (EUA/1935). Real.: King Vidor. Int.: Gary Cooper, Anna Stern, Ralph Bellamy, Walter Brennan, Helen Vinson. P/B, 80 min. Drama. (23.40, TV 2)

O Grande Amor da Minha Vida

«An Affair to Remember» (EUA/1957). Real.: Leo McCarey. Int.: Cary Grant, Deborah Kerr, Richard Denning, Neba Patterson. Cor, 109 min. Ver Destaque. (00.15, TVI)

Perry Mason e o Caso da Filha Atrevida

«Perry Mason: The Case of the Defiant Daughter» (EUA/1990). Real.: Christian Nyby II. Int.: Raymond Burr, Barbara Dale, Robert Vaughn. Cor, 97 min. Telefilme Policial. (00.15, SIC)

Amor Casual

«Casual Sex?» (EUA/1988). Real.: Geneviève Robert. Int.: Lea Thompson, Victoria Jackson, Stephen Shellen, Jerry Levine. Cor, 94 min. Comédia. (00.25, Canal 1)

Nadia

«Nadia» (EUA/1984). Real.: Alan Cooke. Int.: Talia Balsam, Johann Carlo, Jonathan Banks, Joe Bennett, Simone Blue. Cor, 98

min. Telefilme / Desportos. (02.00, Canal 1)

DOMINGO, 9

Já Tocou no Hawaii

«Hawaiian Style» (EUA/1992). Real.: Don Barnhart. Int.: Mark-Palm Gosselaar, Maria Lopez, Dustin Diamond. Cor, 93 min. Comédia. (16.00, TVI)

S.O.S. Vizinhos ao Ataque

«The Aburbs» (EUA/1989). Real.: Joe Dante. Int.: Tom Hanks, Carrie Fisher, Bruce Dern, Rick Ducommun, Corey Feldman. Cor, 97 min. Comédia. (22.30, SIC)

A Canção de Lisboa

(Port./1933). Real.: Cottinelli Telmo. Int.: Vasco Santana, Beatriz Costa, António Silva, Teresa Gomes, Sofia Santos, Manuel Santos Carvalho. P/B, 118 min. Ver Destaque. (22.45, Canal 1)

A Guerra Secreta de Harry Frigg

«The Secret War of Harry Frigg» (EUA/1967). Real.: Jack Smight. Int.: Paul Newman, Sylvia Koscina, Andrew Duggan, Tom Bosley. Cor, 106 min. Comédia. (00.50, TV 2)

SEGUNDA, 10

Gigantes em Duelo

«Il Giorni Dell'Ira» (It./1967). Real.: Tonino Valerii. Int.: Giuliano Gemma, Lee Van Cleef. Cor. (14.30, SIC)

Sol e Toiros

(Port./1957). Real.: José Buchs. Int.: Manuel dos Santos, Ana Paula, Eugénio Salvador, Costinha, Leonor Maia (Tatão). P/B, 82 min. Melodrama. (22.00, TVI)

Força Delta 3

«Delta Force III: Young Commandos» (EUA/1991). Real.: Sam Firstenberg. Int.: Nick Cassavetes, Matthew Penn, Mike Norris. Cor, 103 min. Acção. (22.40, SIC)

TERÇA, 11

Sonhos de Ouro

«Dreams of Gold: The Mel Fisher Story» (EUA/1986). Real.: James Godstone. Int.: Cliff Robertson, Loretta Swit, Scott Paulin. Cor, 100 min. Telefilme Dramático. (14.30, SIC)

Que Será dos Meus Filhos?

«Who Will Love my Children» (EUA/1983). Real.: John Erman. Int.: Ann-Margret, Frederic Forrest, Cathryn Damon. Cor, 91 min. Telefilme / Melodrama. (22.00, TVI)

Gator, O Implacável

«Gator» (EUA/1976). Real.: Burt Reynolds. Int.: Burt Reynolds, Jack Weston, Lauren Hutton, Jerry Reed, Alice Ghostley. Cor, 112 min. Acção. (00.40, SIC)

QUARTA, 12

Lá Vem a Guerra

«Von Butiglione Sturmtruppen» (It./1977). Real.: Mino Guerrini. Int.: Jacques Dufilho, Mario Marenco. (14.30, SIC)

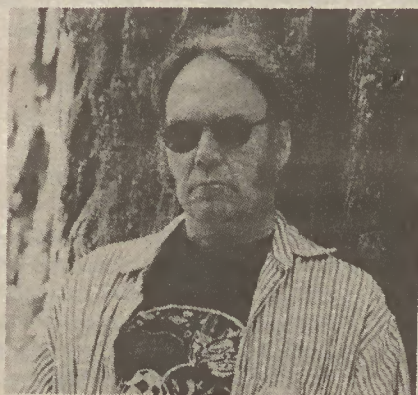
Os Deuses Devem Estar Loucos II

«The Gods Must Be Crazy II» (Botswana/1989). Real.: Jamie Uys. Int.: N'Xau, Lena Farugia, Hans Strydom, Eiros, Nadies. Cor, 93 min. Comédia. (22.10, TVI)

Quinta, 6

CANAL 1

08.00 Dinossauros
08.30 Trampolim
09.00 Eternos Novatos
09.30 Asas em Família
10.00 Beverly Hills
10.30 Marimar
11.25 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Sonhos de Mulher
14.30 Malha de Intrigas
15.20 Corpo Santo
16.10 A Família Trapp
16.35 Acrobatas Detectives
17.00 Calor Tropical
18.00 Festa na Feira
19.25 Boião da Cultura
20.00 Telejornal
20.50 Desencontros
22.00 31ª Corrida TV
23.30 24 Horas
00.10 Remate
00.20 Ténis
00.45 A Missão do Tubarão
(ver «Filmes na TV»)



Neil Young, um «patriarca do rock» que se recusa a enfiar pantufas... A comprovar hoje, na TV2

TV 2

15.00 Ténis
17.00 Perigo nas Montanhas
18.00 Escola Paraíso
18.25 O Trampolim
18.50 Caderno Diário
19.00 Um, Dois, Li, Tá
20.40 Schindler (Parte II)
21.10 Magazine: «Ver Artes»
21.40 RTP/Financial Times
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.45 A Sétima Letra
(ver «Filmes na TV»)
00.35 Musical: «Neil Young Unplugged»
01.15 Motociclismo
02.10 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Primeiro Jornal
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Tempo de Violência
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Tieta do Agreste
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.50 Irmãos Coragem
21.50 Os Trapalhões em Portugal
22.40 Casos de Polícia
23.40 A Noite da Má-Língua
00.40 Último Jornal
01.00 Internacional SIC
01.30 Boxe

QUATRO

11.30 Animação
12.00 Telhados de Vidro
12.30 Éramos Seis
13.15 Jornal da Uma
14.00 A Escolha É Sua!
16.00 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.50 Caprichos
18.45 O Jogo da Vida
19.15 O Preço da Paixão
19.55 Novo Jornal
20.50 Marés Vivas
21.45 Fora de Jogo
22.00 A Lagoa Azul
(ver «Filmes na TV»)
24.00 TVI Jornal
00.30 Indochina - Vietname (II)
01.00 Dar que Falar

Sexta, 7

CANAL 1

08.00 Dinossauros
08.30 Trampolim
09.00 Eternos Novatos
09.30 Asas em Família
10.00 Beverly Hills
10.30 Marimar
11.25 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Sonhos de Mulher
14.30 Malha de Intrigas
15.20 Corpo Santo
16.10 A Família Trapp
16.35 Acrobatas Detectives
17.00 Calor Tropical
18.00 Festa na Feira
19.25 Boião da Cultura
20.00 Telejornal
20.50 Desencontros
21.45 Isto Só Vídeo
22.15 Concurso 1, 2, 3
23.45 24 Horas
00.25 Remate
00.35 Ténis
01.00 Contos Assombrosos
01.45 O Macaco Louco
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

14.00 Ténis
17.00 Uma Família Feliz
18.00 Escola Paraíso
18.30 Trampolim
18.50 Caderno Diário
19.00 Um, Dois, Li, Tá
20.05 O Mundo em Guerra
21.05 À Roda do Mundo
21.40 RTP/Financial Times
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.45 Histórias que o Tempo Apagou
23.20 À Volta do Coreto
00.15 O Sheik Branco
(ver «Filmes na TV»)
01.40 Motores
02.35 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Primeiro Jornal
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Tempo de Violência
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Tieta do Agreste
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.50 Irmãos Coragem
21.50 Cenhas de Um Casamento
22.40 Mini Chuva de Estrelas
23.40 Minas e Armadilhas
00.55 Último Jornal
01.10 Playboy

QUATRO

11.30 Animação
12.00 Telhados de Vidro
12.30 Éramos Seis
13.15 Jornal da Uma
14.00 A Escolha É Sua!
16.00 A Hora do Recreio

Sábado, 8

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
11.40 Arca de Noé
12.30 Praça de Touros
13.00 Notícias
13.15 Beverly Hills
14.10 Jogos de Praia
15.05 Made in Portugal
15.45 A Grande Pirâmide
16.15 As Aventuras de Brisco County Jr.
17.10 Seleção de Esperança
18.05 Festival de Viña d' El Mar
19.10 Chefe, Mas Pouco
19.50 Totoloto
20.00 Telejornal
20.45 Queridas e Maduras
21.15 Novela
22.10 Parabéns
00.05 24 Horas
00.25 Amores Casuais
(ver «Filmes na TV»)
02.00 Nadia
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Planeta Terra
13.00 Euronews
14.00 TV2 Desporto
19.30 Forum Musical
20.30 Praia da China
21.25 Música dos Outros - Com José Mário Branco
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.05 Jogo Falado
23.40 Noite de Pecado
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 Buéréré
13.45 Portugal Radical
14.20 Quatro por Quatro
15.20 Dra. Quinn
16.25 Cosby Show
17.00 Muita Lôco
18.00 Médicos Sem Fronteiras
19.00 Tieta do Agreste
20.00 Jornal da Noite + A Semana
21.20 Irmãos Coragem
22.15 Big Show Sic
00.15 A Balada de Gregório Cortez
(ver «Filmes na TV»)
02.15 Último Jornal

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
11.45 Animação
12.15 Visto Isto
12.45 Informação Religiosa
13.15 Jornal da Uma
13.30 Caixa Alta
14.00 Contra-Ataque

Domingo, 9

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.25 Beverly Hills
15.25 86-60-86
16.10 A Lei de Burke
17.05 Eferreá
18.05 Festival de Música de Acapulco
19.05 Apanhados
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.40 Nico D'Obra
21.10 Novela
22.10 Casa Cheia
22.45 A Canção de Lisboa
(ver «Filmes na TV»)
00.15 24 Horas
00.35 Paixões
01.25 No Calor da Noite

TV 2

09.00 O Mar e a Terra
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.00 Euronews
13.55 TV2 Desporto
20.30 Música aos Domingos - «Primavera em Viena» - III
21.20 Portugal Sem Fim
22.30 TV2 Jornal
00.05 Artes e Letras - «Elisabeth Taylor»
00.50 A Guerra Secreta de Harry Frigg
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 Buéréré
13.15 Vida Selvagem
14.25 Norte e Sul
16.05 Olho de Falcão
17.10 Os Imortais
18.15 A Brincar, a Brincar
20.00 Jornal da Noite de Domingo
21.20 Uma Noite de Sonho
22.30 S.O.S. Vizinhos ao Ataque
(ver «Filmes na TV»)
00.30 O Senhor que se Segue
01.35 Último Jornal
01.50 No Fim do Mundo

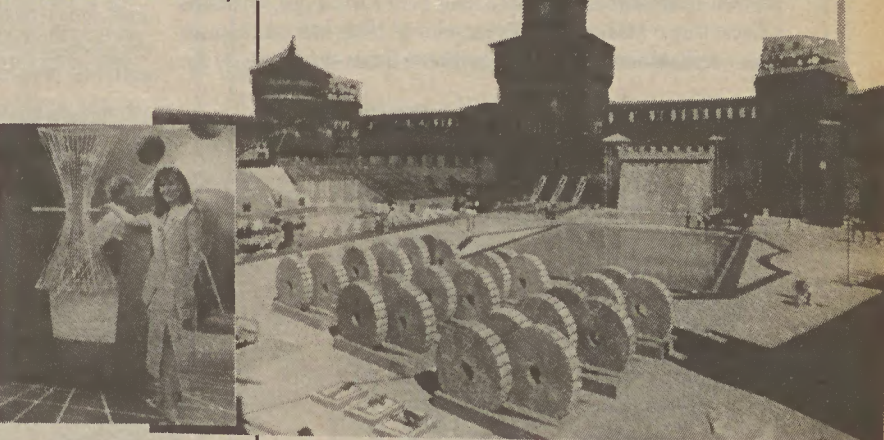
QUATRO

10.00 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.30 Missa
13.30 Jornal do País
14.10 Portugal Português
16.00 Já Tocou no Haway
18.00 O Melhor de Júlio Isidro
19.30 O Poder da Lei
20.30 Telejornal
21.10 Detectives na Onda
22.15 Futebol: Brasil-Equador
00.15 Jornal do Mundo

Como é habitual, a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos de programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição. No caso particular do Canal 1 e TV 2, foi-nos esta semana impossível incluir a programação de segunda a quarta-feira por, até à hora do fecho do jornal, nenhuma informação nos ter sido dada em relação à nova grelha de Verão, sujeita a «profundas alterações».



O Verão triste do costume: «Jogos Sem Fronteiras», concursos e muitas «reprises»



17.25 Notícias
17.50 Caprichos
18.45 O Jogo da Vida
19.15 O Preço da Paixão
19.55 Novo Jornal
20.50 Marés Vivas
21.45 Fora de Jogo
22.00 Flecha Quebrada
(ver «Filmes na TV»)
23.50 TVI Jornal
00.20 Dar que Falar
01.20 Modelo e Detective

16.00 Vamos ao Circo
16.55 A Hora do Recreio
18.00 Fort Boyard
19.35 O Céu Como Horizonte
20.30 Telejornal
21.15 Feita à Medida
21.40 Ficheiros Secretos
22.45 Os Novos Intocáveis
23.50 Últimas Notícias
00.15 O Grande Amor da Minha Vida
(ver «Filmes na TV»)

Por isto e por aquilo...

A Sétima Letra (Quinta, 22.45, TV 2)

Invisível (ou silenciado?) no circuito comercial - portanto desconhecido de quem alinha estas notas - servimo-nos da informação da RTP (aproveitando para corrigir a pontuação) no sentido de dar algumas pistas sobre esta obra: «um filme de cunho marcadamente pessoal e intimista que, através de um complexo jogo de relações de amizade e de paixão, constrói uma insólita e quase fantasiosa história de sinuosas relações humanas». Além disto, cite-se que Simão dos Reis, o realizador, «é provavelmente o menos conhecido autor cinematográfico saído do Conservatório Nacional, do mesmo curso de Joaquim Leitão, Vítor Gonçalves ou Rosa Coutinho Cabral».

A Missão do Tubarão

(Quinta, 00.45, Canal 1)

Nem sempre as referências são de confiar. Por exemplo, em relação aos «destaques» da semana passada, fomos levados a chamar aqui a atenção para um filme - *Loucos de Paixão (White Palace)* - transmitido no Domingo pela SIC e cuja mediocridade, afinal, nem sequer Susan Sarandon conseguiu salvar! Apesar de todas as reservas que a experiência aconselha, julgamos que não será esse o caso de *A Missão do Tubarão*. Evocando um incidente situado durante a II Grande Guerra quando, nas batalhas do Pacífico, um submarino japonês afunda um barco de guerra norte-americano - o «USS Indianapolis» - provocando a morte de 800 militares numa zona infestada de tubarões, este telefilme é considerado pelas referências como «acima da média» para o género, em particular no que toca ao desempenho do actor Stacey Keach na personagem do comandante Charles McVay cuja carreira ficou arruinada pela alegada negligência na sua conduta táctica.

A Flecha Quebrada

(Sexta, 22.00, TVI)

Mais tarde dando origem a uma série de televisão, a história deste western radica na estratégia desenvolvida no fim do século passado por um pioneiro do Oeste, ex-membro do exército dos EUA, para estabelecer um tratado de paz com Cochise, o chefe dos índios Apaches. Pela primeira vez, trata-se de um filme que, neste aspecto, constitui um marco no cinema da época em Hollywood, já que, ao contrário de tantos outros desenvolvendo o mesmo tema, mostra uma clara compreensão e respeito pela identidade e pelos direitos dos índios e traz a primeiro plano os esforços de paz e o respeito pelos compromissos, a contrariar radicalismos de sinal contrário. Sem o fôlego ou o brilhantismo de alguns grandiosos monumentos do género, *A Flecha Quebrada* é um filme que mesmo assim se afirmou, designadamente através de duas grandes interpretações de James Stewart e Jeff Chandler.



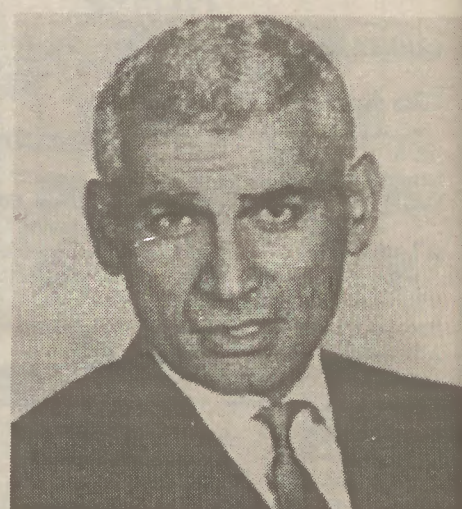
Federico Fellini, de que a TV2 transmite o primeiro filme por si inteiramente realizado: «O Sheik Branco»

O Sheik Branco (Sexta, 00.15, TV 2)

Uma jovem casada vem passar a sua lua-de-mel em viagem a Roma. Influenciada pela má literatura que lê com assiduidade, acaba por encontrar o «herói» da fotonovela que ilumina os seus sonhos - o sheik branco. Mas este encontro porá fim às suas ilusões sobre a vida e devolvê-la-á ao seu marido e a um mundo menos quimérico. Trata-se do primeiro filme, propriamente dito, da inteira responsabilidade de Federico Fellini. Mas a carreira fulgurante do grande realizador italiano só nos filmes seguintes começaria a consagrar-se...

O Macaco Louco (Sexta, 01.45, Canal 1)

O cineasta espanhol Fernando Trueba é sobretudo conhecido pelo seu êxito internacional com o filme *Belle Époque* que conquistou o Oscar para o Melhor Filme Estrangeiro de 1988. Mas este *Macaco Louco*, realizado no mesmo ano, não lhe terá ficado atrás, mais que não



James Stewart, Debra Paget e Jeff Chandler, intérpretes principais de «Flecha Quebrada», um western de Delmer Daves

seja pela insólita atmosfera fantástica que se diz envolver uma história em que a realidade e a ficção se combinam e se rejeitam, embora também haja quem coloque fortes reservas à interpretação ultraforçada de Jeff Goldblum. Nunca fiando, portanto. A confirmar.

O Grande Amor da Minha Vida

(Sábado, 00.15, TVI)

História de arrebatamentos e afastamentos amorosos, esta versão de *O Grande Amor da Minha Vida* é o remake que o cineasta Leo McCarey realizou, em 1957, da primeira versão por ele mesmo encenada em 1938, mas então com Irene Dunne e Charles Boyer. Desta vez, são Deborah Kerr e Cary Grant que desempenham os principais papéis e a crítica, considerando com a-proósito que estes, através da sua interpretação a um tempo mais divertida e mais sensível, alcançam a composição de personagens mais creíveis e consistentes, hesita entre as duas versões. Por outro lado, a esplêndida fotografia a preto-e-branco do «original» resultava bem melhor do que esta versão a cores, conferindo ao ambiente da história uma maior pureza das imagens e

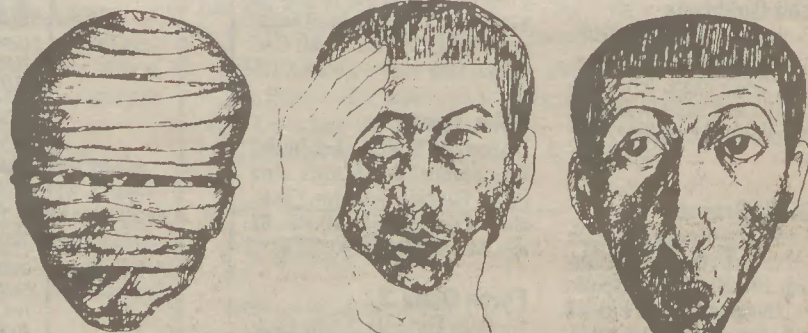
um jogo de luz mais contrastado. De qualquer modo, ficou inescusável nesta segunda versão a cena de antologia em que o «amor louco» se reaviva, numa noite de Natal, através de um subtil jogo de palavras, olhares e tensões que acaba por se consumir na reconciliação final. A não perder.

A Canção de Lisboa

(Domingo, 22.45, Canal 1)

Depois do que fez em relação à SIC (em relação à desgraçada cópia dos seus «picos» de programação) e parecendo agora começar a querer imitar a TVI (na invenção de «chamarizes» de uma outra forma populistas) o

Canal 1 inicia aqui uma rubrica de cinema português. Mas a exemplo desta última, a modos que entende fazê-lo a partir da enésima repetição de vários exemplares da chamada «comédia portuguesa» dos anos 30/40, com que o fascismo pretendia aliviar a paciência e os padeceres dos portugueses. *A Canção de Lisboa* é uma das obras maiores desse filão cinematográfico datado, sem dúvida porque tinha a dar-lhe corpo uma série de actores notabilíssimos, como Vasco Santana, António Silva e tantos outros. Mas outros elementos porventura imperceptíveis contribuíam para o êxito deste cinema, a saber: uma certa correspondência das histórias ao quotidiano - embora, sem dúvida, parcelar e amputado da realidade mais dramática daqueles anos - ou a excelente captação de som, em que «o directo» se impunha, para tornar credível a «reprodução (mesmo que falsa) da realidade» e o necessário «naturalismo». Se os nossos cineastas de hoje conjugassem o indesmentível talento de que fazem prova com a invenção de histórias e temáticas de real credibilidade e a força do directo - talvez o cinema português não se ficasse pelas gavetas ou, quando muito, pelos festivais internacionais. E fosse visto, afinal, por quem num tal cinema mais... se revise!



Os saldos de Verão

Já nem sequer o cinema nos vale, nestes meses de Verão, ao menos como alternativa à restante miséria da programação dos vários canais.

Veja-se: de vinte e tal filmes programados para os sete dias em análise (e na ignorância, ainda, daqueles que o Canal 1 e a TV2 para este período tencionam programar - uma vez que, à hora de fecho do jornal, nenhuma informação a RTP era capaz de fornecer por tudo estar ainda sujeito a alterações!), apenas sete parecem oferecer um mínimo de garantias que aconselhem a sua visão.

O que mais espanta é a verdadeira imaginação que os vários operadores televisivos demonstram ao elaborar as folhas ou boletins de programação - e cujos destinatários, afinal, são as colunas, secções ou suplementos especializados da Imprensa.

Aqui têm, escolhidos ao acaso, alguns dos mimos que podem encontrar-se nesses materias de propaganda:

«Amores Casuais - Canal 1 - (...) Uma visão divertida e por vezes maliciosa das relações entre sexos, onde o sexo casual perdeu toda a credibilidade e o amor estável, apesar de aborrecido, é política e higienicamente correcto.»

«Gator, O Implacável - SIC - (...) Burt Reynolds como actor estreando-se também na realização, num género que bem conhece: os filmes de acção com movimentadas perseguições de barcos e carros.»

«Gigantes em Duelo - SIC - (...) é uma incursão pelo western-spaghetti com um dos mais populares intérpretes do género, Giuliano Gemma, aprendiz de atirador com Lee Van Cleef.»

«A Lagoa Azul - TVI - (...) À medida que o tempo passa, a afeição infantil transforma-se no mais puro amor, chegando mesmo a terem um lindo menino. Um dos aspectos mais interessantes neste filme, que deu muito sucesso a Brooke Shields, é ver como os dois jovens encaram o crescimento, encontram explicações e resolvem os seus problemas.»

«Já tocou no Hawaii - TVI - (...) Um grupo de amigos, todos colegas do mesmo liceu, vão passar férias no Hawaii e ficam hospedados no hotel do avô de uma das raparigas do grupo. Quando lá chegam o hotel não tem hóspedes e o avô está na contingência de o vender. Todos ficam desiludidos e ao mesmo tempo preocupados com o problema do avô da sua amiga. Então o grupo decide ajudar o avô da amiga através de todos os meios de que são capazes. Mas até que vai ser um Verão divertido e que ficará nas suas memórias, pois todos irão "crescer"...».

Mas a quem é que se pretende vender «gato por lebre»?



Deborah Kerr e Cary Grant, o par inesquecível de «O Grande Amor da Minha Vida», de Leo McCarey

Comunicação Social e Democracia

■ Fernando Correia

A situação brevemente caracterizada (N. da R.: na primeira parte desta comunicação) não resulta de nenhuma pretensamente inevitável evolução no sector da Comunicação Social (C.S.). É o fruto da concepção que os actuais detentores do poder político e económico têm da C.S. e da sua função social, ou seja, do seu papel no controlo da sociedade e como fonte de lucros; e é o fruto da política governamental dos últimos anos, dirigida no sentido de criar uma C.S. ao serviço de uma democracia reduzida aos meros formalismos democráticos.

Esta política tem-se traduzido na adopção de medidas muito concretas e com resultados muito concretos. No que se refere, por exemplo, aos fenómenos da concentração da propriedade e da diminuição do pluralismo, obviamente muito ligados entre si, recordem-se medidas – cuja responsabilidade, em alguns casos, não cabe exclusivamente ao partido do Governo – como as seguintes:

- a entrega ao capital privado de todo o sector público da imprensa diária, tirando os jornais ao Estado com o argumento da defesa da liberdade, para depois os passar para as mãos dos grandes grupos económicos;
- um processo de licenciamento de rádios locais e regionais e uma legislação concebidos de tal forma que, hoje, cada vez são menos pequenas rádios que conseguem escapar aos tentáculos das grandes estações nacionais;
- a diminuição dos apoios à imprensa regional, muitas vezes só concedidos com base em critérios exclusivamente político-partidários.

Como se vê, há fortes motivos para preocupações – e que, na nossa perspectiva, deverão constituir outras tantas direcções de luta.

Há mesmo que, relativamente à liberdade de informação, não hesitar em denunciar a existência de uma nova censura. Não já aquela que muitos de nós conhecemos, a do lápis azul dos coronéis, brutal e directa, umas vezes boçal, outras vezes simplesmente caricata, mas sim de uma censura diferente, menos visível, mais insinuada do que



ostensiva, que não se exerce através de ordens directas, antes resultando de um consenso instalado ou imposto no mundo dos *media*.

Persistem os métodos clássicos de manipulação das notícias:

- o silenciamento de determinados acontecimentos importantes, ou o abandono do tratamento de determinados temas, invocando «critérios jornalísticos»;
- a tónica posta no secundário em detrimento do essencial;
- a descontextualização da notícia, retirando-lhe o verdadeiro significado ou emprestando-lhe mesmo um significado contrário;
- a apresentação de previsões e de «cenários» destinados a condicionar decisões ou atitudes relativamente a acontecimentos futuros;
- a fabricação de factos (nomeadamente políticos), criando uma realidade falsa, fazendo com que esta se substitua e passe a ser tomada como a verdadeira realidade.

Entretanto, vai-se instalando uma outra dimensão da intervenção da C.S., não já respeitante ao tratamento dos factos, às pequenas, médias ou grandes manipulações que se podem fazer, mas sim à filosofia implícita na concepção global das programações e dos conteúdos.

A questão aqui não é a censura nem a manipulação encaradas isoladamente, mas sim o sistema global da comunicação social enquanto condicionante da vontade, do esclarecimento e dos desejos ao serviço de determinados objectivos. Tudo isto através da divulgação e promoção de determinados valores, gostos, modas, estilos de vida, formas de pensar e de agir, cuja adopção pelas grandes massas é entendida pelos detentores do poder como indispensável para a defesa dos seus interesses.

Concluimos hoje a publicação da intervenção proferida pelo camarada Fernando Correia, jornalista e chefe de Redacção da «Vértice», na II Assembleia do Sector Intelectual de Lisboa do PCP, recentemente realizada, como contributo para o debate do tema: «Os intelectuais comunistas, a perspectiva revolucionária sobre a democracia, a luta por uma nova política e a batalha eleitoral.»

Estou a falar em coisas como:

- a propaganda do sucesso e o endeusamento do individualismo;
- a apresentação dos valores culturais, morais e outros da grande burguesia como o ideal da felicidade;
- a promoção da passividade social e da abstenção cívica;
- o culto da superficialidade e do desinteresse pela busca das causas e das razões profundas;
- a identificação do protesto social com a revolta anárquica, barulhenta e sem sentido;
- a apresentação de uma determinada política (de direita) como uma inevitabilidade imposta pela realidade;
- a apresentação das desigualdades sociais como uma condição indispensável à modernização da economia;
- a transformação das opções políticas numa escolha entre pessoas e não entre programas, estratégias e interesses de grupos e de classes.

Não há verdadeira democracia sem uma C.S. livre, plural, responsável e democrática, que conceba a informação como um serviço público e não como um negócio como qualquer outro; que entenda a notícia como um bem social e não como uma mera mercadoria; que veja nos leitores, ouvintes e telespectadores cidadãos de corpo inteiro e não como simples consumidores.

A questão que se põe é saber até que ponto uma tal democracia é compatível com a entrega da liberdade de informação inteiramente nas mãos do mercado. Julgo ser bastante claro estarmos num dos terrenos onde a directiva «cada vez menos Estado» revela os seus objectivos, a sua natureza de classe e a quem procura servir.

Será legítimo que as opiniões e as opções de toda uma sociedade estejam tão dependentes de uma C.S. ao serviço exclusivo das estratégias de alguns grupos empresariais?

Voltamos aqui à questão do poder, uma questão recorrente em toda esta problemática. E sublinhemos que nunca será excessiva a denúncia que se faça da crescente identificação a que estamos a assistir entre poder político, poder económico e poder mediático. Os perigos desta identificação (para além da realidade que é já a

de hoje, incluindo, como vimos, no nosso país) não se projectam num qualquer futuro mais ou menos longínquo: o caso Berlusconi, independentemente dos aspectos tipicamente italianos, aí está para o provar.

Uma C.S. baseada no pluralismo, regida por princípios democráticos, fiel à deontologia e à ética, sabendo conciliar a procura da novidade com o respeito pela responsabilidade, é indispensável ao fortalecimento da sociedade democrática em todas as suas vertentes políticas, económicas, sociais e culturais. Uma C.S. encarada não como um instrumento de controlo social mas sim como um factor de desenvolvimento e aprofundamento da democracia.

Rectificação

Na primeira parte deste trabalho, publicada na semana passada, um erro tipográfico amputou o segundo parágrafo. Correctamente, deve ser lido: «É hoje, no entanto, indispensável reflectirmos sobre a evolução verificada e a situação actual, particularmente no que se refere à forma como através da comunicação social (C.S.) se exercem os direitos de informar e ser informado.»

Mais adiante, nas primeiras linhas do subtítulo «2º – Limitações do pluralismo...», deve ler-se: «Quanto à variedade dos órgãos de C.S., é inegável, por exemplo, que com o desaparecimento do Diário de Lisboa, O Diário, Diário Popular e O Jornal, não devidamente compensado pelo aparecimento de outras publicações, se operou uma amputação à esquerda no leque político-ideológico da imprensa de informação geral.»

Com as nossas desculpas aos leitores e ao autor, aqui fica a rectificação

(Abril, 1995)

LUÍS SÁ

O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político

CAMINHO
coleção universitária

A afirmação de que se verifica uma crise dos parlamentos e um declínio do parlamentarismo é muito frequente. Apontam-se como causas a perda do protagonismo dos deputados para os partidos, a disciplina partidária, em particular das maiorias de apoio aos governos, a influência dos grupos de pressão, a integração comunitária, a concorrência da comunicação social, os sistemas eleitorais, as tendências governamentalizadoras, as condições deficientes de trabalho, o antiparlamentarismo mais ou menos recorrente, etc. Este estudo parte do princípio de que não basta falar em crise do parlamentarismo e enumerar em abstracto causas. Importa analisar os fenómenos com base nos dados concretos, para verificar em que medida existe a crise, em que se traduz, e, em resumo, qual é o lugar da Assembleia da República no sistema político português.

Preço: 4.998\$00

Desejo receber o livro **O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político**, de Luís Sá, à cobrança acrescido de despesas de porte.

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para: Edições «Avante!», SA,
Al. St. António dos Capuchos, 6-B, 1100 Lisboa

de FOICE

The show

"Minhas senhoras e meus senhores, muito bom dia. Eu sou fulano de tal, artista de cinema, televisão, vídeo, revista, rádio e cassette pirata. Apresento-me assim para que todos saibam que sou exactamente a mesma pessoa, pelo que os admiradores dos meus dotes artístico-profissionais só têm que transferir a preferência que me têm dado para o boletim de voto, ou seja, fazer a cruzinha no quadrado correspondente ao partido XPTO, em cujas listas acedi participar. Não façam confusões, o meu nome e o meu retrato não constam (lamentavelmente) no boletim de voto, mas é mesmo em mim que estarão a votar quando votarem no XPTO, podem ficar descansados, assinem de cruz e pronto."

O programa, perdão, a campanha segue depois do intervalo para a publicidade, com os artistas a dar autógrafos, a contar a história da família feliz e muito unida em revistas do coração, a animar obras de caridade, a congeminar enredos em telenovelas domésticas em bairros da capital, num canto perdido de Trás-os-Montes ou na planície alentejana, a reflectir com banalidades sobre o papel do país na Europa e no mundo em debates de confrades, a beijocar criancinhas em bairros de barracas e a prometer habitação social para todos, a visitar lares para velhinhos desvalidos, a indignarem-se em conferências de imprensa expressamente convocadas para o efeito contra todos os que alegadamente põem em causa a sua opção de se assumirem como cidadãos de pleno direito e de intervir activamente na vida política do país.

Pensando bem, a coisa até dava para um argumento, crítico, cáustico e corrosivo às tendências da sociedade actual, cada vez mais dominada pelas figuras mediáticas. O problema é que não se trata de ficção, a história é dramaticamente real.

O que está em causa não é, naturalmente, o direito de qualquer cidadão, seja ele qual for, de fazer as suas opções político-partidárias e de decidir intervir na vida política como bem entender.

O que está em causa, isso sim, é o aproveitamento de fenómenos de popularidade para a caça ao voto, enganando deliberadamente os eleitores. O que está em causa é a convivência entre figuras públicas e partidos políticos, em que as primeiras aceitam servir de engodo para a caça aos patos que os segundos praticam. O caso de Nicolau Breyner é paradigmático desta realidade. Eleito vereador da Câmara de Serpa pelo CDS/PP, o popular actor conseguiu a proeza de não assistir a uma única sessão do executivo camarário. Uma ofensa e um total desrespeito pelos eleitores que acreditaram nas milagrosas receitas que afirmou ter para transformar o concelho num oásis. Após um recamboloso processo burocrático-legal que lhe permitiu "renunciar" ao mandato que já havia perdido, o actor volta à carga. As promessas são as mesmas, o lance é mais alto. Dado como certo em cabeça de lista do PP por Beja, Breyner presta-se ao serviço com a ligeireza dos 'habitues de reprises'. Breyner/PP 'take' dois, como nas telenovelas que realiza. Ignorando ambos, Breyner e PP, os que, apagados os holofotes, guardadas as câmaras, desfeito o cenário, permanecem protagonistas reais de uma vida que nada tem de faz de conta.

Caridosa, a televisão encarregar-se-á de ministrar o anestesiantes para o desapontamento que os incautos venham a sentir, em didácticos programas orquestrados pelas Teresas Guilhermes do nosso contentamento, até à sua ascensão fulgurosa à ribalta política para nova versão de 'the show must go on'.

■ AF

Greve dos docentes do Superior PCP apela ao diálogo para que se realizem as provas

«A grave situação que se está a verificar, nomeadamente com as provas específicas, e que traduz a grande degradação a que chegou o Ensino Superior, é uma situação de grande anormalidade e preocupação, que envolve milhares de alunos, famílias e professores, e que exige uma urgente solução pela via do diálogo» - comentou o secretário-geral do PCP, a propósito da greve dos professores do Ensino Superior, iniciada sexta-feira.

Em declarações feitas nos últimos dias à comunicação social, Carlos Carvalhas salientou que

«este quadro de grande anormalidade cria muitos transtornos a milhares de famílias e a milhares de jovens que estão numa fase muito importante das suas vidas e que devem merecer a melhor atenção e compreensão de todas as partes». «Por isso, temos reiteradamente apelado a que o Governo estabeleça de imediato o diálogo, num processo de superação dos graves problemas do Ensino Superior, de modo a que os alunos possam vir a realizar as suas provas» - sublinhou o dirigente comunista.

Frisando que «a reabertura de negociações é urgente», Car-

los Carvalhas defendeu que «o Governo e o Ministério da Educação não podem ficar numa posição fechada ao diálogo, numa posição de Pôncio Pilatos, perante um tão grave conflito e face a uma tão grave situação escolar que o País está a viver».

Em carta enviada, dia 27, à ministra Ferreira Leite, a Juventude Comunista Portuguesa havia manifestado «profundas preocupações face ao grave conflito existente entre o Ministério da Educação e os professores e às consequências que se fazem sentir ao nível dos estudantes do Ensino Superior e, particularmente, do Ensino Secundário». Na passada sexta-feira, em nota à comunicação social, o secretário da Direcção Nacional da JCP recordou os alertas e as propostas anteriores e, verificando terem-se concretizado no dia da prova específica de Matemática, muitos dos receios e preocupações expressas à ministra, acusou: «Mais uma vez, o Ministério da Educação, assumindo uma postura de grande prepotência e falta de diálogo, promoveu a situação de instabilidade e irregularidades que se está a verificar na realização das provas específicas».

A JCP exige que o ME «assuma as responsabilidades políticas que tem nesta matéria», «clarifique como irá decorrer o processo de acesso ao Ensino Superior» e garanta que este se realize «sem discriminação entre os estudantes».

«Farta da greve praticada pela

ministra da Educação em relação ao diálogo com os estudantes e professores universitários» declarou-se antontem a direcção regional do Algarve da JCP, considerando que a constante fuga ao diálogo marcou todo o mandato de Manuela Ferreira Leite e «levou o ensino em geral a uma situação caótica».

Aproveitar estes três dias

O Presidente da Assembleia de Docentes e Investigadores de Lisboa, que reúne representantes de todas as estruturas sindicais e da comissão interuniversitária, mostrou-se segunda-feira optimista quanto ao sucesso da greve. Leston Bandeira sublinhou a disponibilidade dos docentes para o diálogo, frisando, contudo, a determinação em prosseguir a paralisação. Referindo que a greve vai ter um período de suspensão nos dias 10, 11 e 12, aconselhou a ministra da Educação a utilizar esses dias para reabrir as negociações.

«Desejamos ardentemente que termine esta greve», disse Leston Bandeira, acrescentando, no entanto, que a responsabilidade da falha no diálogo «não é dos professores».



Mais novidades nas próximas semanas Vem aí a 19.ª Festa do «Avante!»

Em conferência de imprensa dada antontem na Quinta da Atalaia, foi feita a apresentação pública da próxima edição da Festa do «Avante!», marcada para os dias 1, 2 e 3 de Setembro. Os camaradas (na foto) Fernando Vicente, do Comité Central, Jorge Pires, do Secretariado do CC, e Ruben de Carvalho, do Conselho Nacional do Partido, apresentaram os grandes traços da 19ª Festa, nomeadamente quanto a música (Palco 25 de Abril, Auditório 1º de Maio e Palco Arraial), programa político (comício e espaço central), 9ª Bienal de Artes Plásticas, Avanteatro, Espaço

Internacional, Festa do Livro e do Disco e Desporto - que detalhadamente tratamos no destacável que acompanha este número do jornal.

Aos jornalistas foi dada uma informação acerca das melhorias introduzidas no terreno da Festa, complementada com uma visita pelo espaço verdejante onde em breve vão ter início as jornadas de trabalho das organizações do Partido. Nas próximas edições do «Avante!» serão divulgadas mais novidades, quer sobre o andamento dos trabalhos e a venda antecipada das EPs, quer ainda no que respeita a participações nos espectáculos.

Convívio da CDU no terraço do Vitória

Com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP e primeiro candidato da CDU no distrito de Lisboa, realiza-se segunda-feira à noite um convívio de candidatos e apoiantes da coligação.

A iniciativa está marcada para as 20 horas, no terraço do centro de trabalho Vitória. Além da intervenção política, haverá também música e poesia. Um jantar volante sublinhará o ambiente de convívio desta jornada, num momento em que muitos dos candidatos, apoian-

tes e activistas estão já empenhados numa intensa actividade em todo o distrito.

Porto

Também segunda-feira à noite (a partir das 21.30 horas), tem lugar na Cooperativa Árvore um encontro de intelectuais do distrito com João Amaral. Na iniciativa participam, além do cabeça-de-lista da CDU, outros candidatos e apoiantes da coligação.



Homenagem à memória de Alfredo Dinis (Alex)

A evocação do cinquentenário do assassinato de «Alex» reuniu, no último domingo junto do singelo obelisco da estrada Bemposta/Bucelas que assinala um dos mais hediondos crimes da PVDE/PIDE/DGS, cerca de duas centenas de participantes.

Excursões idas de Bucelas, Loures, Lisboa e Sintra encheram de flores o pequeno monumento, onde foi afixada uma pequena lápide alusiva ao acontecimento.

Ao acto compareceram Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do PCP, e outros velhos companheiros de Alex.

Álvaro Cunhal pronunciou um pequeno improviso em que destacou o exemplo heróico e as qualidades de luta e de organização e a sua dedicação ao Partido.

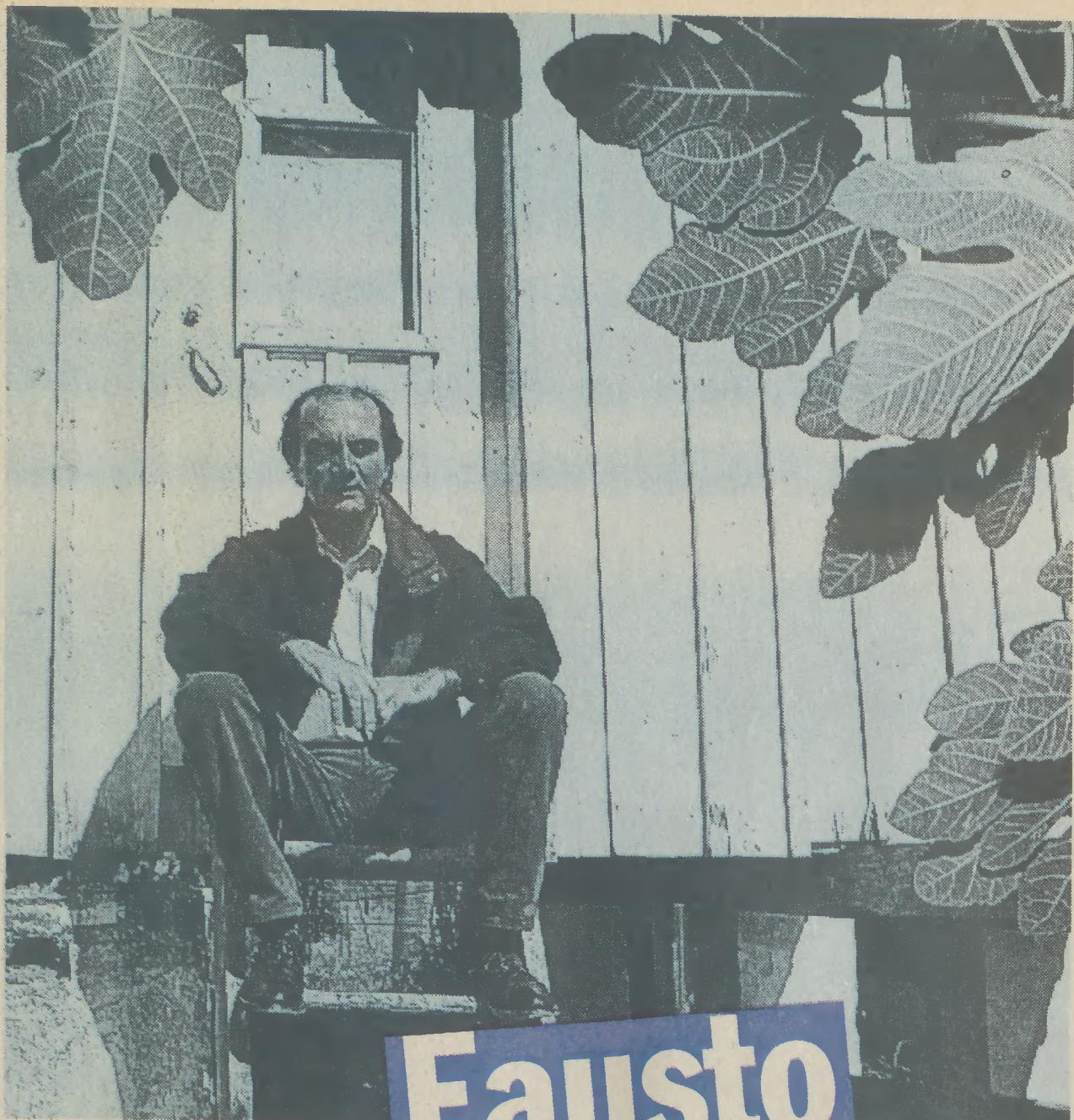
O presidente do Conselho Nacional, falando da personalidade de Alex, salientou a contribuição de luta e sacrifício dos comunistas para a conquista da liberdade e da democracia, para o advento e vitória do 25 de Abril de 1974 e a necessidade de uma firme e larga resposta dos comunistas e dos seus amigos e aliados no acto eleitoral de Outubro.

A memória de Alex e de todos os que foram imolados no combate ao fascismo é imorredoura.

Avante!
Director
Carlos Brito
SUPLEMENTO
6 de Julho de 1995
Não pode ser vendido
separadamente

Festa!

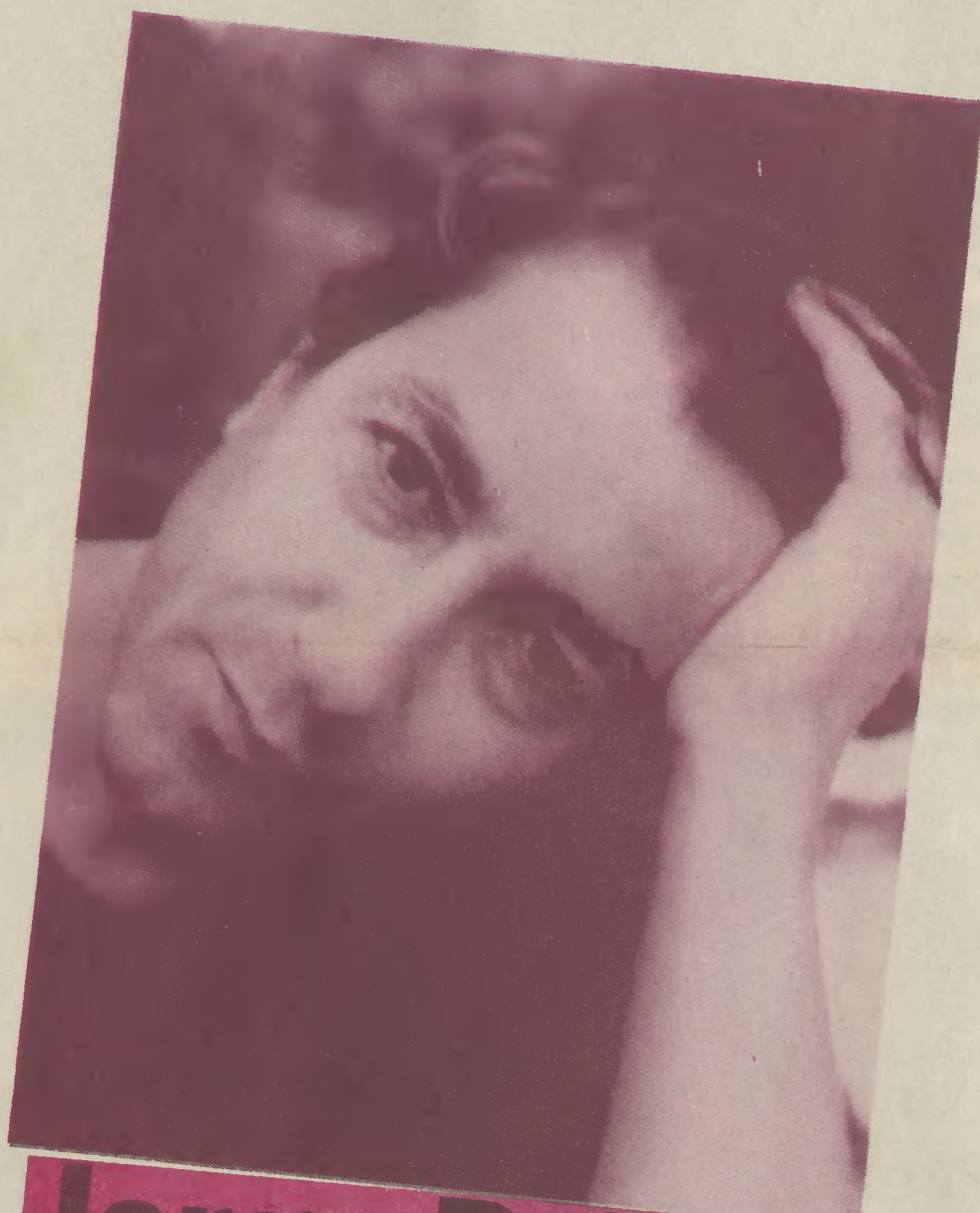
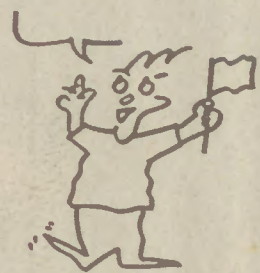
AMORA-SEIXAL
1, 2 e 3 SETEMBRO



Fausto



**Pedro Abrunhosa
e Bandemónio**



Jorge Palma

CHICAGO BLUES EXPLOSION!



Chicago Rhythm & Blues Kings
and special guests
A.C. Reed
Cash McCall
Katherine Davis
Sidney James Wingfield



Quinta do Bill



**Quinteto de
Carlos Barretto**

Xana





La Bottine Souriante

Com as suas contagiante melodias e danças «acadianas» e o brilhantismo dos seus arranjos vocais e instrumentais, o grupo «La Bottine Souriante», do Quebec, é desde há década e meia um dos melhores embaixadores da música tradicional das regiões rurais do Canadá, qualidade em que é o mais disputado grupo musical deste país. Já com onze álbuns gravados (dois deles galardoados com o prémio «Juno» e um terceiro premiado com um «Félix»), os «Bottine» começaram a dar nas vistas com o primeiro disco, gravado em 1988, e pela variedade do seu repertório saído de uma «mestiçagem» das músicas folclóricas de França, Inglaterra, Irlanda e Escócia que os «acasas da História» fizeram confluír em território canadiano - tudo temperado num contexto contemporâneo e tornado mais urbano pelas influências externas do jazz, da salsa ou do cajun. Em cima do palco, vai estar uma surpreendente banda de nove figuras: Yves Lambert (vozes, acordeão e harmónica), Denis Fréchette (piano, acordeão e fliscórnio), Martin Racine (violino e guitarra), Michel Bordeleau (sapatado, bandolim, violino e vozes), Régent Archambault (contrabaixo), Robert Ellis (trombone-baixo), Jean Fréchette (saxofones), Jocelyn Lapointe (trompete) e André Verreault (trombone). Da intensa alegria de viver até ao humor mais irreprimível, passando pela maestria vocal e instrumental de todos os componentes - revelada em canções como *Le Rap A Ti-Péang*, *Le Reel Irlandais*, *Mortine De La Chasse-Galerie* ou, sobretudo, *La Mistrine* - os «Bottine Souriante» marcarão os espectáculos da Festa deste ano!

French Alligators

De expressão francesa, mas originária do sudoeste da Louisiana (EUA), é a música cajun - uma fusão riquíssima das influências e tradições folclóricas originárias da França, Alemanha, Espanha, Inglaterra, África e Caraíbas - a linguagem musical tradicional dos originais habitantes da Louisiana, os Índios, há dois séculos e meio! O grupo «French Alligators», pelo brilhantismo das suas prestações musicais e pelo estudo aprofundado desta música que têm feito no terreno, tomaram-se a mais categorizada formação europeia de cajun. Constituído por Katherine Bersoux (voz e melodeon), Jean-Paul Burguière (voz e violino), Emmanuel Pariselle (voz e acordeão de botões) e Nadine Marinelli (banjo e guitarra), o grupo tem uma actividade profissional de mais de dez anos, a qual se multiplica por concertos, gravações discográficas e festivais musicais por todo o Mundo. E vão pôr a dançar, sem parar, o Auditório «1^o de Maio»!

O guitarrista Fapy Lafertin com o grupo «Le Jazz»

Também no Auditório 1^o de Maio, vai ouvir-se ainda música inspirada pelo repertório do Quinteto do Hot Club de França e, sobretudo, do grande guitarrista Django Reinhardt. São protagonistas desta evocação o guitarrista - belga e de origem cigana como Django! - Fapy Lafertin, e o grupo britânico «Le Jazz». Fapy Lafertin nasceu, em 1950, em Courtraie (Bélgica), no seio da comunidade *Manouches*, e começou a tocar guitarra apenas com 5 anos de idade, fazendo mais tarde parte de um trio com o seu pai (violonista) e o seu irmão (guitarrista) e prosseguindo uma carreira a solo como especialista da música tradicional cigana. Mas, no campo do Jazz, a sua experiência aprofundou-se ao tocar com músicos como Scott Hamilton, Al Casey, Charlie Byrd ou Benny Waters. O grupo britânico «Le Jazz» é constituído por Pete Finch (guitarra-solo), Dave Kelbie (guitarra-ritmo), Tony Bevir (contrabaixo) e Steve Elsworth, o maior especialista inglês na arte cigana de tocar violino e um dos mais conhecidos violinistas de Jazz britânicos. O grupo tem tocado em inúmeros festivais europeus e, além da sua participação em programas de rádio na Grã-Bretanha (BBC-Radio 2), já colaborou por duas vezes em programas das televisões suíça e australiana.

The White Horse Ceilidh Band

Com presença já aplaudida em Festivais Internacionais de Música Folk, como os de Beverley, Cleckheaton, Whitby, Holmfirth ou Leeds, a «White Horse Ceilidh Band» especializou-se nas espectaculares e alegres formas dançadas da música tradicional de Inglaterra, Irlanda, Escócia e Estados Unidos. Excelentes vozes e perfeitos instrumentistas, são seis os componentes da banda: Chris Sheburn (concertina), Tom Gaynard (*whistles*), Chris Wade (baixo-eléctrico, contrabaixo, melodeon e guitarra), Richard Wastling (guitarra, banjo, bandocello, bandolim e melodeon), Ray Williams (percussão) e, como principal animadora na função de *caller*, Jean Wastling, conhecida pela sua capacidade de convencer e convidar para o palco «todo o mundo». Para cantar, pular e dançar... até às tantas!

Katherine Davis

A cantora Katherine Davis - outra grande voz negra e irresistível *entertainer* - é a habitual parceira do organista Sidney James Wingfield no duo que ambos constituíram recentemente. Nascida em Chicago em 1953, Katherine foi atraída inicialmente pelo *gospel*, cantando a solo ou em grupos corais nas igrejas. Mas o seu versátil repertório inclui hoje peças que vão do *blues* mais clássico ao *blues* típico de Chicago, passando pelo *R&B*, pela música *soul* e por outras incursões no domínio do Jazz, tendo ainda interpretado em palco, em Chicago, as personagens de Ma Rainey ou Bessie Smith na produção teatral «In The Heart of the Blues», em cartaz durante três anos consecutivos. Como apresentações públicas, destacam-se as que realizou em vários festivais de jazz, *blues* e *folk music* em Chicago, Montreal, Winnipeg, Vancouver ou Richmond, para além de digressões em Itália, Alemanha e Japão.

Os franceses da América

A colonização ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII do vasto território que abrange hoje os Estados Unidos da América e o Canadá constitui um longo conflito de interesses entre as principais potências europeias da época: a Inglaterra, a França e a Espanha.

Na decorrência do tratado de Tordesilhas que deixara à coroa de Madrid a exploração dos territórios da América do Sul e Central - à excepção do Brasil -, a colonização espanhola desenvolveu-se a partir do século XVI inicialmente em torno do golfo do México, assim incluindo territórios das margens Norte do golfo, hoje integrados nos EUA (Louisiana, Flórida, etc).

Os franceses dirigiram os seus esforços em duas direcções: a partir dos primeiros anos do século XVII, nos territórios mais a Norte e que viriam a constituir o Quebec e a Nova Escócia - hoje parte do Canadá - e pouco mais tarde, no final do mesmo século, na zona do golfo do México, hoje Louisiana, onde se iriam defrontar com os espanhóis entretanto já chegados.

Finalmente, os colonos ingleses instalaram-se inicialmente nas terras costeiras do Atlântico, entre as cordilheiras dos Apalaches e Aleghanny e o Oceano, aí criando a Nova Inglaterra, área a que hoje correspondem os estados norte-americanos do Maine, New Hampshire, Vermont, Massachusetts, Rhode Island e Connecticut.

As ambições dos franceses relativamente à Louisiana derivavam essencialmente da tentativa de domínio do estratégico vale do Mississippi que, nascendo no que é hoje a fronteira dos EUA com o Canadá, desce paralelamente ao Atlântico até ao golfo do México, constituindo assim uma linha divisória e simultaneamente uma estrada fluvial comercialmente vital. Dominando o Mississippi e especialmente a sua foz, os franceses pretendiam impedir a expansão dos ingleses para o Oeste e assegurar o escoamento de mercadorias de todo o território.

Os conflitos entre espanhóis, franceses e ingleses pela posse da foz do Mississippi conheceram uma primeira vitória francesa que levou ao próprio baptismo da região em homenagem a Luís XIV, sendo em 1718 fundada Nova Orleans, igualmente em homenagem a Filipe, duque de Orleans. Mas, ao longo de todo o século XVIII o domínio da região alterou-se várias vezes, na decorrência da própria situação europeia, nomeadamente da Guerra dos Sete Anos.

Também a Norte os conflitos anglo-franceses se manifestavam, embora aqui a colonização francesa do Quebec tivesse assumido uma forma mais consistente com a constituição de um domínio a que chamaram Nova França. Na zona costeira, na actualidade Nova Escócia, igualmente se estabeleceram colonos franceses criando uma colónia que receberia o nome de Acádia.

A colonização francesa do Quebec seria profundamente marcada pela instalação logo em 1625 dos jesuítas - fundam Montreal em 1642 - que viriam a criar uma situação de preponderância política e social da Igreja católica que se faria sentir até hoje e que definia uma nítida separação ideológica face à crescente colonização anglofona, esmagadoramente protestante.

Na decorrência da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) na Europa, os ingleses atacam as possessões francesas do Norte: ocupam a Acádia em 1755 e o Quebec em 1759, rendendo-se Montreal em 1760.

A política britânica nos dois casos não foi idêntica. Na Acádia, foi de pura destruição: 6 000 dos colonos francófonos foram distribuídos à força pelas colónias inglesas do Sul, 3 500 foram deportados


French Alligators (cajun)

Fapy Lafertin et Le Jazz

O Jazz e a Folk


White Horse Ceilidh Band (Irlanda)

para França e outros refugiaram-se no Quebec. A partir daí, a história da Acádia, transformada em Nova Escócia e recolonizada pelos britânicos, passou a ser a de um povo e não de um País. Muitos dos acadianos forçados a emigrarem para Sul escolheram ir juntar-se à colónia francófona da Louisiana, aí constituindo um grupo com alguma autonomia cultural - os cajuns.

No Quebec, reconhecido pelos franceses como possessão britânica após a derrota, a coroa britânica aceita respeitar alguma da autonomia francófona: no essencial, tratava-se de não criar nova área de conflitos face à ebulição independentista que já se fazia sentir nas colónias anglofonas da Nova Inglaterra.

Esta política deu resultado, a Guerra da Independência norte-americana não colheu eco no Quebec e, inclusivamente, os colonos da Nova Inglaterra que se opunham à independência e pretendiam continuar súditos ingleses emigraram para o Norte, para o Canadá. Esta emigração e a continuação da imigração inglesa no que se mantinha como uma colónia acabou por desequilibrar a situação entre a população francófona e anglofona em benefício desta, conduzindo a uma rebelião pela independência do Quebec em 1837 que os ingleses esmagaram violentamente.

Entretanto, a Sul, acontecera um episódio original na História da humanidade: condicionado pelos seus conflitos europeus, Napoleão, então primeiro cônsul da República Francesa, resolve vender aos recém-independentes EUA a possessão da Louisiana! Por 15 milhões de dólares, os EUA praticamente duplicaram o seu território e asseguraram o estratégico controlo sobre toda a bacia do Mississippi. A Louisiana, onde se haviam cruzado já as influências espanholas, francesa e inglesa, e acrescentar às das populações nativas e aos contingentes de emigrantes de outros países europeus (alemães e polacos nomeadamente) transforma-se assim numa das culturalmente mais apaixonantes regiões dos EUA.

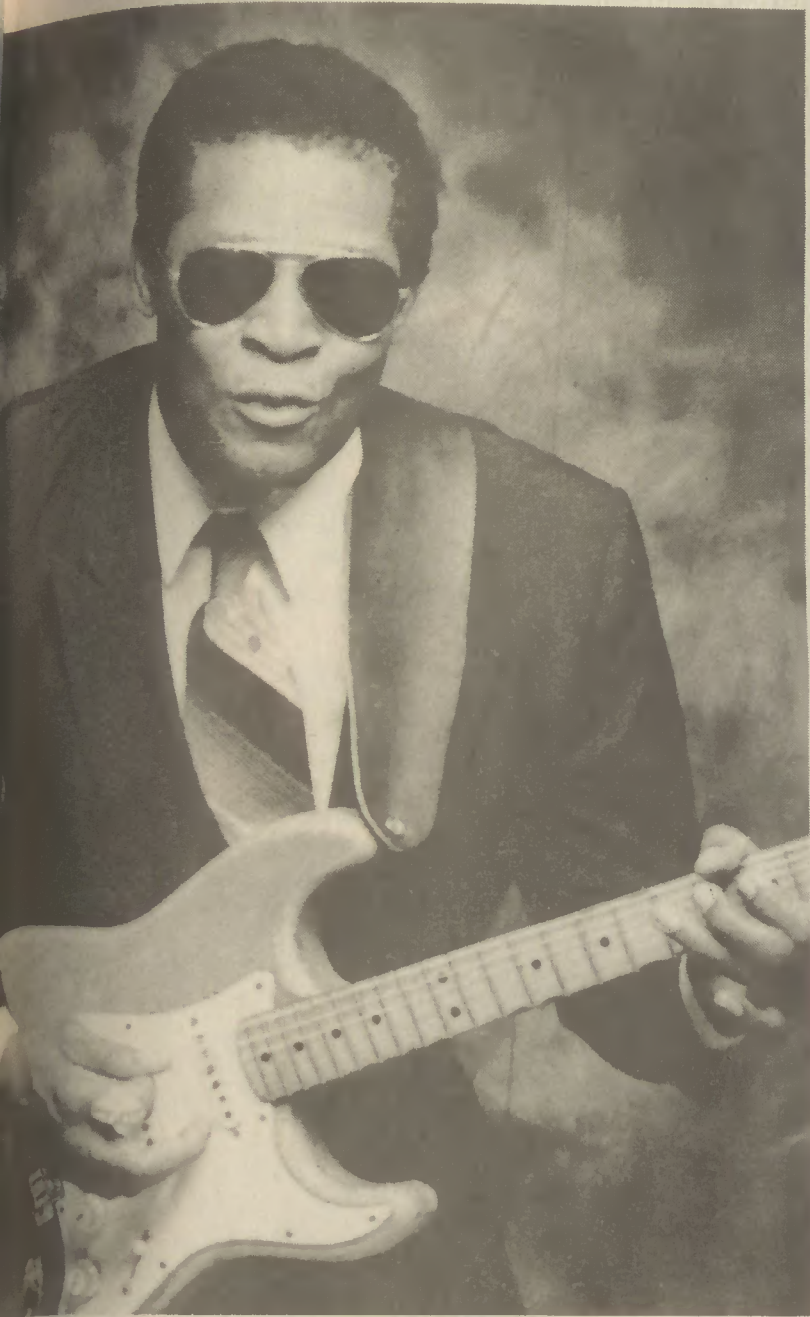
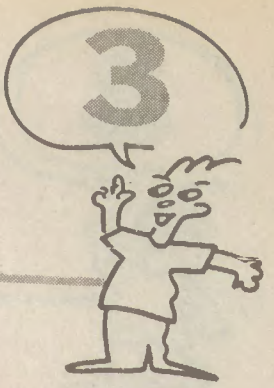
No Quebec, o conflito entre francófonos e anglofonos atravessará todo o século XIX para prosseguir até aos nossos dias com vicissitudes várias. Contudo, como em todas as circunstâncias de dominação político-económica, a cultura tradicional - neste caso francófona - tornou-se num elemento fulcral da afirmação nacional dos cajuns da Louisiana e dos quebecois. E, como sempre, a componente musical popular adquire a importância inerente à sua radicação e à sua capacidade de propagação oral.

A recolha do património folclórico no Quebec começa ainda no século XIX com Ernest Gagnon (1834-1915) e prossegue com Edouard-Zotique Massicotte (1867-1947) e Marius Barbeau (1883-1969). Um folclore onde se misturavam tradições francesas (nomeadamente bretãs e normandas, mescladas com alguma influência irlandesa-escocesa). Mas a crescente industrialização e urbanização do Canadá conduziu ao aparecimento de uma canção urbana de que o grande expoente se torna a cantora La Bolduc (1894-1941), figura que ocupa na canção do Quebec o papel seminal de uma Amália em Portugal ou de uma Piaf em França, até na medida em que, contra as tradições «bem comportadas» animadas pelo conservadorismo católico francófono, se atreva a cantar em *joal*, o dialecto popular quebecois nascido da mistura do francês com o inglês.

Das investigações musicológicas e do surgimento da canção urbana nasceram as duas grandes linhas de uma produção musical autónoma do Canadá francófono que viria a produzir nomes que, nomeadamente na década de 60, adquiriram mesmo projecção nos EUA e, claro, em França: Robert Charlebois, Dianne Dufresne, etc.

A componente *folk* viria a beneficiar dos sucessivos *revival* dos anos 50, 60 e 80, dando lugar a grupos dos quais se destaca *La Bottine Souriante*.

Quanto ao cajun, a comunidade acadiana daria origem a uma música essencialmente de dança que receberia exactamente a mesma designação. Radicada na tradição europeia, o cajun começou por ter o violino e a guitarra como instrumentos determinantes, mas a chegada da Alemanha, no final do século XIX, do acordeão que também teria grande acolhimento em França, acrescentou esse instrumento aos grupos de baile que se multiplicavam em Nova Orleans, quedando-se em geral o acompanhamento rítmico ao triângulo de ferro. Como é natural, o cajun não poderia ficar alheado da poderosa influência da música afro-americana que tinha exactamente naquela cidade um ponto de grande criatividade de que nasceria o próprio jazz. Para além da influência no próprio cajun - com expressão mais pura nas áreas rurais -, os ritmos afro-americanos e também das Antilhas dariam origem a uma modalidade mais «negra» e mais urbana do cajun, o zydeco.



Cash MacCall

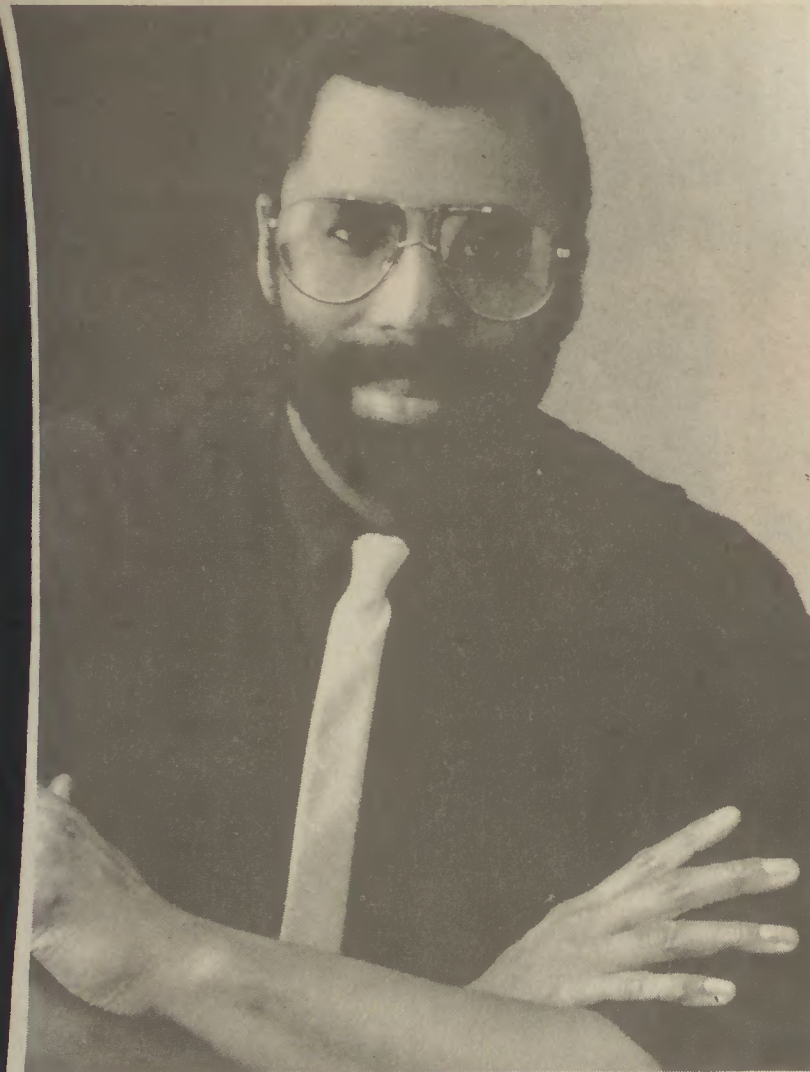


Os blues de Chicago



Katherine Davis

Sidney James Wingfield



A história da música negra norte-americana é de certa forma a história dos blues. Forma musical, designação de uma deformação tonal na escala diatônica, afirmação de um estado de espírito, os blues são aquilo que os filósofos europeus designariam por uma *weltanschauung* do povo negro norte-americano, não apenas uma música, mas uma forma de estar na vida e no mundo, uma forma de cantar, de tocar, de sentir.

Do ponto de vista musical, o elemento mais concreto ligado aos blues é a designada *nota blue*, fruto do conflito entre a tradição musical africana, baseada na escala pentatônica de cinco notas, e a utilização pelos negros norte-americanos de instrumentos europeus com afinações baseados na escala diatônica de sete notas.

Nomeadamente após a abolição da escravidão, quando os antigos escravos passaram a ter acesso a instrumentos musicais, verificou-se o surgimento de um estilo particular em que a terceira e as sétimas notas da escala diatônica (o Mi e o Si) eram tocados em bémol, de certa forma enfraquecidos.

Paralelamente, surgia também, nomeadamente na região do delta do Mississippi e em Nova Orleans, um estilo vocal expresso numa canção com 12 compassos seguindo um esquema AAB. Mas, depois disto - as variações são imensas!

Os blues constituem de certa forma o coração mais profundo da música negra norte-americana, não apenas na sua musicalidade e

forma, mas muito pelo facto de se basearem na manutenção da componente vocal. Na música instrumental negra, o jazz, verifica-se, por exemplo, um cíclico regresso aos temas blues sempre que o seu desenvolvimento e o seu convívio com outras músicas o faz começar a perder o que se poderá chamar pela sua *negritude*.

Os blues acompanharam a migração do povo negro norte-americano após o fim da escravidão dos estados do Sul para os do Norte, ao longo do Mississippi, em busca de trabalho e melhores condições de vida que não encontravam nas áreas cuja produção se baseava na exploração no trabalho agrícola da mão de obra escrava.

Os diversos estilos de blues acabam assim a reflectir uma progressão no tempo e no espaço, de Norte para Sul e em sucessivas fixações: *delta blues* e *Louisiana blues*,

Texas blues, *Memphis blues*, *Detroit blues*.

Os Chicago blues constituem de certa forma o culminar desta evolução, até na medida em que Chicago é exactamente a cidade mais a Norte. Na emigração negra, Chicago desempenha um importante papel por duas ordens de razões: em primeiro lugar, o seu desenvolvimento industrial nos dois post-guerra transformou a cidade num enorme mercado de trabalho quase mítico; por outro, na primeira fase da indústria discográfica, só em Chicago e Nova York era possível encontrar estúdios de gravação de boa qualidade, motivo por que as indústrias discográficas faziam deslocar artistas de todo o país para uma das duas cidades, muitos acabando por ali se fixar.

Este aspecto tornou Chicago uma verdadeira capital dos blues uma vez que, como em nenhuma outra, ali se

importante dos blues, a situação ampliou-se ainda após 1945. Num ambiente profundamente urbanizado, com *ghettos* sobrepovoados no Southside, a violência e as sonoridades estridentes da cidade, as suas condições de vida generalizaram a utilização pelos bluesmen da guitarra amplificada eléctrica, instrumento de que foram os efectivos pioneiros. As pequenas formações impostas pelas dificuldades económicas levaram, por outro lado, a uma associação profunda entre a harmónica vocal e a guitarra eléctrica, associação que marcaria profundamente a sonoridade dos novos Chicago blues, lado a lado com uma insistente marcação rítmica da bateria e, a breve trecho, do baixo eléctrico.

A esta situação corresponde o aparecimento em Chicago de algumas das principais editoras de música negra, numa altura em que o racismo a designava ainda por *race music* e que as grandes editoras brancas se recusavam a registá-la, facto que, de novo, amplia a importância da cidade dos Grandes Lagos como «capital dos blues».

A escola dos Chicago blues pertencem nomes como Muddy Waters, Willie Dixon, Jimmy Reed cujas linhas rítmicas, técnica da guitarra eléctrica e tipo de vocalização viriam a influenciar muito directamente a música de dança afro-americana designada por *rhythm & blues*.

Se em Memphis e Detroit se viria a gerar uma produção de *rhythm & blues* com forte presença de naipes de sopros e um tipo de vocalização mais doce e com forte influência coral (herdada do *gospel* e dos espirituais e que daria os grupos característicos do *soul* de Detroit), Chicago absorveria todas essas influências acrescentando-lhe sempre um vigor, uma contundência e impacto bem correspondentes ao universo duro e violento da *Wind City*.

No panorama dos blues, os Chicago blues surgem assim na década de 50 com uma particular modernidade, com uma capacidade expressiva que apaixonou a afirmação das novas gerações negras - mas também das novas gerações brancas.

Ao recusarem a música xaroposa que as grandes editoras lhes ofereciam na década de 50, cantores brancos e o seu jovem público verificam que na *race music*, na apaixonante expressividade dos Chicago blues reside um manancial inesgotável de criação.

Os primeiros êxitos de Bill Haley, de Elvis Presley, dos Rolling



A. C. Reed

Stones são versões de bluesmen de Chicago, muito especialmente de Muddy Waters.

De certa forma, pode assim dizer-se que se é já nos blues que o jazz bebe as suas origens, igualmente o

rock as encontra nos Chicago blues. Mas o que torna mais apaixonante esta história é que ela está longe de acabar! Chicago continua a ser um viveiro inesgotável de jovens bluesmen que constantemente renovam uma música cujos expoentes consagrados continuam a tocar a seu lado.

A composição da Chicago Blues Explosion! trazida à Festa do «Avante!» é uma prova mesmo disso.

The Chicago Rhythm and Blues Kings

Constituindo, do ponto de vista musical, uma poderosa mescla entre vários estilos da melhor música popular afro-americana - neste caso fundindo os blues eléctricos de Chicago com o impacto dos metais da *soul* de Memphis e o enérgico balanço dos R&B -, os Chicago Rhythm and Blues Kings são o resultado de uma larga experiência de duas décadas dos seus membros noutras formações que incluíram nomes determinantes do Chicago Blues. Os Chicago R&B Kings criaram novos temas originais adaptados à grande voz que sobressai do conjunto, como solista vocal - Martin Albritton, um espectacular cantor e *entertainer* - e tornaram-se nos últimos anos um dos grupos mais requisitados para o circuito dos principais concertos da região do Midwest. Mas as suas actuações continuam a multiplicar-se em inúmeros festivais e digressões realizadas por todos os Estados da América do Norte, o Canadá e a Europa. A forte e coesa secção de sopros é constituída pelo saxofonista-tenor Terry Ogolini e o trompetista Don Tenuto (a base de um grupo histórico, os *Mellow Fellows*); Dave Mick é o fabuloso guitarrista-solo; e Bob Halaj e William «Kax» Ratliff asseguram, respectivamente no baixo e na bateria, um impressionante impacto rítmico.

Mas os Chicago R&B Kings são «apenas» o grupo de base para o espectáculo de mais de duas horas - «Chicago Blues Explosion!» - especialmente preparado e vindo dos EUA para esta Festa do «Avante!». A eles se juntam, em dinâmica sequência e numa variedade de estilos crescentemente empolgantes, outros grandes solistas:

A. C. Reed

Sempre na primeira linha dos bluesmen de Chicago durante as últimas quatro décadas, A. C. Reed (nascido em Wardell, Missouri, em 1926) chegou a esta cidade, vindo daquela região rural, em 1942, apenas com 16 anos de idade. Ali, conseguiu arranjar emprego como operário metalúrgico e, com o primeiro ordenado, comprou um saxofone! Assim despontava uma carreira que o levaria ao longo dos anos a transformar-se não apenas num grande saxofonista - solista convidado das principais bandas de blues - como, ainda, num cantor que alia a musicalidade e frontalidade dos temas que compõe (música e letra) ao corrosivo humor e espírito satírico com que positivamente arrasa as hipocrisias e omissões do mundo do espectáculo. Basta dizer-se que, independentemente de A. C. Reed ter sido *sideman* de figuras-chave dos blues, como os lendários Earl Hooker, Buddy Guy, Muddy Waters ou Albert Collins - ou de ter participado em gravações discográficas, espectáculos e digressões com outros grandes nomes da música popular, como Eric Clapton, Janis Joplin, Stevie Ray Vaughan, os Grateful Dead ou os Rolling Stones -, só em 1982 gravou o seu primeiro álbum como líder, a que deu o «simpatioso» título «Take This Blues and Show'em!», nomeado para o Grammy Award. E será, sem dúvida, sem surpresa que lhe ouviremos no Palco da Festa, temas famosos que compôs e em que alia o sarcasmo ao protesto, como entre outros «I'm in the Wrong Business!» ou «This Blues is Killing Me!». Um espectáculo dentro do espectáculo!

Cash McCall

Outro dos grandes nomes presentes no espectáculo «Chicago Blues Explosion!» - e, seguramente, dos solistas mais impressionantes - será o guitarrista-cantor-compositor de blues Cash McCall. Originário de New Madrid, no Missouri, terra de grandes plantações de algodão onde nasceu em 1941, McCall passou a sua juventude em Arkansas e Mississippi, a região dos blues do Delta. Ainda muito novo, apaixonou-se pelo *gospel* e começou a trabalhar, como profissional, com o grupo Five Blind Boys of Mississippi e, aos 20 anos, escrevia já muitos dos temas para os artistas da Chess Records, a lendária editora de Chicago. Foi aí que conheceu um mestre dos blues - Willie Dixon - que o encorajou a seguir uma carreira de solista e, em 1966, surgia dominante na cena dos blues e dos R&B com um tema que atingiu de imediato os primeiros lugares: «When You Wake Up». Para além de um intenso trabalho de estúdio, onde gravou ao lado de nomes como Natalie Cole, The Temptations ou The Drifters e compôs canções para Muddy Waters, Etta James, Little Johnny Taylor, Blood Sweat & Tears ou Ramsey Lewis, tem realizado inúmeros espectáculos por todos os EUA e pela Europa e já participou em importantes festivais de Jazz como os de Montreux e Nancy (França) e do Mar do Norte (Holanda). Residindo hoje na Califórnia, Cash McCall é solicitado com frequência a escrever bandas sonoras para o cinema, a mais famosa das quais pertence ao filme «Great Balls of Fire» («Rock de Fogo»), realizado em 1989 por Jim McBride sobre a biografia de Jerry Lee Lewis, famoso cantor de rock dos anos 50.

Sidney James Wingfield

Um concerto de blues a que faltassem a sonoridade poderosa, os timbres «orquestrais» dos teclados e os graves da pedalreira do grande órgão Hammond seria algo que daria de barato a potência do PA do Palco «25 de Abril...». E o espectacular organista para tocá-lo foi encontrado! Trata-se de Sidney James Wingfield que alia à sua versatilidade em tudo o que é teclas pretas e brancas uma irresistível presença de palco. Não é por acaso que, nas suas notas biográficas, faz questão de incluir as «actividades» que desempenha nos espectáculos em que participa: teclados, voz solista e de coros, apresentador, co-arranjador, director musical, «road manager» e... «public relations!» Lá por volta da meia-noite, será assim chegada a vez de Sidney J. Wingfield vir juntar-se ao pessoal que, em cima do palco, já então estará ao rubro! E percebe-se porquê: quem já distribuiu o seu talento multifacetado por gravações ou espectáculos ao lado de Luther Allison, «Big Twist», Otis Rush, Johnny Watkins, Bruce Springsteen, B.B. King, Wilson Pickett ou Stevie Winwood (para apenas citar estes), sabe da profissão como nenhum outro. Acresce que o organista sempre foi companheiro de estrada dos Chicago R&B Kings.



Levantada do chão

*Finalmente, na fértil depressão,
Nada se vê que a nossa mão não regre:
A florescência dum matiz alegre
Mostra um sinal - a frutificação!*

Do Poema Nós, de Cesário Verde

Quando, há seis anos, se realizou a 14ª edição da Festa do "Avante!", algo de novo aconteceu: a Festa deslocou-se para a Margem Sul do Estuário do Tejo e realizou-se, pela primeira vez, em terreno próprio - a Quinta da Atalaia, Freguesia da Amora, Concelho do Seixal. Não foi uma alteração de somenos: a partir daquela data, a grande iniciativa dos comunistas portugueses libertou-se duma longa e imposta itinerância, passando a dispor dum espaço fixo, ao abrigo dos desalojamentos indistintamente persecutórios impostos pela direita que administrava o município de Lisboa e que, nas primeiras 13 realizações concretizadas na Margem Norte, obrigaram a Festa a (re)erguer-se, sucessivamente e de raiz, na FIL, no Jamor, no Alto da Ajuda e em Loures. A compra da Quinta da Atalaia pelo PCP em 1989, por 150 mil contos e através duma campanha de fundos, constituiu uma assinalável vitória no panorama político-partidário nacional: jamais um partido se abalançara a recorrer à simples militância e simpatia popular, para concretizar um projecto de tal envergadura financeira.

A construção da Festa em terreno próprio é quase uma saga de que (já) vale a pena falar, tanto pelos novos caminhos que se abriram ao desenvolvimento infra-estrutural do seu espaço, quer pela evidência da capacidade transformadora dos seus obreiros, exercida - *quod erat demonstrandum* - numa geografia e realidade concretas.

Antes de a Festa chegar, e com ela a criatividade dos novos proprietários, a Quinta da Atalaia pulsava apenas nos êmbolos da estação elevatória com que, no seu cais privativo à beira-Tejo, enchia de boa água os batelões que aparelhavam os navios para as grandes viagens. Os seus 22 hectares subiam desta faixa ribeirinha por um suave vale onde, no meio de arbustos à solta, matagais vigorosos e manchas florestais, embravecia uma vinha há muito abandonada. Até o "monte" - bonito conjunto de edifícios, outrora animada casa agrícola instalada numa colina densamente arborizada e sobranceira ao vale - só disfarçava o abandono na alvura duma caiação resistente ao roer do tempo, e nos frágeis cuidados prestados por um caseiro ao jardim circundante.

Ao adquirir a Quinta em 1989, o PCP meteu ombros à tarefa imediata: preparar o terreno para a realização da Festa do "Avante!" do ano seguinte. Foi um trabalho de emergência, que arrancou a vinha inútil, lançou a vedação geral, traçou os primeiros arruamentos, construiu os estaleiros e infra-estruturou o indispensável.

Todavia, não se tratou de um trabalho improvisado ou aleatório. O lançamento em 1990 desta "primeira pedra" do novo recinto da Festa teve, como pano de fundo, um plano integrado definindo, à partida, o futuro da Quinta da Atalaia: a sua transformação num belo parque natural (inserido, aliás, numa reserva ecológica classificada), servindo os objectivos e necessidades anuais da Festa do "Avante!" e dinamizando, na progressiva oferta das suas qualidades intrínsecas, o seu aproveitamento lúdico, desportivo e cultural pela população que o rodeia e o público em geral.

Cinco anos depois, tudo isso já está a acontecer. Mas vamos por partes.

De 1990 até hoje, o projecto de transformação da Quinta da Atalaia num parque natural que sirva a

Festa do "Avante!" e se abra a outras actividades e iniciativas, tornou-se numa realidade em andamento. Uma realidade onde se tem actuado em duas frentes simultâneas.

Uma, modelando e adaptando os 16 hectares onde decorre cada edição da Festa - traçando ruas, largos e avenidas, aqui diminuindo inclinações, ali executando socalcos, além plataformas -, trabalho que tem sido acompanhado de uma vasta, complexa e eficaz dotação de infra-estruturas, através da extensão e densificação das redes de água, saneamento e energia. Os resultados já são espectaculares: 90% da área da Festa está relvada e o seu traçado e infra-estruturação instalados com a previsão não apenas das necessidades presentes, mas também futuras.

Outra frente, florestando, arborizando e relvando, através da adaptação da rede de água (que a Quinta possui em abundância e qualidade), primeiro às necessidades directas da Festa, depois às do terreno em geral. Também aqui os resultados já são impressionantes: além de se ter cuidado das espécies vegetais existentes e das zonas arborizadas, plantaram-se milhares de novas árvores, sempre mantendo as espécies autóctones como padrão de referência. Lá estão, numa exuberância de frescuras e aromas, freixos e choupos, áceres e pinheiros, carvalhos e gravilias, laranjeiras e ciprestes, chorões e olaias, tília e medronheiros, palmeiras e faias, convivendo com uma multidão organizada de arbustivos, do loendro ao sabugueiro, do lentisco ao lódão, da tradição da romãzeira ao exotismo da piracanta - enfim, uma vasta e abundante elipse vegetal, traçada com minúcia, estudo e criatividade.

Quem hoje visite a Atalaia, só reconhecerá, da antiga Quinta, os contornos. Da recuperação da zona edificada e dos jardins à reorganização do terreno, tudo é outra coisa - uma coisa nova, fecunda, luminosa, organizada, refrigerante. E com muitos outros semelhantes adjectivos, à espera do visitante.

Dissemos que, cinco anos depois, tudo já está a acontecer.

E está. Demonstram-no as escolas e as colectividades, as organizações de interesse público e as autarquias da região, que regularmente solicitam e utilizam os aprazíveis e vastos espaços da Quinta da Atalaia para as suas actividades, olhando-a, hoje, como um equipamento indispensável. Demonstram-no, igualmente, instituições e entidades geograficamente afastadas que, em crescendo, vêm solicitando a utilização dos terrenos da Festa do "Avante!" para as suas iniciativas. A título de exemplo, foi assim que lá se realizou o corta-mato do *Diário de Notícias* ou o Festival da Juventude promovido pela Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

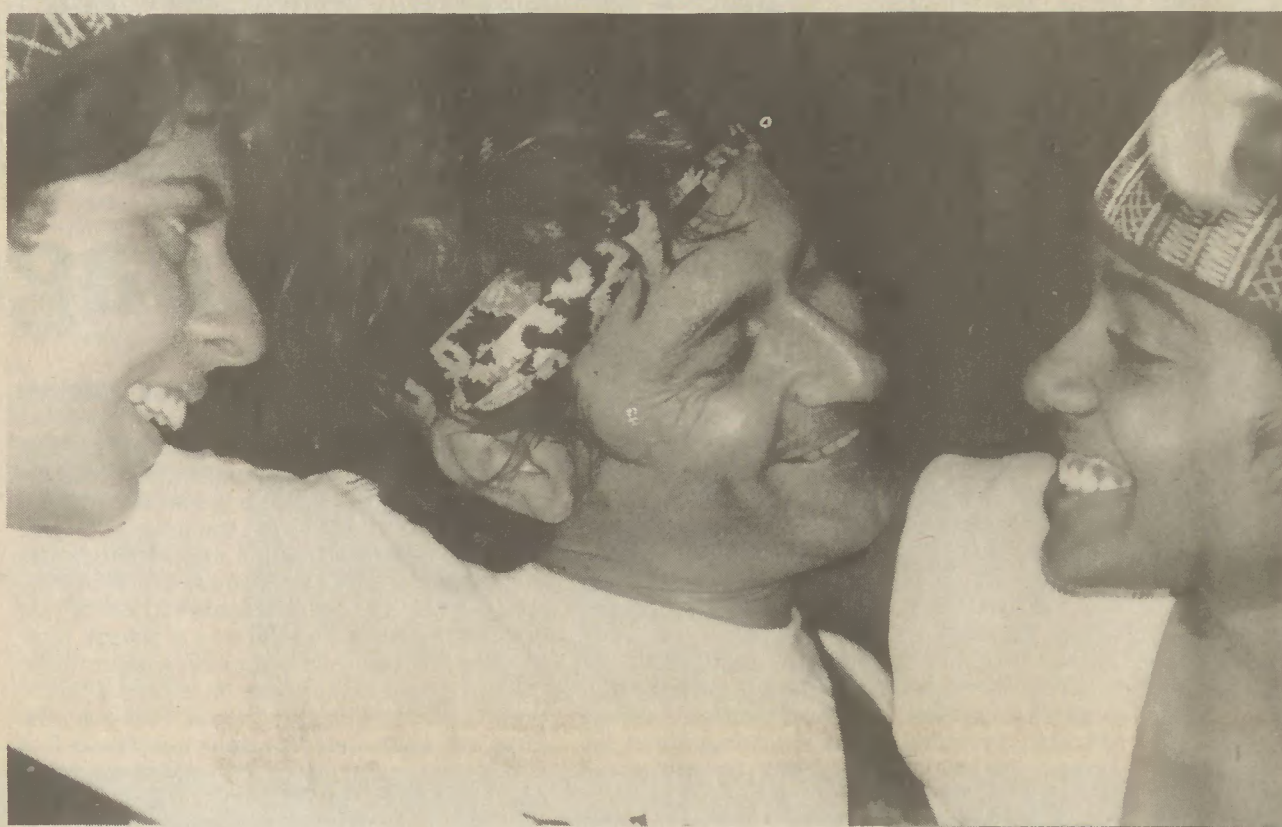
E acontece a Festa. Todos os anos, mas de há uns anos para cá numa alforria conquistada com o trabalho donde tudo nasce, com a luta donde tudo avança.

Numa Quinta levantada do chão, trabalhada corpo a corpo, transformada pela audácia e o sonho. Esculpida pelo rigor dum projecto, adequada à vontade dum objectivo.

Vitoriosa na realidade instalada perante todos, concretizada por colectivos empenhados e ao serviço das razões de sempre. Como a de que a utopia é o caminho mais concreto na emancipação do homem.



Fausto



Tabanka Djaz

Navegante

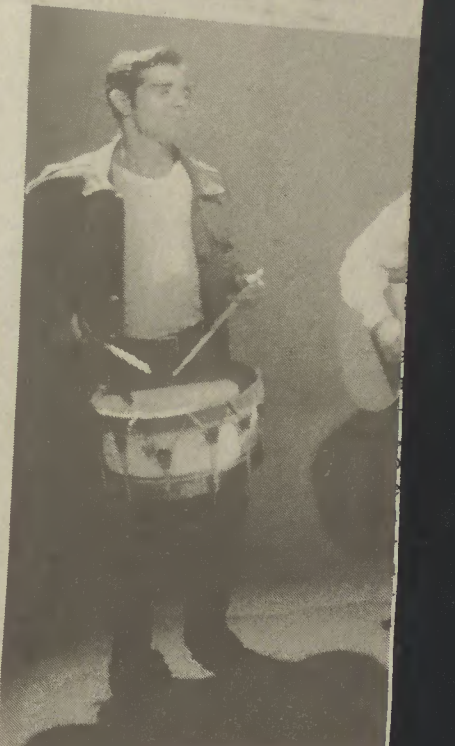


Xana

Jorge Palma



Ramp





Fausto

O álbum «Crónicas da Terra Ardente», editado no ano passado, é a continuação de um projecto de Fausto: trata-se do segundo capítulo daquilo que será uma trilogia iniciada pelo já «histórico» «Por Este Rio Acima». O tema dessa trilogia é a diáspora e o significado da presença portuguesa no Mundo.

O espectáculo que neste momento Fausto apresenta é constituído pelo alinhamento das canções que fazem parte de «Crónicas da Terra Ardente» complementado com algumas canções de «Por Este Rio Acima».

Enquanto o duplo álbum de 1982 se inspirou na «Peregrinação» de Fernão Mendes Pinto e nas suas viagens pelos mares do Oriente, o trabalho mais recente de Fausto baseia-se nos relatos de «A História Trágico-Marítima» e da entrada dos portugueses pelas terras dos continentes que iam descobrindo.

Uma explicação que aqui fica para dar conta da coerência de um projecto, de uma música que desde 1970 se afirma pelas ideias: cada um dos dez álbuns de Fausto aconteceu por uma razão, para dizer algo, tomar posição ou, simplesmente, contar uma história. E daí nasce tanta música, que nos diz tanto!

Na Festa do «Avante!» de 95, as «Crónicas da Terra Ardente» contadas por Fausto farão certamente parte de uma história de momentos brilhantes da música que se vai ouvir na Atalaia.



Pedro Abrunhosa

Quinteto de Carlos Barretto

Pedro Abrunhosa

Alguma vez se pensou neste país que um músico português seria primeira página da «Billboard» norte-americana? Abrunhosa não o terá pensado mas conseguiu-o. Calmamente, o músico do Porto vai dizendo o que pensa do mundo e provoca o maremoto comercial da música portuguesa, com as canções políticas mais violentas dos últimos anos, um manifesto permanente contra certos usos e costumes do modo de vida português, uma declaração de guerra, militante, ao cavaquismo.

Do álbum «Viagens», ao single «Disco Vermelho», há mais do que protesto em Pedro Abrunhosa: em primeiro lugar há boa música e bons músicos, depois há conhecimento, herança, inteligência, capacidade, criatividade, sabedoria, apuro, elegância - numa palavra: cultura.

Pedro Abrunhosa & Bandemónio ficam bem na Festa do «Avante!».

Jorge Palma

Jorge Palma vai apresentar-se no palco principal da Festa do «Avante!», depois de duas exposições consecutivas no Auditório «1.º de Maio». Nessas duas actuações, Palma conseguiu encheres máximas, apenas limitadas pelo espaço de então.

A popularidade do músico representada pelo número de pessoas que assistiram a esses espectáculos, corresponderam na altura dois gloriosos concertos, essencialmente suportados pelo apoio do piano, tocado pelo próprio Palma e, o ano passado, com a associação de Flak, o guitarrista dos ex-Rádio Macau.

Para quem já reclamava a «conquista» do Palco «25 de Abril» para Jorge Palma, está agora satisfeita a vontade, com a justiça a ser feita por poderosos argumentos: os constituídos pelas melhores canções de mais de vinte anos de carreira, a que se juntam os atributos da banda que acompanha Palma, onde estão músicos portugueses de eleição.

Para além de Palma no piano e na guitarra, teremos, no Palco «25 de Abril», Manuel Paulo (teclas), Fernando Júdice (baixo), Alexandre Frazão (bateria), Mário Delgado (guitarras), Edgar Caramelo (saxofone barítono), Paulo Curado (saxofone tenor e flauta), Jorge Reis (saxofone alto), Tomás Pimentel (trompete), Zé Ernesto (violino) e os coros de Inês Martins, Manuel Lourenço e Pedro Gonçalves.

Vamos então poder ouvir canções como «Dá-me Lume», «Cara d'Anjo Mau», «Bairro do Amor», «Lado Errado da Noite», «Frágil», «Quero o Meu Dinheiro de Volta» ou «Portugal, Portugal», numa cuidada produção onde a contagiante espontaneidade do cantor fazem do espectáculo uma apaixonante imprevisibilidade.

Jorge Palma é um dos últimos músicos que consegue reunir plateias das origens mais diversas: etárias, sociais ou estéticas!

Quinta do Bill

«Filhos da Nação», «O Menino» ou «Sr.ª Maria do Olival» são três canções do grupo Quinta do Bill cuja popularidade levou à sua edição autónoma em três singles, lançados posteriormente à edição do álbum de que as três fazem parte, cujo título é homónimo ao primeiro daqueles temas.

O grupo de Tomar inscreve-se na linha de grupos que a partir do rock conseguem uma linguagem especificamente portuguesa, um pouco à maneira dos Sitiados - embora com uma sonoridade distinta - cujo vocalista, aliás, participou na gravação do tema «Sr.ª Maria do Olival».

Todas as crónicas relatam os espectáculos de a Quinta do Bill como explosões de vitalidade juvenil que fazem prever um dos momentos mais vivos da próxima Festa do «Avante!», onde o que há para ver terá origem no Palco «25 de Abril» mas também na imensa plateia que certamente se formará para participar no evento.

Navegante

A música da tradição portuguesa conhece um novo nome: Navegante. José Barros, Jorge Cruz e Rui Júnior juntaram-se num projecto que deu num primeiro álbum, com o mesmo nome do grupo, onde poemas e músicas tradicionais surgem ao lado de outros, da autoria dos membros do grupo ou de José Afonso (uma versão de «Comboio Descendente») e Fernando Pessoa (note-se, por exemplo, o «atrevimento» de musicar «Mar Português», o poema de Pessoa que começa com os versos «Ó mar salgado quanto do teu sal/São lágrimas de Portugal!»).

Um dos temas do álbum, «Romance Moderno», da autoria de José Barros, surge na gravação com arranjo do músico de jazz Mário Laginha.

Braguesas, bandolins, cavaquinhos, acordeão, percussões e guitarras são os instrumentos que fazem a base de um som português. Na Festa estará um som Navegante: a autenticidade cujo destino será concerteza o de dobrar todos os cabos Bojadores que se interponham no seu caminho...

Quinteto de Carlos Barretto

Fundado em 1993, o Quinteto de Carlos Barretto é o mais recente representante, entre nós, das actuais correntes inspiradas em uma das mais fortes e vincadas expressões do Jazz moderno, o neo-hard-bop. Com uma constituição internacional, o grupo alia a imaginação e o tecnicismo de dois excelentes e versáteis solistas em instrumentos de sopro à impetuosidade e ao balanço eficazes de uma secção rítmica a toda a prova. No primeiro caso, encontramos o saxofonista-alto e soprano Perico Sambeat (Valência, Espanha) e o saxofonista-tenor François Thébèrge (Montreal, Canadá), cuja mobilidade e imaginação melódica encontram o eficaz apoio num trio de luxo: Bernardo Sasseti (piano), Carlos Barretto (contrabaixo) e o francês Philippe Soirat (bateria). Ainda com um largo futuro à sua frente, todos estes músicos atingiram o primeiro plano no Jazz actual dos respectivos países e o Quinteto conhece já uma fulgurante carreira que inclui a participação em inúmeros concertos e festivais de Jazz e, ainda, a gravação realizada o ano passado de um dos melhores álbuns de Jazz portugueses de sempre, «Impressões».

Xana

Regressa a voz poderosa do Rádio Macau. Mas é mais do que isso. A militância de toda uma vida pelo rock, deu em Xana na pisada de um caminho próprio, já traduzido no álbum «As Meninas Boas Vão para o Céu, as Outras para Toda a Parte». Ali estão canções que falam de revolta, angústia, tristeza, intolerância mas também de convicção, inconformismo, força, luta. Puro rock, como não podia deixar de ser.

A parceria com Flak, outro Rádio Macau, na escrita da maioria das canções, poderia fazer supor a repetição de esquemas já conhecidos nos álbuns da banda.

A verdade é que as diferenças são tantas que Rádio Macau parece ser, de facto, capítulo definitivamente encerrado.

Interessa pois falar de Xana. Interessa ouvir Xana. Para já diga-se que esta menina é uma daquelas que «vão para todo o lado», e, em Setembro, vai à Festa do «Avante!».

Telectu

O duo Telectu regressa à Festa para apresentar um espectáculo que vai trazer ao Auditório 1.º de Maio, além de Vítor Rua e Jorge Lima Barreto, um conjunto de outros músicos, entre os quais o guitarrista norte-americano Elliot Sharp, uma personalidade original, responsável por algumas importantes inovações no domínio da música improvisada.

O espectáculo vai incluir a participação do agrupamento criado por Rua, o Vidya Ensemble (António Marques, Fernando Guiomar, Beatriz Serrão, Pedro Roxo, Manuel Guimarães, Lúcio Studer, Carlos Damas e Rute Praça) que interpretará composições de Vítor Rua, dois quartetos de cordas do Telectu e uma composição de Elliot Sharp.

Depois será dado o espaço para a colaboração Telectu/Sharp que, na explicação dada pelo próprio Telectu, incide «essencialmente, na prática da improvisação, criando jogos/sistemas aleatórios, que levam as improvisações a situações musicais como: a INDETERMINAÇÃO, o ACASO, o CAOS, a TURBULÊNCIA».

Um regresso à Festa depois do lançamento de mais um disco a juntar-se à vasta discografia do Telectu, desta feita uma gravação de música improvisada que junta o duo com Chris Cutler - um percussionista que tocou com o Telectu na Festa do «Avante!» - e o trompetista Jac Berrocal. O álbum chama-se «Telectu, Cutler, Berrocal» e regista espectáculos ocorridos no Teatro Gil Vicente em Coimbra, na Casa de Serralves e no São Luiz em Lisboa.

Também este ano Jorge Lima Barreto publicou «Nova Muzika Viva», um livro sobre música improvisada que foi feito a partir da tese de doutoramento do autor.

Etapas da luta de dois músicos pelo progresso da arte que amam: a Música.

Tabanka Djaz

É a música africana que mais uma vez vai ocupar lugar no palco principal da Festa do «Avante!». Uma música alegre vai ser levada à Atalaia por estes Tabanka Djaz, um grupo que nos últimos tempos tem vindo a surgir no topo de preferências de todos os que apreciam este género de música.

A Festa do «Avante!» tem vindo, desde as suas primeiras edições, a revelar nomes importantes da música africana produzida nos países desse continente onde se fala português, e o Tabanka Djaz será mais um nome a juntar a uma extensa galeria de estrelas...

Ramp

Depois de um primeiro disco saído em 1992, intitulado «Thoughts», o Ramp edita agora o álbum «Intersection», um disco onde se reforça a dureza do som militantemente rock que este grupo cultivava.

Assumidamente inseridos numa área de novas bandas nacionais que procuram sons alternativos, os elementos do Ramp viram entretanto um exerto de uma sua actuação no Jonhny Guitar ser incluída na colectânea que recorda alguns dos melhores espectáculos ali ocorridos durante o ano de 1994.

Daí até à criação de um hit - a canção «Walk like an Egyptian» - foi só o passo necessário para que o maior número de pessoas tomasse contacto com o som do grupo.

Na Festa a força do rock tem um nome: Ramp!

O fado clássico

O que é um fado clássico?

A pergunta tem possivelmente feito correr mais tinta e provocado mais discussões do que qualquer outra questão em torno do fado...

Em rigor, pode dizer-se que clássicos clássicos só há dois fados: o Menor e o Corrido. Corresponderam eles a alguns dos padrões definidos pelo rigorismo folclorista e etnomusicológico para garantir o carácter popular de uma canção (a sua antiguidade e o carácter anónimo da sua autoria) e, por outro lado, são comumente aceites como contendo o essencial da matriz musical da expressão fadista. Muito particularmente o Fado Menor tem o estatuto de quase sinonímia de fado: nenhum fadista o deixa de incluir no seu repertório.

Mas, ao longo dos tempos e muito especialmente a partir da década de 20 deste século, o fado tem visto nascer centenas e centenas de composições que se reclamam da condição de fados. Verifica-se contudo que, ao longo desses anos, as composições que foram ficando - para além das muitas de efémera vida por fatal falta de qualidade - se dividiram em duas grandes áreas: os ditos fados canção e os ditos fados clássicos.

Qual a diferença? Note-se que a quase totalidade dos fados clássicos são de autor conhecido, geralmente são mesmo designados pelo nome do autor da sua melodia: o Fado Alberto, o Fado Vianinha, o Fado Franklin. Mas o que os faz diferir dos outros?

O essencial é que a definição como tal, como fados clássicos, partiu dos intérpretes e especialmente pelos fadistas. Isto é: nenhum compositor se senta ao piano ou agarra na guitarra e diz: «Vou compor um fado clássico!» Ele comporá um fado: que ele

se venha ou não a tornar clássico dependerá de os fadistas o adoptarem ou não no futuro como tal.

E que há de comum entre esses fados, que levará os fadistas a essa adopção?

Antes de mais nada, um fado clássico é uma melodia, isto é, não tem uma letra fixa, o que revela logo à partida um elemento essencial: o carácter aberto, livre dessa melodia, que não está condicionada por palavras, o que indicia que permite ao fadista uma total liberdade de interpretação, ou seja, de improvisação, ou, como se diz na gíria fadista, de estilar.

Ou seja: o que um fado clássico acima de tudo consente é que cada fadista o cante da forma que sente e entende com e letra que prefere e melhor serve a sua forma de sentir e de estilar sobre esse tema.

De acordo com os seus próprios estilos, cada fadista tem assim fados clássicos preferidos, aqueles que mais se adaptam ao seu estilo.

Pelo contrário, o fado canção, independentemente da sua qualidade musical e poética, impõe um espartilho mais apertado ao intérprete, seja pelas exigências métricas e prosódicas do poema, seja mesmo pelas características melódicas.

Pode assim dizer-se que o núcleo de algumas dezenas de fados clássicos existentes constitui de certa forma a essência do fenómeno fadista, aquilo que efectivamente caracteriza o fado.

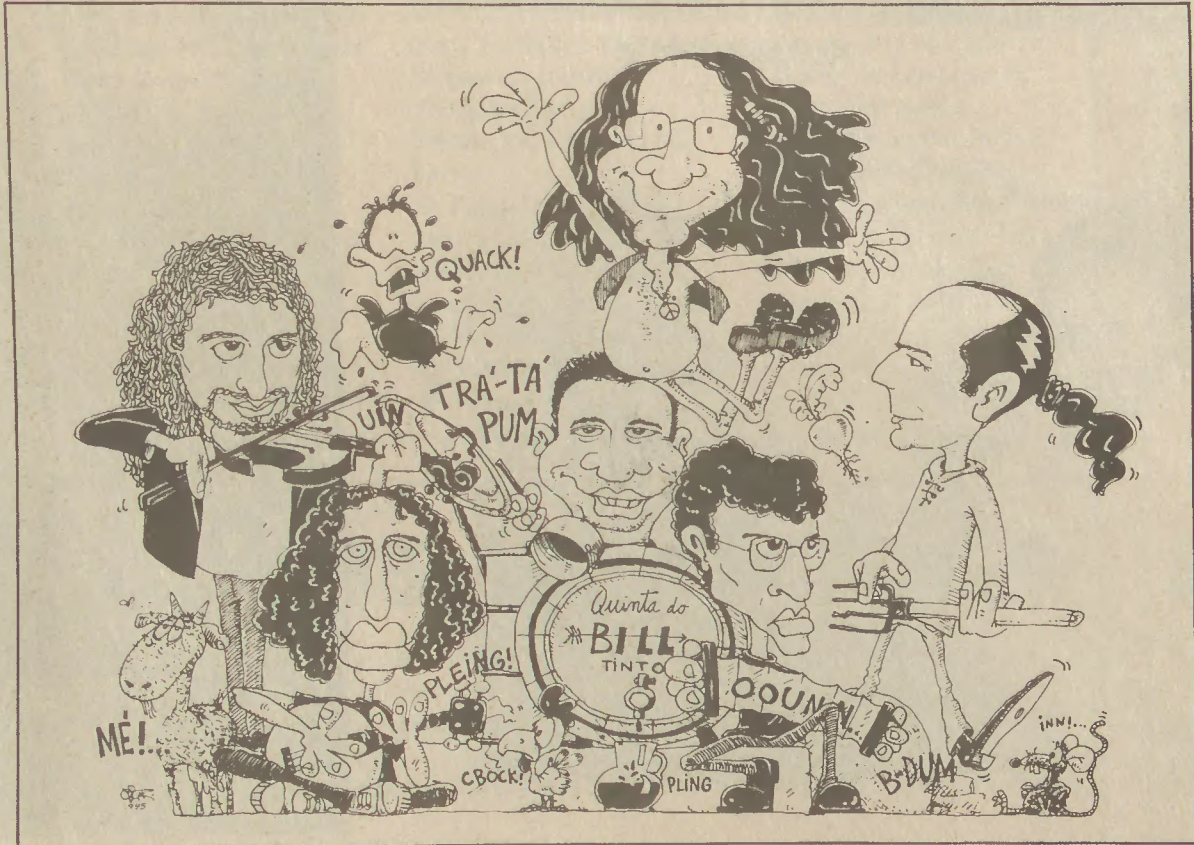
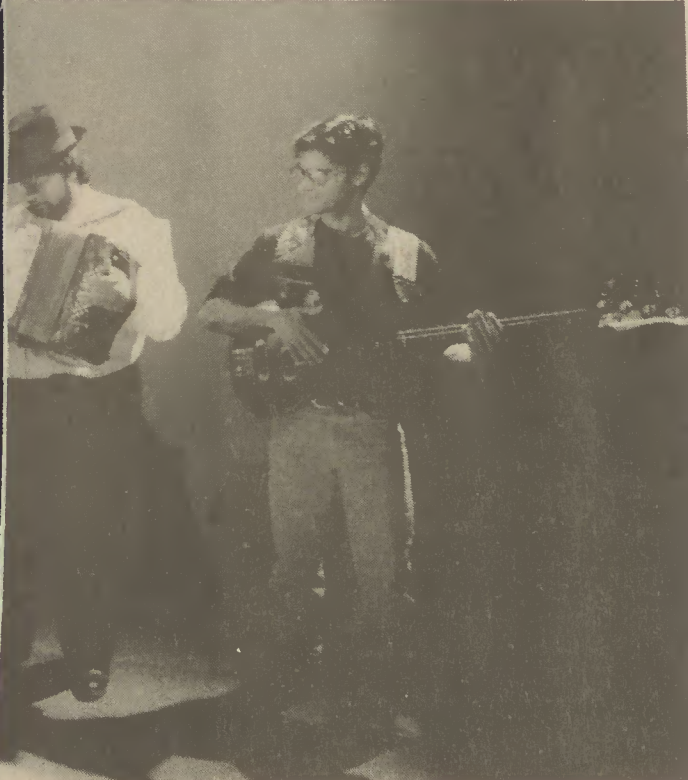
A noite de Domingo no Auditório «1.º de Maio» da Festa será inteiramente dedicada ao fado clássico. Nomes consagrados do fado - fadistas, guitarristas e violistas - cantarão uma selecção de temas que estão nas raízes mesmas de uma música construída pelo povo.



Telectu

Quinta do Bill

Quadrilha



Sexta-feira de estreias

A sexta-feira da 19ª Festa do «Avante!» será caracterizada por uma novidade: os espectáculos no Palco «25 de Abril» e no Auditório «1ª de Maio» constituirão *estreias em palco* de novos discos recentemente lançados no mercado pelos respectivos grupos.

Paralelamente, está em preparação para Sábado, no espaço da Festa do Livro e do Disco, sessões de autógrafos dos artistas participantes nestas *estreias* de sexta-feira.

Estas estreias constituem simultaneamente a mostra de três grandes tendências da música popular e do jazz que se faz em Portugal: a chegada aos grandes meios de divulgação de expressões artísticas das comunidades africanas juvenis residentes no nosso país; o regresso do fado à primeira linha das prioridades editoriais e de consumo dos portugueses e, finalmente, o início do que parece ser a justa e correspondente tradução discográfica de uma realidade musical com intenso e regular trabalho levado a cabo pelos músicos de jazz.

General D

O novo disco de **General D**, talvez a figura de proa do que normalmente se apelida de «rap português», tem uma mensagem claramente política. Tal não é surpresa para quem já viu **General D** no Auditório «1ª de Maio» da Festa do ano passado, durante a tarde de sábado, inteiramente preenchida com grupos do género. Também quem tomara contacto com o *single* «Portukkal» não esperaria outra coisa das letras ditas e cantadas pelo jovem pioneiro do rap no nosso país. Temas como o racismo, a poluição, a prostituição, a droga, a sida ou os problemas das gerações de africanos nascidos

em Portugal, são abordados nas letras das canções que sexta à noite serão escutadas pelo público da Festa, no estilo directo e inequívoco dado pela tremenda força do rap. **General D** tem posições claras sobre algumas das grandes preocupações dos portugueses, como recentemente voltou a demonstrar, ao ser um dos protagonistas da manifestação anti-racista que se realizou em Lisboa, após o ataque *skinhead* que vitimou o jovem negro Alcindo Monteiro. Em Setembro ele vai estar no Palco 25 de Abril, com os seus músicos, a dizer-nos que a música popular é sempre livre.

Kussundulola

O grupo **Kussundulola** tem origem angolana e vai propor ao público português uma música que mistura a música tradicional de Angola e um ritmo que atravessa horizontalmente, desde os anos 70, a cultura da música popular negra em qualquer ponto do mundo: o reggae. Há grandes expectativas em relação ao impacto junto do público português do álbum de estreia do **Kussundulola**, dada a

receptividade aos espectáculos da banda ser, já há alguns anos, muito boa. Um facto que terá sido levado em conta por uma das principais editoras portuguesas, que decidiu assegurar a gravação deste álbum de estreia do grupo. Na Festa do «Avante!», a dança será o motivo para este acontecimento na disposição que ele mais deseja: precisamente, «em festa».

Mísia

O terceiro álbum de **Mísia**, intitulado «Tanto menos, tanto mais» confirmará na Festa a linha condutora da carreira da cantora: a preocupação em revalorizar o conteúdo poético do fado e a procura de linhas de contacto entre esta e outras músicas populares. Seis dos doze temas que integram esse álbum - que só chegará às discotecas depois da realização da Festa - serão fados tradicionais, mas os restantes seis não são canções de fado: tendo a guitarra portuguesa como elemento condutor, a que se juntam outros instrumentos muito utilizados na música portuguesa como o violino e o acordeão, essa «outra face» do disco de

Mísia conta com trabalhos originais assinados por nomes como por Carlos Tê, Vitorino, António Lobo Antunes, Manuel Paulo e João Monge (da Ala dos Namorados). Há ainda uma canção do cubano Silvio Rodríguez com arranjos de Luís Represas. Lançado em Portugal e, logo depois, em Espanha, Japão e França, este disco confirma a conquista de um público internacional, proeza alcançada por **Mísia** com o seu álbum anterior, que vendeu mais de 20 mil unidades no país e no estrangeiro. **Mísia** vai apresentar-se no Auditório 1ª de Maio da Festa nessa que será uma sexta-feira de estreias...

Quarteto de João Paulo

Estreia também para o pianista **João Paulo** que edita o CD «Serra sem fim». Com Jorge Reis (saxofones alto e soprano), Mário Franco (contrabaixo) e José Salgueiro (percussões) esta gravação revela antes do mais a faceta de compositor do músico, autor de todas as faixas. Um jazz com um certo travo europeu e com muito, muito de português. Facto assumido, como se lê no próprio livrete que acompanha a gravação, quando se diz que «Serra sem fim» quer

dizer Portugal» ou ainda «em «Serra sem fim» o jazz permanece no coração da música como as sementes no coração do fruto. Vieram as sementes da América, a árvore cresce em Portugal e o fruto sabe e soa a português». Muito portuguesa é a situação vivida pela edição deste disco: gravado em 1993 só agora é que ele é lançado no mercado nacional... Na Festa do «Avante!», **João Paulo** e o seu grupo vão estar no Auditório, na noite de sexta-feira.



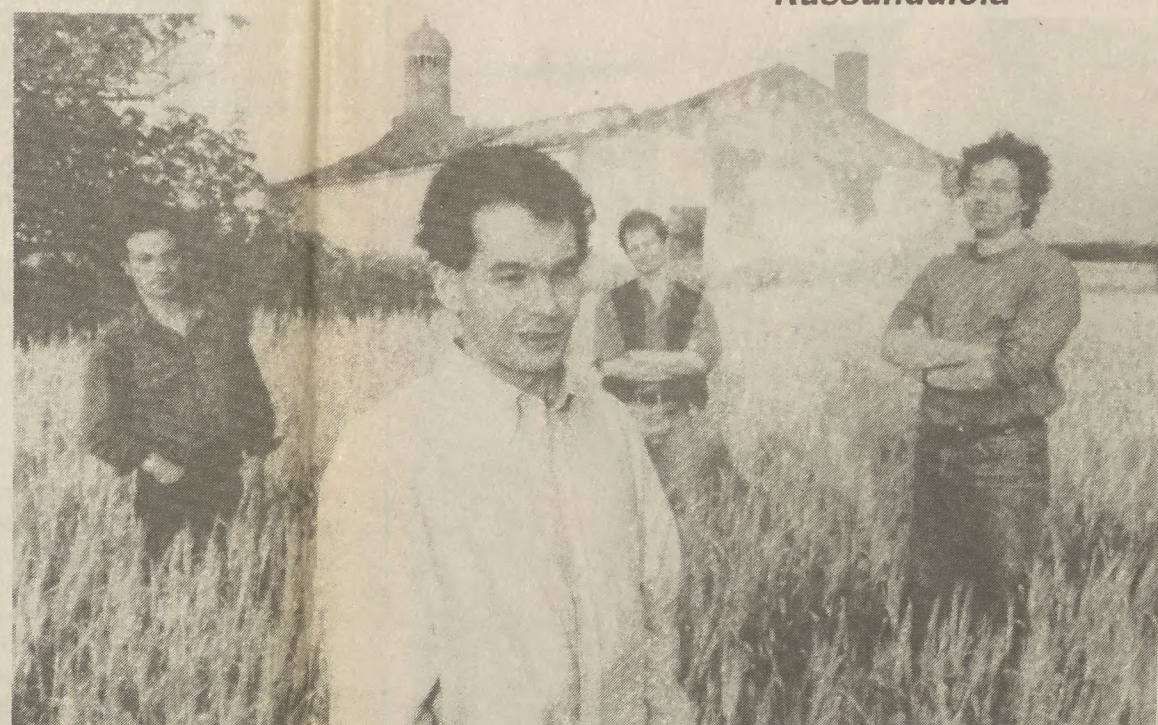
Brigada Victor Jara



General D.



Kussundulola



Quarteto de João Paulo



Mísia

A «Brigada Victor Jara» faz 20 anos!

Criada em 1975 por um grupo de jovens de Coimbra, esta formação vocal e instrumental impôs-se rapidamente no panorama nacional como um dos mais importantes e rigorosos organismos musicais integrados no movimento da Música Popular Portuguesa (MPP) que explodiu a seguir ao 25 de Abril. A preocupação fundamental da **Brigada** centrava-se na recolha e tratamento de temas da música tradicional portuguesa. Era esse um período em que, face à herança da «política cultural» do regime fascista acabado de derrubar, se colocava a questão de preservar uma das mais ricas expressões da cultura popular através da recolha da música rural, tradicional, portuguesa e sua (re)interpretação. Tal foi o objecto essencial de dois álbuns notáveis que, logo nos anos de 77 e 79, a **Brigada** gravou: «Eito Fora» e «Tamborileiro».

Com a projecção rapidamente alcançada, o desenvolvimento e aperfeiçoamento artístico dos seus membros e o próprio carácter de reinterpretação nunca iludido desde o início do percurso do grupo, o trabalho de aproximação às raízes musicais - necessariamente não-tradicional, uma vez que realizado a partir de uma abordagem urbana - conhece uma evolução estética, de tratamento sonoro e instrumental moderno, logo longe da exclusiva tradição oral. Um caminho e uma evolução que progressivamente vão ser ilustrados e preservados no surgimento de novos álbuns: «Quem Sai aos Seus» (1981), «Marcha dos Foliões» (1984), «Contraluz» (1984) e «Monte Formoso» (1989).

O trabalho desenvolvido ao longo do tempo pelos elementos da **Brigada** - de cujo rico currículo individual constam quer colaborações com Michel Giacometti no seu trabalho de campo, quer participações em outros grupos que a idêntica missão se dedicavam, quer ainda o aprofundamento de uma formação musical e instrumental, nalguns casos erudita - configura de forma ainda mais clara o notável percurso de um dos projectos mais marcantes no nosso panorama cultural. Um percurso que não se resume à gravação regular de discos mas que, recusando uma perspectiva de afirmação artística que apenas passe pela experimentação em estúdio, em permanência confronta as suas propostas com as audiências mais variadas, em inúmeros espectáculos públicos realizados por todo o país e no estrangeiro. Quando hoje comemora os seus 20 anos de actividade, consagrados num espectáculo especialmente preparado para a Festa deste ano no Palco 25 de Abril, a **Brigada** assume-se como um grupo que, percorrendo o eixo tradição-modernidade, trabalha os temas de raiz tradicional portuguesa e busca uma sonoridade que pode incluir-se na corrente internacional hoje designada como *folk roots music* - um projecto que ganha ainda mais corpo no seu último álbum, «Danças e Foliões».



A habitação de Van Gogh desenhada por ele mesmo e a reprodução de uma carta enviada pelo pintor ao seu irmão, Theo, onde explicava a realização de um estudo para um quadro.

Ensuite j'ai fait une autre étude de champ labouré avec la souche d'un veul / Comme ceci



Et voilà tout. Comment vas tu et as tu fait quelque chose à Bruxelles.

J'ai la sera bien la main et c'est moi bien sûr

Vincent



COMÍCIO



O grande momento político da Festa do «Avante!» é, sem dúvida, o habitual comício que se realiza no Domingo à tarde. Este ano vão intervir para a imensa plateia que costuma participar no acontecimento, o membro da Direcção Nacional da JCP, **Bernardino Soares**; **Carlos Brito**, da Comissão Política e director do «Avante!»; **Álvaro Cunhal**, presidente do Conselho Nacional, e **Carlos Carvalhas**, secretário-geral do PCP.

IX Bienal e Van Gogh

A Bienal de Artes Plásticas da Festa do Avante, na sua 9ª edição, mantém o seu perfil único de grande mostra de artes plásticas onde se encontram artistas consagrados e outros que iniciam a sua carreira

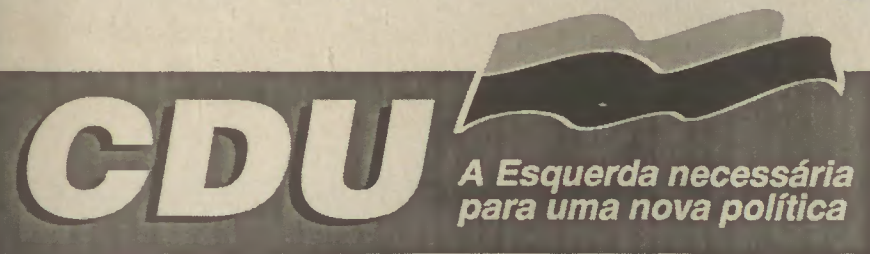
lado a lado com um público único. Alberto Gordilho, Virgílio Domingues, Manuel San Payo, José Mouga, Sérgio Pombo e Costa Pinheiro são alguns dos 24 artistas consagrados que

integram a Comissão Consultiva desta Bienal, representativa de várias correntes estéticas e diversas disciplinas artísticas: desenho, pintura, escultura, etc. Ainda no âmbito desta iniciativa, a Exposição

Van Gogh mostra de 80 reproduções em tela, à escala natural, obtida por fotografia de alta definição das últimas obras do artista, pintadas em Auvers. Esta inédita exposição, de carácter não

unicamente didáctico, uma vez que reúne, num único local, reproduções fidedignas de quadros que estão nos quatro cantos do mundo, é fruto da cooperação PCP, PCF e Associação do Centenário de Van Gogh.

Espaço Central Um novo rumo para Portugal pela Esquerda, com a CDU



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Em Exposição concebida e executada por uma equipa integrada por jovens artistas plásticos, ali vão estar as propostas do Partido Comunista Português para uma Nova Política que, pela Esquerda, com a CDU, vença os desafios colocados ao povo e ao país neste final de século e de milénio. Em seis instalações, tratando outros tantas áreas temáticas pela fotografia, pelo som, pelo vídeo, pela gravura e escultura, pela concepção do espaço, o visitante poderá disfrutar de importantes momentos de informação e cultura, de boa disposição e de participação «Para dar a volta a isto!...». Uma Nova Política para o Desenvolvimento; para o Emprego

e uma Vida Melhor; para a Educação, a Ciência e a Cultura; para a Democracia e a Participação; para Portugal na Europa e no Mundo, corresponderão a cinco das áreas temáticas. A outra será dedicada à inevitável recordação e reflexão que aconselhamos a todos fazer sobre os resultados da política de direita. Para que depois de 1 de Outubro ela não volte, com a sua conhecida face... ou com novo disfarce. Sim, as eleições legislativas também serão tema na Festa e, naturalmente, no Espaço Central. Para que o cidadão eleitor não coma «gato por lebre», para além da volumosa informação de que disporá ao longo da Exposição poderá

ainda assistir e intervir nos debates que se realizarão no Auditório da Imprensa do Partido e no já conhecido Forum de Debates, ambos a funcionar também no Espaço Central. Ao visitar a exposição e antes ou depois dos debates, não se esqueça que «é de esquerda» passar e parar no Café da Amizade, para refrescar e confraternizar. Os amantes da filatelia e também todos aqueles que se interessem pela história das lutas sociais encontrarão este ano no Espaço Central uma Exposição Filatélica dedicada a este tema.

Solidariedade Internacional

O Espaço Internacional é o tradicional ponto de encontro e de solidariedade entre os visitantes da Festa e as forças políticas aí representadas. Oriundas de todos os continentes, testemunharão nos seus stands, realidades políticas, económicas, sociais e culturais muito distintas. Das representações presentes na nossa Festa, terão stands, pelo menos as seguintes: PC Alemão, PDS (Alemanha), PC Bolívia, PR (Brasil), PAICV (Cabo Verde), PC da China, PC Colombiano, PT da Coreia, PC de Cuba, PC da Espanha, Partido dos Comunistas da Catalunha, PC Francês, PC da Grécia, Partido da Refundação Comunista (Itália), Frente da Libertação Nacional do Kurdistan, PC Libanês, OLP (Palestina), PC Peruano, Frente Polisário, Comissão Nacional de Resistência Maubere, que já confirmaram a sua presença. Nos pavilhões do Espaço Internacional, para além do convívio e da informação política, o visitante da Festa poderá adquirir lembranças e artesanato dos países aí representados. Poderá também saborear pratos tradicionais da China, Cuba e Cabo Verde em pequenos restaurantes, bem como provar a caipirinha brasileira e os vinhos franceses nos stands do PT do Brasil e do PCF, respectivamente. No Palco da Solidariedade do Espaço Internacional haverá um intenso e variado programa, em que o debate político e os momentos de solidariedade, com vários partidos convidados, será intercalado com animação cultural, contando-se com a participação de vários grupos musicais. Junto a este Palco, há uma exposição evocativa do 50º Aniversário da Vitória sobre o Nazi-Fascismo.



Avanteatro e Palco Arraial

No Avanteatro há um programa com predominância de teatro e com momentos de dança. Destacamos a participação já confirmada, entre outros, dos seguintes grupos: «A Carroça» de Alcaims, com «A Feira dos Malandrecos»; «Companhia das Marés», com o «Peixinho Vermelho»; «Art'Imagem», do Porto, com «Brincadeiras a Retalho»; «Grupo de Teatro

Zephiro» com «Os Construtores», bem como, na dança, o «Ibérico Modelo Vivente», e o «NEFAP-Núcleo de Etnografia e Folclore da Academia do Porto». No Palco Arraial, actuam, durante o dia, os grupos folclóricos e as bandas. Presentes, este ano: a Banda da Sociedade Musical 5 de Outubro, de Paio Pires, os Ranchos Folclóricos de

Seia, Ourada (Borba), Landeira (V. Novas), da Casa do Povo de Alpiarça e «Gentes de Amanhã», da Amora, bem como a Orquestra Ligeira Juvenil do C.R. da Cruz de Pau, o Grupo Coral dos Bombeiros Voluntários de Beja e os «Zés Pereiras» de Santa Marta de Portuzelo. À noite há baile, com os conjuntos «Amadeus» e «Leonel Teixeira».

O País em debate

Alguns dos principais problemas da actualidade política em Portugal e no mundo são debatidos no Forum do Pavilhão Central, por dirigentes e especialistas do PCP: «Os trabalhadores e o progresso: «Emprego/Salários/Direitos»; «Geopolítica da droga e o flagelo da toxicod dependência; Mistificações e respostas»; «50º Aniversário da Vitória: A paz e a segurança hoje na Europa»; «Pela esquerda, para uma nova política: as propostas do Programa Eleitoral do PCP» e «Os direitos sociais no regime democrático».

Desporto

No domingo, dia 3, com início às 9h30 e partida e chegada junto ao Campo do Amora, realiza-se a Corrida da Festa. Com um percurso de 13 km, é aberta à participação de todos (inscrições a partir de 25 de Julho). Nos dias da Festa, no Polidesportivo, há basquet feminino, hóquei de sala, andebol masculino, aeróbica, rodas e jogos tradicionais. O xadrez e as damas, a escalada, o tiro e o triatlo (provas de escalada, tiro e xadrez) são outras modalidades presentes na Festa. Antes, da Festa, e no âmbito do seu programa de



animação desportiva, têm lugar: prova de canoagem (9 de Julho, na Baía do Seixal), cicloturismo (23 de Julho, Seixal-Almada), convívio de pesca desportiva (23 de Julho, Ponte 25 de Abril à Torre de Belém) e o Torneio Nacional de Futebol de Salão.

A Festa do Livro e do Disco



Importante componente de animação cultural, mais uma vez, o livro e o disco estão presentes na Festa, em espaços cuidados, com a já habitual presença de escritores a animar sessões de autógrafos e palestras.

Transportes e acessibilidades

É fácil ir à Festa e voltar! Estão assegurados transportes fluviais (Transtejo) do Seixal e de Cacilhas nos três dias da Festa: na 6ª feira e sábado até às 03h00 e no domingo até às 01h00. Em articulação com estes horários funcionarão carreiras de autocarros da Rodoviária para Cacilhas e para o Seixal.

Estão igualmente assegurados transportes rodoviários, articulados com o horário da Festa: Cacilhas-Atalaia; Seixal-Atalaia; Baixa da Banheira-Atalaia e Amadora-Atalaia. Para os transportes particulares, há zonas de estacionamento reforçadas no interior da Amora e medidas de condicionamento de trânsito, adequadas para garantir o seu escoamento.



Quebec - Canada

La Bottine Souriante



Brigada Victor Jara



General D



Fapy Lafertin et Le Jazz



Quarteto de João Paulo



FRENCH ALLIGATORS

DANSES CAJUNS

Kussundulola



Ramp



Misia



Navegante